



**É POSSÍVEL
SALVAR
A EUROPA?**



**THOMAS
PIKETTY**

TRADUÇÃO DE RENATA TEODORO DE ASSIS





DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A PRESENTE OBRA É DISPONIBILIZADA PELA EQUIPE LE LIVROS E SEUS DIVERSOS PARCEIROS, COM O OBJETIVO DE OFERECER CONTEÚDO PARA USO PARCIAL EM PESQUISAS E ESTUDOS ACADÊMICOS, BEM COMO O SIMPLES TESTE DA QUALIDADE DA OBRA, COM O FIM EXCLUSIVO DE COMPRA FUTURA. É EXPRESSAMENTE PROIBIDA E TOTALMENTE REPUDIÁVEL A VENDA, ALUGUEL, OU QUAISQUER USO COMERCIAL DO PRESENTE CONTEÚDO

SOBRE A EQUIPE LE LIVROS:

O LE LIVROS E SEUS PARCEIROS DISPONIBILIZAM CONTEÚDO DE DOMÍNIO PÚBLICO E PROPRIEDADE INTELECTUAL DE FORMA TOTALMENTE GRATUITA, POR ACREDITAR QUE O CONHECIMENTO E A EDUCAÇÃO DEVEM SER ACESSÍVEIS E LIVRES A TODA E QUALQUER PESSOA. VOCÊ PODE ENCONTRAR MAIS OBRAS EM NOSSO SITE: LELIVROS.LOVE OU EM QUALQUER UM DOS SITES PARCEIROS APRESENTADOS NESTE LINK.

**"QUANDO O MUNDO ESTIVER
UNIDO NA BUSCA DO
CONHECIMENTO, E NÃO MAIS
LUTANDO POR DINHEIRO E
PODER, ENTÃO NOSSA
SOCIEDADE PODERÁ ENFIM
EVOLUIR A UM NOVO NÍVEL."**



É POSSÍVEL SALVAR A EUROPA?

CRÔNICAS 2004-2011

THOMAS
PIKETTY

TRADUÇÃO DE RENATA TEODORO DE ASSIS



Copyright © Les Liens qui Libèrent, 2012

Publicado mediante acordo especial com Les Liens qui Libèrent em conjunto com seus agente e coagente devidamente designados, L'Autre Agence e Villas-Boas & Moss Agência Literária.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida em nenhum formato, ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem e recuperação de informações sem a permissão por escrito da editora.

TÍTULO ORIGINAL

Peut-on sauver l'Europe?

PREPARAÇÃO

Luísa Ulhoa

REVISÃO

Isabela Fraga

ARTE DE CAPA

Graciela Galup; © Harvard University Press

ADAPTAÇÃO DE CAPA

Julio Moreira

GERAÇÃO DE EPUB

Intrínseca

REVISÃO DE EPUB

Vanessa Goldmacher

E-ISBN

978-85-8057-853-9

Edição digital: 2015

1ª edição

TIPOGRAFIA

Garamond Premier Pro

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora Intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99/3º andar

22451-041 — Gávea

Rio de Janeiro — RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br



Sumário

Capa

Folha de rosto

Créditos

Mídias sociais

Prefácio

Janeiro de 2012

Viva Milton Friedman!

2004-2006

Partido Socialista: enfim o esclarecimento

20 de setembro de 2004

Sarkozy no ataque das heranças

18 de outubro de 2004

Sarkozy: oito meses de trapalhadas em Bercy

15 de novembro de 2004

Contrato de trabalho: Borloo mistura tudo

13 de dezembro de 2004

Uma escolha ruim para a pesquisa

10 de janeiro de 2005

Cotas, uma escolha ruim

7 de fevereiro de 2005

O preço de um filho

7 de março de 2005

Rumo a um sistema fiscal internacional?

4 de abril de 2005

Bolkestein não é Frankenstein

2 de maio de 2005

Dos portugueses aos polacos

30 de maio de 2005

Sair da armadilha blairista

27 de junho de 2005

Reforma do imposto: quero só ver!

12 de setembro de 2005

Bloqueios alemães

10 de outubro de 2005

Um congresso do PS que evita as questões incômodas

7 de novembro de 2005

Zep: a discriminação positiva ao estilo francês

5 de dezembro de 2005

Deveríamos tributar o valor adicionado?

30 de janeiro de 2006

Heranças, a liberdade ao tributar

27 de fevereiro de 2006

Refletir sobre um novo CDI

27 de março de 2006

O PS faz sua apresentação fiscal

29 de maio de 2006

Imposto vinculado, terreno minado

26 de junho de 2006

Acabar com o imposto sobre as heranças?
28 de agosto de 2006

O bom uso da concorrência escolar
25 de setembro de 2006

Corrida obstinada rumo ao salário mínimo
23 de outubro de 2006

Viva Milton Friedman
20 de novembro de 2006

O poder de compra está caindo?
18 de dezembro de 2006

*Um trilhão de dólares
2007-2009*

Oponível... Mas eficaz?
15 de janeiro de 2007

Promessa fiscal impossível
12 de fevereiro de 2007

As eleições presidenciais nas carteiras das escolas
12 de março de 2007

O machismo econômico
9 de abril de 2007

Isso nunca mais
10 de maio de 2007

Proprietários: a subvenção absurda
4 de junho de 2007

TVA social, uma falsa resposta
27 de agosto de 2007

Dividendos: a fivela foi afivelada
22 de outubro de 2007

Aposentadoria: bem-vinda em 2008!
19 de novembro de 2007

O suplício das 35 horas
17 de dezembro de 2007

Civilização ou moral das famílias
14 de janeiro de 2008

Attali, mais blá-blá-blá do que Attila
11 de fevereiro de 2008

Duelo Clinton-Obama sobre a saúde, essa calamidade
americana
10 de março de 2008

Rigor ou reforma
7 de abril de 2008

Aposentadoria: basta de remendo
6 de maio de 2008

Royal-Delanoë: conteúdo, depressa!
3 de junho de 2008

Renda de Solidariedade Ativa: a farsa
2 de setembro de 2008

Deveríamos salvar os banqueiros?
30 de setembro de 2008

Um trilhão de dólares
28 de outubro de 2008

Como se vota no Partido Socialista?
25 de novembro de 2008

É necessário diminuir a TVA?

23 de dezembro de 2008

Obama-Roosevelt, uma analogia enganosa

20 de janeiro de 2009

Autonomia das universidades: a farsa

17 de fevereiro de 2009

Lucros, salários e desigualdades

17 de março de 2009

O desastre irlandês

14 de abril de 2009

Bancos centrais, mãos à obra

12 de maio de 2009

Desigualdades esquecidas

9 de junho de 2009

Os mistérios do imposto de carbono

7 de julho de 2009

As lições fiscais do caso Bettencourt

8 de setembro de 2009

Findo o PIB, retornemos à renda nacional

6 de outubro de 2009

Abaixo os impostos imbecis!

3 de novembro de 2009

Quem serão os ganhadores da crise?

1º de dezembro de 2009

Com ou sem programa?

29 de dezembro de 2009

*Liliane Bettencourt paga impostos?
2010-2012*

*O juiz constitucional e o imposto
26 de janeiro de 2010*

*Lucros recorde dos bancos: um caso político
23 de fevereiro de 2010*

*Não, os gregos não são preguiçosos
23 de março de 2010*

*Aposentadorias: voltemos à estaca zero
20 de abril de 2010*

*A Europa contra os mercados
18 de maio de 2010*

*Repensar os bancos centrais
15 de junho de 2010*

*Liliane Bettencourt paga impostos?
13 de julho de 2010*

*Aposentadorias: ansiamos por 2012!
14 de setembro de 2010*

*Elementos para um debate tranquilo sobre o ISF
12 de outubro de 2010*

*Devemos ter medo do Fed?
9 de novembro de 2010*

*O escândalo do resgate dos bancos irlandeses
7 de dezembro de 2010*

*O falso debate das 35 horas
11 de janeiro de 2011*

As quatro chaves da revolução fiscal

8 de fevereiro de 2011

Regular (enfim) as pesquisas eleitorais

8 de março de 2011

Japão: riqueza privada, dívidas públicas

5 de abril de 2011

ISF: chega das mentiras do Estado

3 de maio de 2011

Uma reforma fiscal para revalorizar o trabalho

31 de maio de 2011

Grécia: por um imposto bancário europeu

28 de junho de 2011

Aubry-Hollande: mais uma forcinha!

6 de setembro de 2011

Quando Bercy manipula a imprensa

27 de setembro de 2011

Pobre como Jobs

25 de outubro de 2011

Repensar (depressa) o projeto europeu

22 de novembro de 2011

Protecionismo: uma arma útil... na falta de coisa melhor

20 de dezembro de 2011

Notas

Sobre o autor

Conheça os outros títulos do autor

Leia também

Prefácio

Janeiro de 2012

Este livro é uma coletânea das minhas crônicas mensais publicadas no jornal *Libération* entre setembro de 2004 e janeiro de 2012, sem qualquer correção ou edição.¹ Alguns textos envelheceram um pouco; outros, menos. Considerados em conjunto, eles consistem na tentativa de um pesquisador em ciências sociais de entender e analisar o mundo no seu dia a dia e de se envolver no debate público, procurando conciliar a coerência e a responsabilidade de pesquisador com as de cidadão.

O período de 2004-2012 foi profundamente marcado pela crise financeira mundial desencadeada em 2007-2008 — e ainda em curso. Existem muitas crônicas dedicadas a ela. Venho tentando, repetidas vezes, compreender o novo papel desempenhado pelos bancos centrais para evitar o colapso da economia mundial, bem como analisar as diferenças e os pontos comuns entre as crises irlandesa e grega. Isso sem esquecer os assuntos classicamente domésticos: justiça fiscal, reforma da previdência, futuro das universidades. Todas essas questões pesarão muito durante o debate presidencial do ano que se inicia. Perto do fim deste período, porém, um assunto ofusca todos os outros: estará a União Europeia à altura das esperanças que tantos depositam nela? A Europa voltará a ser a potência pública continental e o espaço de soberania democrática e poderá retomar o controle de um capitalismo globalizado que se tornou desvairado? Ou será ela, mais uma vez, apenas o instrumento tecnocrático da

desregulamentação, da concorrência generalizada e do rebaixamento dos Estados perante os mercados?

Numa primeira análise, a crise financeira desencadeada no verão de 2007 com o começo do colapso dos *subprimes* nos Estados Unidos e depois, em setembro de 2008, com a falência do Lehman Brothers pode ser compreendida como a primeira crise do capitalismo patrimonial globalizado do século XXI.

Resumamos. A partir do início dos anos 1980, uma nova onda de desregulamentação financeira e de fé desmedida na autodisciplina dos mercados se abate sobre o mundo. A lembrança da depressão dos anos 1930 e dos cataclismos que a acompanharam se esvai. A “estagflação” (mistura de estagnação econômica e inflação) dos anos 1970 mostrou os limites do consenso keynesiano dos anos 1950-1960, criado sob regime de urgência no contexto particular do pós-guerra. Com o fim da reconstrução e do grande crescimento dos Trinta Gloriosos — intervalo compreendido entre 1945 e 1975, os anos mágicos do período pós-guerra —, o processo de expansão indefinida do papel do Estado e das arrecadações obrigatórias que esteve em curso nos anos 1950-1960 é, naturalmente, questionado.² O movimento de desregulamentação começa em 1979-1980 nos Estados Unidos e no Reino Unido, onde a insatisfação cresce pelo fato de os dois países terem sido alcançados — ou, no caso britânico, até ultrapassado — por Japão, Alemanha e França. Seguindo essa onda de insatisfação, Reagan e Thatcher explicam que o Estado é o problema e não a solução. Eles propõem uma saída do Estado de bem-estar social que enfraqueceu os empreendedores anglo-saxões e uma volta a um capitalismo puro, como era antes da Primeira Guerra Mundial. O processo se acelera e se estende à Europa continental a partir de 1990-1991. A queda da União Soviética deixa o capitalismo sem rival e inaugura uma fase na qual começamos a crer no “fim da história” e num “novo crescimento” que se apoia numa euforia perpétua da bolsa.

No início dos anos 2000, as capitalizações da bolsa e de imóveis da Europa e dos Estados Unidos igualam, e depois ultrapassam, os recordes históricos anteriores, que datam de 1913. Em 2007, às vésperas da crise, o total de patrimônios financeiros e imobiliários (descontadas as dívidas) em poder das famílias francesas atinge 9,5 trilhões de euros, ou seja, quase seis anos de renda nacional. A fortuna dos franceses cai ligeiramente em 2008-2009, mas volta a subir a partir de 2010 e hoje ultrapassa os 10 trilhões. Se colocarmos esses valores em perspectiva histórica, perceberemos que, em um século, os patrimônios nunca estiveram tão bem. O patrimônio líquido privado representa hoje o equivalente a quase seis anos da renda nacional, contra menos de quatro anos na década de 1980 e menos de três anos na década de 1950. Seria necessário voltar à Belle Époque (1900-1910) para encontrar tamanha prosperidade das fortunas francesas, com uma razão patrimônio / renda da ordem de seis a sete.³

Vemos, aliás, que a atual prosperidade da riqueza privada não é uma simples consequência da desregulamentação. É também, e acima de tudo, um fenômeno de recuperação de longo prazo, em consequência dos choques violentos da primeira metade do século XX, e está ligado ao crescimento fraco dos últimos decênios, que conduz automaticamente a elevadíssimas razões patrimônio / renda. O resultado duradouro é que vivemos agora um período histórico no qual os patrimônios nos países ricos se comportam muito bem, enquanto a produção e a renda crescem em ritmo mais lento. Na época dos Trinta Gloriosos, pensávamos de maneira equivocada que havíamos passado para outro estágio do capitalismo, um capitalismo sem capital de qualquer espécie. Tratava-se apenas, na verdade, de uma fase transitória correspondente ao capitalismo de reconstrução. No longo prazo, não pode existir outro capitalismo que não o patrimonial.

Assim, a desregulamentação ocorrida a partir dos anos 1980-1990 criou outra dificuldade: tornou o sistema financeiro e o

capitalismo patrimonial deste início do século XXI particularmente frágeis, voláteis e imprevisíveis. Seções inteiras da indústria financeira se desenvolveram sem nenhum controle, sem uma regulamentação prudente, sem uma prestação de contas efetiva. Mesmo as estatísticas financeiras internacionais mais elementares estão marcadas por incoerências sistemáticas. Por exemplo, em âmbito mundial, as posições financeiras líquidas são todas negativas, o que, obviamente, é impossível, a não ser que fôssemos em média propriedade do planeta Marte... Mas é provável que, como recentemente mostrou Gabriel Zucman,⁴ essa incoerência indique que uma parte considerável dos ativos financeiros mantidos nos paraísos fiscais por não residentes não é registrada de forma correta. Isso afeta sobretudo a posição líquida exterior da zona do euro, muito mais positiva do que sugerem as estatísticas oficiais. A razão é simples: os europeus abastados têm grande interesse em esconder uma parte de seus ativos, e a União Europeia não faz, por ora, o que deveria— e o que poderia — para dissuadi-los.

De maneira mais geral, a divisão política da Europa e sua incapacidade de união fragilizam muito o continente diante da instabilidade e da opacidade do sistema financeiro. Para impor regras fiscais e prudenciais apropriadas às instituições financeiras e aos mercados globalizados, é bastante evidente que o Estado-nação europeu do século XIX não é mais a melhor medida.

A Europa sofre ainda outra dificuldade. Sua moeda, o euro, e seu banco central, o Banco Central Europeu (BCE), foram concebidos no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 (as cédulas de euro entraram em circulação em janeiro de 2002, mas o Tratado de Maastricht foi ratificado por referendo em setembro de 1992) — um momento no qual se pensava que os bancos centrais tinham por única função ficar de braços cruzados, ou seja, garantir que a inflação permanecesse baixa e que a oferta monetária aumentasse, *grosso modo*, no mesmo ritmo que a

atividade econômica. Depois da “estagflação” dos anos 1970, os governantes e a opinião pública foram convencidos de que os bancos centrais deveriam, antes de tudo, ser independentes do poder político e ter por único objetivo uma taxa de inflação baixa. Foi assim que acabaram criando, pela primeira vez na história, uma moeda sem Estado e um banco central sem governo.

No entanto, esqueceram que, em momentos de grandes crises econômicas e financeiras, os bancos centrais constituem um instrumento indispensável para estabilizar os mercados financeiros e evitar tanto as falências em cascata quanto uma depressão econômica generalizada. Essa recuperação do papel dos bancos centrais é a maior lição da crise financeira dos últimos anos. Se os dois maiores bancos centrais do mundo, o Federal Reserve (Fed) americano e o BCE, não tivessem imprimido quantidades consideráveis de cédulas (várias dezenas de pontos do produto interno bruto [PIB] em 2008-2009) para emprestar a taxas baixas — 0-1% — aos bancos privados, é provável que a depressão tivesse alcançado uma amplitude comparável à dos anos 1930, com taxas de desemprego superiores a 20%. Felizmente, tanto o Fed como o BCE souberam evitar o pior e não reproduziram os erros “liquidacionistas” dos anos 1930, época em que deixaram os bancos quebrarem um atrás do outro. O poder infinito de criação monetária, detido pelos bancos centrais, sem dúvida deve ser seriamente limitado. Entretanto, diante de grandes crises, abrir mão de tal instrumento e do papel essencial de credor de última instância seria um suicídio.

Por outro lado, se esse pragmatismo monetário permitiu evitar o pior em 2008-2009 e apagar provisoriamente o incêndio, foi por culpa dele que não houve um questionamento efetivo sobre as razões estruturais do desastre. A supervisão financeira fez progressos muito tímidos desde 2008, e fingimos ignorar como a crise teve origens na desigualdade: a estagnação da renda das classes populares e médias e o aumento da desigualdade, em

particular nos Estados Unidos (onde quase 60% do crescimento foi absorvido pelo 1% mais rico entre 1977 e 2007), contribuíram de maneira clara para a explosão do endividamento privado.⁵

Acima de tudo, o resgate dos bancos privados pelos bancos centrais em 2008-2009 não impediu que a crise entrasse numa nova fase em 2010-2011, com a crise das dívidas públicas da zona do euro. O ponto importante a observar aqui é que essa segunda parte da crise, que nos preocupa hoje, só diz respeito à zona do euro. Os Estados Unidos, o Reino Unido e o Japão estão mais endividados ainda (com respectivamente 100%, 80% e 200% do PIB em dívida pública, contra 80% para a zona do euro), mas não conhecem a crise da dívida. E por uma razão simples: o Federal Reserve americano, o Banco da Inglaterra e o Banco do Japão emprestam a seus respectivos governos a taxas baixas — menos de 2% —, o que permite acalmar os mercados e estabilizar suas taxas de juros. Em comparação, o BCE emprestou muito pouco aos Estados da zona do euro — daí a crise atual.

Para explicar esse comportamento específico do BCE, é comum evocar os traumas ancestrais da Alemanha, que temeria recair na hiperinflação dos anos 1920. Esse caminho não me parece muito convincente. Todo mundo sabe que não temos uma hiperinflação à nossa espreita. O que ameaça a Europa hoje é muito mais uma longa recessão deflacionária com uma baixa ou uma estagnação dos preços, dos salários e da produção. Na verdade, a enorme criação monetária de 2008-2009 não provocou nenhuma inflação significativa. Os alemães sabem disso tão bem quanto nós.

Uma explicação potencialmente mais satisfatória é que, depois de muitas décadas de difamação do poder público, achamos mais natural socorrer os bancos privados do que os governos. Entretanto, nos Estados Unidos e no Reino Unido, onde essa difamação atingiu o apogeu, os bancos centrais enfim souberam

se mostrar pragmáticos e não hesitaram em comprar maciçamente a dívida pública.

Na realidade, o problema específico que a Europa tem que enfrentar — e a explicação principal de suas dificuldades — é simplesmente que a zona do euro e o BCE foram mal concebidos desde o início. Assim, é difícil — mas não impossível — reinstaurar as regras em plena crise. O erro fundamental foi ter imaginado que poderia haver uma moeda sem Estado, um banco central sem governo e uma política monetária comum sem uma política fiscal comum. Uma moeda comum sem uma dívida comum não funciona. A rigor, isso pode funcionar em tempos de calma, porém, com o passar do tempo, leva a uma explosão.

Ao criar uma moeda única, proibiu-se a especulação sobre as dezessete taxas de câmbio das moedas da zona do euro: não é mais possível apostar na queda do dracma em relação ao franco francês, ou na queda do franco francês em relação ao marco alemão. Contudo, não se previu que essa especulação sobre as taxas de câmbio seria substituída por uma especulação sobre as dezessete taxas de juros das dívidas públicas da zona do euro. Mas essa segunda especulação é, em grande medida, ainda pior do que a primeira. Quando somos atacados em nossa taxa de câmbio, ainda podemos escolher tomar a dianteira e desvalorizar nossa moeda, o que permite ao menos tornar o país mais competitivo. Com uma moeda única, os países da zona do euro perderam essa possibilidade. Em princípio, eles poderiam ganhar uma maior estabilidade financeira nessa troca — o que não é, obviamente, o caso.

A especulação das taxas de juros, que a Europa enfrenta agora, possui outra característica particularmente perversa: torna impossível organizar de maneira tranquila o reequilíbrio das finanças públicas. Os volumes em jogo são de fato consideráveis. Com uma dívida pública da ordem de 100% do PIB, pagar uma taxa de juros de 5%, em vez de 2%, aumenta a carga anual de juros da dívida em 5% do PIB, em vez de 2%.

Ora, a diferença de 3% do PIB (60 bilhões de euros na França) representa a totalidade dos orçamentos de ensino superior, pesquisa, justiça e empregos! Assim, sem saber se a taxa de juros dentro de um ano ou dois será de 2% ou de 5%, é impossível instaurar um debate democrático sereno sobre as despesas que devem ser reduzidas e as arrecadações que devem ser aumentadas.

Essa situação preocupa ainda mais considerando que os Estados de bem-estar social europeus precisam de reformas, modernização e racionalização, não apenas para restabelecer o equilíbrio fiscal e garantir a continuidade financeira, mas antes de tudo para que possam assegurar um serviço público de maior qualidade, uma melhor resposta às situações individuais e direitos mais bem garantidos. A esquerda deve retomar a iniciativa em relação a essas questões, quer se trate da modernização do nosso sistema fiscal (que é ao mesmo tempo complexo e injusto e precisa ser reinstaurado com base no princípio “para uma mesma renda, um mesmo imposto”, na arrecadação na fonte e no imposto em base ampla e taxas baixas que constitui a “contribuição social generalizada” [*contribution sociale generalisée*, CSG]),⁶ da reformulação de nosso sistema de aposentadoria (atualmente dividido em diversos regimes, o que o torna incompreensível para os cidadãos e impossível de ser reformado de maneira consensual e com equidade)⁷ ou ainda da autonomia de nossas universidades (terceiro assunto-chave que, como as reformas fiscal e da previdência, não deve ser relegado à direita).

Contudo, enquanto a Europa estiver à mercê de grandes movimentos de especulação da taxa de juros, como conduzir com tranquilidade esse tipo de debate? Sejamos claros: o que acontece hoje na Espanha e na Itália, que possuem taxas de juros acima de 5-6%, pode muito bem acontecer na França nos próximos meses. Se a França vier a pagar por um longo período uma taxa de juros dessa ordem, ou mesmo de 4%, enquanto o

Reino Unido, com o mesmo endividamento inicial, paga apenas 2% graças a seu Banco Central, então logo ficará muito difícil defender o euro na França. Se tal situação se prolongar, bastará um ou dois anos para a moeda comum tornar-se extremamente impopular.

O que fazer? Para pôr fim à especulação sobre as dezessete taxas de juros da zona do euro, a única solução duradoura é a mutualização da dívida, criando uma dívida comum (os “eurobônus”). Essa também é a única reforma estrutural que permitirá ao Banco Central Europeu desempenhar plenamente seu papel de credor de última instância. Com certeza, o BCE poderia, a partir de agora, comprar mais dívidas soberanas nos mercados, e essa solução de urgência talvez desempenhasse um papel crucial nos próximos meses. Mas, mesmo que o BCE lide com dezessete dívidas diferentes, ele terá um problema impossível de resolver: qual dívida recomprar e a que taxa? Se o Fed tivesse que escolher a cada manhã entre a dívida do Wyoming, da Califórnia ou de Nova York, teria dificuldades em conduzir uma política monetária serena.

Para ter uma dívida comum, é necessário criar uma autoridade política federal forte e legítima. Não podemos criar os eurobônus para depois deixar que cada governo nacional decida quanto emitirá de dívida comum. E essa autoridade política federal não pode ser o Conselho dos Chefes de Estado ou o Conselho de Ministros das Finanças. É preciso dar um enorme passo em direção a uma união política e aos Estados Unidos da Europa — se não, mais cedo ou mais tarde daremos um grande passo para trás: a rejeição do euro. A solução mais simples seria confiar um verdadeiro poder orçamentário ao Parlamento Europeu. Entretanto, isso representaria um problema, pois ele reuniria os 27 países da UE, ou seja, muito além da zona do euro. Outra solução, evocada na minha crônica de 22 de novembro de 2011, consistiria em criar uma forma de “Senado orçamentário europeu”, assemelhando-se aos representantes de comissões de

finanças e de assuntos sociais dos parlamentos nacionais dos países que desejam a mutualização de suas dívidas. Esse Senado teria primazia no poder de decisão das emissões de dívida comum (o que não impediria cada país de emitir sua dívida em âmbito nacional se assim o desejasse, mas essa não seria garantida coletivamente). O ponto importante é que esse Senado tomaria suas decisões com maioria simples, como em todos os parlamentos, e os debates seriam públicos, transparentes e democráticos.

Está aí toda a diferença em relação aos Conselhos de Chefes de Estado, que tendem ao *status quo* e à inércia, uma vez que se baseiam na unanimidade (ou quase unanimidade) e se reduzem, em essência, a conciliábulos privados. Quase nunca se toma uma decisão e, quando, por milagre, uma decisão unânime emerge, é quase impossível saber por que ela foi tomada. É o oposto de um debate democrático num ambiente parlamentar. Começar hoje uma negociação de um novo tratado europeu preservando uma lógica intergovernamental pura (com a única diferença de passar de uma regra de decisão de 100% para uma regra de 85% no seio dos Conselhos de Chefes de Estado) não basta para fazer frente aos nossos desafios. E não permitiria, evidentemente, criar eurobônus, que exigem muito mais ousadia na esfera da união política. Uma ousadia que os alemães, sem dúvida, demonstram bem mais do que o presidente francês — que ainda se vangloria da lógica intergovernamental pura, enquanto o partido alemão CDU (União Democrata Cristã) propõe a eleição de um presidente europeu em sufrágio universal. A esse respeito, seria necessário tomar suas palavras ao pé da letra ao formular proposições precisas. Esse é o desafio de 2012.

Viva Milton Friedman!

2004-2006

Partido Socialista: enfim o esclarecimento

20 de setembro de 2004

Diante do confronto que se anuncia no PS (Partido Socialista) francês, podemos estar certos de uma coisa: ele não terá nada a ver com o congresso de Rennes, no qual os socialistas se dividiram em 1990 por causa da sucessão de François Mitterrand. Pois, se Rennes causou tanto mal, isso aconteceu sobretudo porque ninguém compreendeu quais eram as questões fundamentais a que se opunham os principais protagonistas da época (Jospin e Fabius, recapitulando). Hoje, o motivo da disputa tem o mérito de ser claro: devemos ou não aceitar prosseguir com essa Constituição europeia imperfeita? Como todas as questões políticas importantes, essa não admite uma resposta simples.

Todo mundo, à esquerda, reconhece: ao manter o princípio da unanimidade em matéria fiscal, condenando a Europa ao *dumping* permanente e à impotência do poder público, o projeto de Constituição é profundamente decepcionante. E, se é verdade que não existe nenhum retrocesso, mas, ao contrário, alguns avanços em relação aos textos antigos, isso não exclui o fato de que codificar essas regras numa Constituição solene contribui para eternizá-las. A questão é saber se uma rejeição dos socialistas franceses hoje aumentaria as chances de avançar o documento. Em apoio aos partidários do “não”, podemos imaginar um cenário onde o projeto de Constituição seria, de toda forma, rejeitado por outros países importantes, em particular

pelo Reino Unido (para o qual, no entanto, cedemos em quase tudo). Nesse caso, um “não” dos socialistas franceses poderia permitir saltar diretamente para um tratado mais integrador, limitado a um núcleo inflexível em torno da França e da Alemanha. Tal hipótese parece, porém, bem improvável, e a configuração inversa, na qual outros países importantes adotariam a Constituição e a França a rejeitaria devido ao “não” do Partido Socialista — ou, pior ainda, a adotaria a despeito do “não” do PS —, teria consequências catastróficas para os socialistas franceses, que seriam terminantemente rotulados na cena nacional e europeia como eurocéticos antiquados.

Isso sem falar que a reviravolta alucinante de Fabius oferece uma imagem bem pobre dos socialistas franceses e da sinceridade de suas convicções. Ele é um ex-ministro das Finanças que não só se absteve de qualquer iniciativa marcante para lutar contra o *dumping* fiscal na Europa ao longo dos seus 24 meses em Bercy (abril 2000-abril 2002), como também, ao contrário, contribuiu imensamente para a escalada sem fim da concorrência fiscal, levando o PS à redução dos impostos para as altas rendas (o que em seguida conduziu Chirac a prometer uma nova redução de 30%, para se reajustarem os ponteiros e recobrar a alma das mãos dos executivos). E, dois anos mais tarde, esse mesmo ex-ministro vem nos explicar que ele não pode aprovar a Constituição, pois ela “não permite lutar contra os *offshorings* e o *dumping* fiscal”. Que disparidade entre atos e palavras! Achar que as pessoas são imbecis a esse ponto é assombroso. Acrescentemos que, ao tentar convencer as pessoas de que é imperativo ter vinte anos de governo para pretender ocupar a magistratura suprema (argumento quase único da campanha) — o que todas as experiências estrangeiras (Zapatero na Espanha, Blair no Reino Unido, Schröder na Alemanha, Prodi na Itália etc.) desmentem —, Fabius e seus partidários prestam um desserviço à democracia francesa e à necessária renovação de suas elites.

Ainda assim, a batalha anunciada possibilita um início de esclarecimento ao PS. A situação anterior, quando nenhum presidenciável poderia se permitir assumir posicionamentos precisos sobre os grandes assuntos do momento (aposentadoria, universidades, sistema fiscal, saúde etc.), com medo de ser imediatamente atacado por outros candidatos à presidência, não é mais sustentável. Ela conduzia os tais presidenciáveis a um leilão retórico permanente, na esperança de alcançar as graças da esquerda do partido, e, claro, ninguém acreditava em uma só palavra. Um bom exemplo é o programa do PS nas últimas eleições europeias, que propunha, em suma, aplicar no resto da Europa as 35 horas e o salário mínimo (Smic) dos franceses, sem nenhuma orquestração com outros partidos social-democratas europeus, e do qual todos os líderes socialistas falavam mal a portas fechadas após tê-lo adotado em público. O exemplo é longe de ser anedótico, pois, se em vez de fazer pose de salvador da Europa contra a irrupção liberal (esquecendo, enquanto isso, que nosso modelo social não convence a todos e que podemos, nós também, aprender com as experiências estrangeiras) o PS tivesse pacientemente acordado com outros partidos europeus uma plataforma comum de propostas concretas e ambiciosas sobre a harmonização fiscal e a reorientação do orçamento europeu, sua posição sobre o *dumping* e a Constituição seria hoje bem mais crível. Pelo menos, podemos esperar que, a despeito do resultado do confronto em curso, o vencedor possa enfim começar a trabalhar e preparar um programa digno.

Sarkozy no ataque das heranças

18 de outubro de 2004

Ao escolher atacar o imposto sobre as heranças em seu orçamento de despedida, Nicolas Sarkozy encontrou um monumento à sua altura, que poucos ministros das Finanças ousaram tocar. Instituído na França pela lei de 25 de fevereiro de 1901, resultado de debates parlamentares épicos (o projeto foi bloqueado por quase dez anos no Senado), o imposto progressivo sobre as heranças passou por raríssimas reformas desde então, ao contrário do imposto de renda, objeto de batalhas orçamentárias em todos os outonos desde sua criação em 1914.

Desde a Revolução Francesa até 1901, o imposto sobre as heranças foi estritamente proporcional: uma taxa única modesta (1% em linha direta, ou seja, entre pais e filhos) se aplicava a todas as transmissões, qualquer que fosse o montante. Na prática, apenas 50-60% dos falecidos (em idade adulta) entravam nessa arrecadação, dado o número significativo de pessoas que morriam sem nenhum patrimônio.

A introdução de uma tabela progressiva pela lei de 1901, inicialmente em dose homeopática (com um imposto superior, aplicável a heranças mais elevadas, de 2,5% em 1901) e depois de maneira mais robusta após as turbulências da Primeira Guerra Mundial (com um imposto superior atingindo 40% em linha direta a partir de 1920), não mudaria em nada a situação: todas as heranças positivas (por menores que fossem) continuaram submetidas ao imposto, e na prática a porcentagem

de falecidos que entravam na arrecadação permaneceu em torno de 50-60%.

Apenas em 1956 foi introduzido o princípio da faixa de tributação (1 milhão de antigos francos da época), abaixo da qual os patrimônios não estariam sujeitos ao imposto. A lei de 1959, concebida pelo jovem secretário das Finanças Valéry Giscard d'Estaing, criou faixas adicionais para os cônjuges e crianças e reduziu o imposto mais alto a 15% em linha direta. A porcentagem de falecidos passíveis de tributação caiu de 50% para 15% imediatamente após a reforma de 1956, mas, dada a irregularidade no aumento do nível das faixas, essa porcentagem subiu para 30% em 1970 e nos anos 1980-1990 voltou à ordem de 50-60%, que era o usual até a década de 1950. A última reforma do imposto sobre as heranças data de 1983: o governo Mauroy elevou para 40% o imposto superior, aplicável à fração das heranças (por herdeiro) superior a 11,2 milhões de francos da época. A tabela de taxas e as faixas não foram modificadas desde então. Hoje, o cônjuge que sobrevive ao parceiro beneficia-se numa faixa de 76.000 euros, e cada filho, numa faixa de 46.000 euros, o que na prática significa que um patrimônio da ordem de 200.000 euros transmitidos a um cônjuge e a dois filhos não é tributável (considerando a dedução de 20% sobre a residência principal).

Posta em perspectiva histórica, a reforma de Sarkozy em 2004 parece uma reforma fiscal medíocre, populista e sem envergadura. Sarko se protege bem ao não mexer nas alíquotas (muito arriscado) e propõe, *grosso modo*, dobrar as faixas, ao instituir uma faixa geral adicional de 50.000 euros. Na prática, a porcentagem de falecidos tributáveis deveria cair de cerca de 60% hoje para pouco mais de 20% após a reforma, ou seja, mais ou menos o nível dos anos 1950.

A diferença é que a reforma de 1956 poderia ser justificada pelo fato de os patrimônios terem sido fortemente amputados pelas guerras, tornando-se necessário lhes dar incentivo. Hoje

eles estão com excelente saúde, a França regurgita poupança e não existe qualquer justificativa econômica séria para tais generosidades sobre a herança, sobretudo porque esse imposto não cria nenhum problema verdadeiro de concorrência fiscal (os 600 milhões de euros de receitas perdidas permitiriam, por exemplo, reduzir em cinco alunos o tamanho das classes de ensino primário nas zonas de educação prioritária, como são chamadas as áreas de vulnerabilidade social).

Já muito prejudicada pela multiplicação de nichos fiscais (sobretudo depois dos diversos dispositivos de exonerações sobre as doações instituídos no início dos anos 1990), a base fiscal do imposto sobre heranças será por um longo tempo amputada pela reforma de Sarkozy, e a arrecadação corre o grande risco de se tornar uma caricatura de imposto progressivo de base estreita e pouca eficácia (já podemos prever novos aumentos das faixas nos próximos anos), abrindo assim o caminho para sua supressão progressiva, semelhante ao projeto que Bush e Berlusconi levaram à votação (se nenhuma nova votação intervier, o imposto sobre as heranças americano desaparecerá nos próximos dez anos).

Essa não reforma é ainda mais lamentável pelo fato de haver muitos outros problemas estruturais sobre o direito de herança — além da base deteriorada — que mereceriam um debate. Comparado com o de outros países, o imposto sobre heranças na França sempre foi relativamente baixo em linha direta (a taxa efetiva para um patrimônio de 1 milhão de euros, nível atingido por menos de 0,3% dos falecidos, legado a um cônjuge e dois filhos, é hoje da ordem de 15%), mas alto para as transmissões em linhagens familiares indiretas (irmãos e irmãs etc.) e entre não familiares, com uma arrecadação sem nenhuma isenção entre 35% e 55% de acordo com o caso. Sarkozy poderia ter entrado para a história fiscal, mas sairá pelas portas dos fundos da demagogia.

Sarkozy: oito meses de trapalhadas em Bercy

15 de novembro de 2004

As últimas estatísticas acabam de revelar: a economia francesa registrou, no terceiro trimestre, um crescimento apenas simbólico de 0,1%, muito inferior às expectativas. Agora, a meta de um crescimento de 2,5% ao ano parece fortemente comprometida. Esses números mostram, por si, o fracasso de Sarkozy em Bercy. De certo modo, confirmam o que todos já sabiam há muito tempo. Ao Ministério do Interior, é possível iludir gesticulando para os comissariados e alimentando a mídia com discursos chocantes. Acima de tudo, se de maneira geral é muito difícil obter uma redução contínua da delinquência (a relação entre o aumento dos recursos policiais e carcerários e a redução dos crimes e delitos está longe de estar consolidada no longo prazo, como mostram, por exemplo, as comparações Europa / Estados Unidos), todos os estudos internacionais confirmam que existe uma técnica relativamente simples (além da manipulação das estatísticas de segurança) que permite alcançar resultados no curto prazo: basta encher rapidamente as prisões, o que Sarkozy fez de 2002 a 2004. No Ministério das Finanças, a história é outra: os movimentos midiáticos têm pouca importância, e não existe solução milagrosa que permita reduzir o déficit, reavivar o crescimento ou criar empregos. Somente uma ação paciente e contínua por vários anos, baseada num diagnóstico e numa política econômica apropriada, pode gerar impacto.

Sem dúvida, não existe nenhuma razão para forçar o ex-ministro do Interior a permanecer apenas oito meses em Bercy, a despeito da desculpa da longa tradição do partido RPR (União para a República) de acumular a presidência do partido com um posto ministerial (Chirac em 1986-1988, Juppé em 1993-1995). Prova de que a direita mais imbecil do mundo, sempre pronta a se retalhar para perder as eleições, ainda tem cartas na manga! Esse período de oito meses, ridiculamente curto para qualquer ação séria, não foi aproveitado por Sarkozy para começar a pôr em prática uma estratégia coerente e adequada. Os dados publicados nos relatórios econômicos e financeiros anexados ao orçamento de 2005 falam por si: as novas medidas tomadas em 2004 levaram a uma redução de 6 bilhões de euros nos impostos federais, logo compensada por um aumento de 6 bilhões de euros nas arrecadações sociais (a maior parte de CSG e contribuições sociais). Uma estratégia incoerente, pois as arrecadações que ele escolheu aumentar são precisamente aquelas que mais pesam sobre o crescimento e o emprego! E, se Sarkozy tomou o cuidado de assinalar que estava pondo fim às promessas chiraquianas de reduzir o imposto de renda (julgadas dispendiosas e inúteis, o que é verdade), por outro lado logo encontrou outros impostos federais cujas reduções também seriam inúteis e os abaixou mesmo assim. Por acaso já vimos as famílias retomarem seu consumo ou as empresas criarem empregos depois da redução do imposto sobre as heranças? Dadas as necessidades de financiamento do sistema de saúde e da previdência, essas reduções dos impostos inúteis levaram, há dois anos, a um aumento de mais de dois pontos da taxa global da CSG e das contribuições sociais. Nesse ritmo, a taxa global de arrecadação sobre o trabalho, que hoje é de 65% (em suma, um salário bruto de 100 corresponde a um salário líquido de 80 para o assalariado e a um custo de trabalho de 145 para o empregador), passará para 85% em dez anos, o que não é sustentável. Qual o sentido de cuspir discursos sobre a

revalorização do trabalho quando os fatos são tão evidente e insistentemente contraditórios ao objetivo proclamado?

Isso sem contar que o orçamento de Sarkozy fervilha de contas duvidosas e de manipulações contábeis que são bombas de efeito retardado para seu sucessor. Além dos 7 bilhões de euros despejados pela estatal elétrica francesa EDF, soma que por definição não irá se reproduzir, será retirada a coroa do imposto sobre as heranças: para tornar verossímil que a redução de 600 milhões de euros não custará nada, Sarko não hesitou em tomar como referência as receitas excepcionais de 2004, com um aumento de 10% em relação ao ano anterior. Esse aumento incomum se explica, segundo as informações de Bercy, pelas “condições climáticas excepcionais do ano de 2003” (ou seja, pelo número excepcionalmente alto de falecimentos, fenômeno que nós esperamos que não se reproduza!). Se lembrarmos que o ministro tinha pedido a seus assistentes, no momento de sua chegada a Bercy, para encontrar operações interessantes e pouco custosas, poderíamos, então, nos perguntar se não foi a onda de calor que lhe deu a ideia de mexer no imposto sobre heranças.

Sarkozy teve, ao menos, o mérito de formular uma agenda liberal clara e assumida e de estar pronto para assumir os riscos de satisfazer suas ambições. Não resta mais nada a não ser desejar que seu período à frente do partido UMP (União por um Movimento Popular) seja a oportunidade para desenvolver um programa forte que nos faça esquecer os oito meses em Bercy.

Contrato de trabalho: Borloo mistura tudo

13 de dezembro de 2004

É impressionante a simplificação do direito do trabalho que nos sugere Jean-Louis Borloo! Era de se esperar que o ministro do Trabalho se inspirasse nas propostas do relatório sobre seguridade social profissional apresentado por Pierre Cahuc e Francis Kramarz — que preconiza, acima de tudo, a fusão dos dois principais contratos de trabalho (contrato de duração determinada [CDD] e contrato de duração indeterminada [CDI]) num único contrato com duração indeterminada —, implementando, assim, um sistema de “guichê único”, que junta num mesmo lugar e num mesmo interlocutor os diferentes serviços de emprego, formação e indenização oferecidos aos desempregados (atualmente dispersos entre vários órgãos, como Anpe, Afpa, Unedic etc.). Ora, eis que o ministro sugere criar um terceiro tipo de contrato de trabalho (aplicável por um período intermediário às demissões por razões financeiras), além dos dois outros, e uma quinta agência de emprego (as “agências locais de emprego”) para se juntar às quatro primeiras.

Ninguém esperava, é claro, que as medidas drásticas pregadas por Cahuc-Kramarz, já esboçadas no relatório Blanchard-Tirole, fossem aplicadas de imediato. Mas ao menos elas mereciam suscitar um debate verdadeiro. Os dois economistas partiram de uma constatação de fracasso bem conhecida: mesmo com processos de demissão onerosos (em relação a outros países europeus), a França é o país

industrializado com o maior sentimento de insegurança em relação ao emprego. A razão é simples: entre os trinta mil empregos eliminados a cada dia na França (compensados por cerca de trinta mil contratações diárias), menos de 5% correspondem a demissões por razões financeiras, e a imensa maioria advém do fim do CDD. O estatuto relativamente protetor do CDI teve como consequência uma grande adesão das empresas ao CDD e, de imediato, um sentimento muito forte de insegurança entre os assalariados. Daí a proposta de acabar com essa dualidade perversa entre o CDD e o CDI e criar um contrato único de trabalho, que proteja mais do que o atual CDD, uma vez que seria de duração indeterminada (menos perigo à espreita dos milhões de CDD ao fim de dezoito meses), mas que proteja menos do que o atual CDI, no sentido de que as empresas deveriam pagar uma nova taxa no momento da demissão, mas não teriam mais a obrigação de reinserção no mercado de trabalho.

É evidente que esse último aspecto suscitará maiores controvérsias, pois vários sindicatos já denunciam nesse “direito de demitir” (semelhantes aos “direitos de poluir”) uma desresponsabilização social das empresas. Essas reações são compreensíveis, mas ignoram um fato essencial: a função que consiste em redigir avaliações de competências, propor novas formações aos trabalhadores demitidos e depois reinseri-los em novos setores e novos empregos é um trabalho em si e exige competências e uma organização específicas. As empresas provavelmente não são as mais aptas para garantir que isso aconteça. Além disso, a obrigação de reinserção no mercado de trabalho é muitas vezes fonte de incertezas jurídicas prolongadas, e os juízes nem sempre dispõem das competências necessárias para deliberar de forma correta sobre a situação econômica da companhia e os esforços de reinserção realizados. É necessário utilizar as empresas no que elas sabem fazer bem: produzir riquezas e pagar tributos (em alguns casos, altos

tributos). Se os tributos são utilizados para reorganizar e melhorar a eficácia do serviço público de emprego, no contexto de um sistema de “guichê único” no qual o Estado assume suas responsabilidades para oferecer aos desempregados formação e recolocação de alta qualidade, então tal reforma poderia ser para o bem de todos, empresas e assalariados. Contudo, se nos contentarmos em desresponsabilizar socialmente as empresas, sem fazê-las pagar mais e sem reorganizar de maneira profunda o serviço público do emprego, então tal reforma periga ser um mau negócio para os assalariados. O que causará ainda mais sofrimento para os franceses, uma vez que eles são muito apegados à proteção relativamente forte oferecida hoje pelo CDI (mesmo que o acesso a ele demore muito). O sentimento de insegurança deles talvez se explique, a princípio, por um ceticismo geral em relação ao mercado (os franceses figuram, por exemplo, entre os mais preocupados com a globalização), e não pelo fracasso de nosso modelo de direito do trabalho como tal.

Portanto, o caminho a percorrer é estreito, mas merece ser tentado ou ao menos debatido, e Borloo parece não ter qualquer pressa. É claro que a simplificação se baseia sempre em pensamentos mais complexos, e não podemos excluir a possibilidade de Borloo ter em mente uma estratégia sutil que permita atingir por etapas um objetivo mais ambicioso (por exemplo, que as novas agências locais terminem por englobar todas as outras). Neste estágio, temos, sobretudo, a impressão de que ele dá sua contribuição ao processo de sobreposição de camadas administrativas que conduziu ao sistema atual.

Uma escolha ruim para a pesquisa

10 de janeiro de 2005

As inflamadas promessas presidenciais da última terça-feira acabam de nos lembrar: o futuro da pesquisa é o assunto do momento. Retomando sem demora as conclusões do relatório Beffa (presidente da Saint-Gobain), Jacques Chirac pretende mostrar que 2005 será regido sob o signo da modernização de nosso sistema de pesquisa e que ninguém se preocupa mais do que ele com o atraso europeu nesse campo. Assim, anunciou a criação “em quatro meses” de uma Agência de Inovação Industrial (All), dotada, a partir deste ano, de 500 milhões de euros (e, em três anos, “de pelo menos 2 bilhões de euros”, o equivalente a 20% do orçamento do ensino superior) e destinada a financiar programas de inovação tecnológica, reunindo sob a asa de uma grande empresa as pequenas e médias companhias e os centros de pesquisa pública.

Os fatos principais do relatório são assustadores e merecem nossa preocupação. Os investimentos europeus em pesquisa e desenvolvimento são equivalentes aos investimentos americanos nos setores tradicionais (químico, automobilístico etc.) ou nos que fazem parte de grandes programas públicos (aeroespacial), mas são mais de dez vezes menores que os direcionados às novas tecnologias (biotecnologia, informática etc.). Assim, o objetivo da nova agência será identificar os projetos Ariane e Airbus de amanhã e investir muito nesses programas. A hipótese fundamental é que o impulso público se faz necessário para que os atores privados possam assumir riscos de longuíssimo prazo.

Em teoria, isso pode se justificar sobretudo porque vários dos projetos pensados (carro próprio, energias renováveis etc.) têm um valor que os mercados não podem internalizar por completo e porque as inovações tecnológicas mais importantes têm recaídas frequentes e efeitos colaterais em campos não imaginados anteriormente.

Antes de saudar o nascimento de uma nova forma de política industrial, é essencial que haja um debate verdadeiro. Antes de tudo, é impossível não se espantar com a visão industrialista que impulsiona esse projeto, em particular com o protagonismo dado às maiores companhias. Isso pode surpreender, uma vez que elas possuem mais dinheiro do que conseguem gastar e que as restrições sobre o mercado de crédito atingem mais as novas empresas de pequeno porte, cujo dinamismo e cuja taxa de sobrevivência são notoriamente deficientes na Europa. O projeto se baseia, também, num ato de fé, na capacidade dos especialistas da futura agência de indicar ao restante do país quais grandes projetos tecnológicos inovadores desenvolver pelos próximos dez ou quinze anos. No cenário mais pessimista, o projeto pode facilmente se tornar um pesadelo soviético-pompidoliano, tal como o “plano cálculo” e outros desastres dos anos 1970, com, de quebra, efeitos danosos para algumas grandes empresas.

De forma mais fundamental, e levando em conta que os orçamentos públicos, por ora, não são ilimitados, essa maneira de encarar a modernização da pesquisa se opõe fortemente a uma estratégia fundada no reforço das instituições de ensino superior e de pesquisa e desempenha um papel de atomizador das estruturas (com as grandes empresas criando redes de equipes específicas para um projeto e um período determinados). É ainda mais lamentável porque, para além das querelas compreensíveis mas contraproducentes entre os diferentes tipos de instituições (universidades, escolas, órgãos etc.), todos os atores universitários concordam que o futuro passa pela constituição de instituições autônomas e responsáveis, que

possam desenvolver a credibilidade e a eficácia necessárias para atrair os financiamentos públicos e privados de que tanto necessitam para sair da miséria coletiva atual. Grandes universidades como Harvard, Princeton e o MIT construíram uma identidade e uma reputação que lhes permitem estabelecer uma relação de confiança com os financiadores públicos e privados. Por exemplo, um doador que investe nessas universidades sabe que o dinheiro não será utilizado para fazer recrutamentos regionalistas e cientificamente duvidosos ou para sustentar programas de pesquisa inexistentes ou ultrapassados. Por sua vez, os professores-pesquisadores dessas instituições sabem que a reputação coletiva é seu bem mais precioso e que seus recursos dependem dela, recusando, assim, qualquer comprometimento que a prejudique. Assim como em empresas privadas, o processo de constituição de uma marca pode levar muitos anos, até mesmo várias décadas, e só pode acontecer por meio de instituições autônomas e consolidadas. Um atraso imenso aconteceu na França nessa área (a maior parte das universidades tem uma identidade fluida e uma reputação duvidosa); aí está o primeiro freio para o desenvolvimento dos investimentos privados indispensáveis no ensino superior e na pesquisa — sem dúvida mais do que a ausência de um All.

Cotas, uma escolha ruim

7 de fevereiro de 2005

O debate sobre as cotas, retomado por Nicolas Sarkozy, suscita reações tão variadas quanto contraditórias. Alguns as veem como um meio de romper com o dogma absurdo da imigração zero e de discutir publicamente o fato de que um país como a França sempre terá a necessidade de um fluxo regular de migração por razões tanto humanitárias quanto econômicas, debatidas de forma democrática. Outros, ao contrário, denunciam o risco de se instaurar uma triagem drástica de imigrantes mais bem formados ou de países de origem mais desejável, acarretando um *brain drain* nefasto para os países pobres e uma renúncia aos valores de justiça e solidariedade, em prol apenas dos agentes de recrutamento das empresas e dos racistas de todas as vertentes.

Falemos logo de cara: as cotas são provavelmente um dos piores sistemas de regulação da imigração, e é paradoxal ver tais propostas ressurgirem enquanto todos os especialistas (George Borjas nos Estados Unidos, Patrick Weil na França etc.) mostram como elas funcionavam mal nos Estados Unidos.

Uma das ambiguidades no debate se deve às referências frequentemente imprecisas do caso americano, que como sempre serve tanto de modelo quanto de contramodelo, sem que ninguém se preocupe com o que ele é de fato. Por exemplo, as cotas serão definidas com base na origem nacional (por país e zona geográfica) ou utilizando categorias funcionais correspondentes aos tipos de imigração (reagrupamento familiar,

trabalho, refugiados etc.)? Sobre esse ponto, lembremos que as cotas definidas com base na nacionalidade quase não existem nos Estados Unidos desde a lei de 1965, que as substituiu por um sistema baseado em categorias funcionais. Dos 850 mil imigrantes legais que entraram nos Estados Unidos em 2000, 350 mil vieram do regime de cônjuges e parentes próximos, 260 mil de outras categorias de reagrupamento familiar, 110 mil de imigração de trabalho (dos quais quarenta mil pelo procedimento especial destinado aos trabalhadores muito qualificados), setenta mil são refugiados políticos e somente cinquenta mil (6% do total) advêm de processos que visam promover a “diversidade” de países de origem, com os famosos sistemas de loteria.

Fica difícil imaginar a França adotando um sistema de cotas nacionais abandonado há quarenta anos pelos Estados Unidos. Na prática, como as categorias funcionais se sobrepõem às categorias nacionais (os “refugiados” vêm mais da África e menos dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE] do que os “trabalhadores muito qualificados”), podemos suspeitar que Sarkozy ou seus sucessores, uma vez que o sistema tenha sido implementado, alterem os níveis das diferentes cotas para obter o mix racial mais de acordo com a opinião pública. Os riscos de manipulação demagógica de tal sistema é tão grande quanto os números em jogo são difíceis de serem determinados. Imaginar que podemos criar de maneira segura eleições para que os franceses ou seus deputados decidam sobre o número de refugiados ou de reagrupamentos familiares revela, de certa maneira, uma ilusão democrática.

Outro perigo é, ao contrário, o endurecimento e a hiper-rigidez. As cotas constituem um objeto político tão intimidante que é muito tentador, uma vez fixados os diferentes contingentes, não mexer mais nesses valores por décadas. Nos Estados Unidos, os contingentes não são modificados desde a lei de 1990. Mesmo que eles sejam sempre transgredidos, o assunto é tão

polêmico que é quase impossível reunir a maioria no congresso para rever os valores fixados em 1990. As loterias, que atraem a cada ano onze milhões de candidatos no mundo (para cinquenta mil lugares), ajudam a aumentar a frustração e as redes clandestinas.

Outra forma de rigidez introduzida pelas cotas é a impossibilidade de o governo prever com exatidão quais serão as qualificações demandadas pelo mercado e quais deveriam ser os fluxos de imigração correspondentes, como mostra o fracasso do sistema de cotas de vinte mil cientistas da computação instituído na Alemanha em 2000. Um exemplo bem mais suave e reativo de intervenção é o decreto Aubry de 1998, que simplifica todos os procedimentos a serem seguidos por um empregador que deseje contratar um assalariado estrangeiro. O princípio geral, segundo o qual o empregador deve provar que a vaga não pode ser preenchida por nenhum desempregado inscrito na Agência Nacional para o Emprego (Anpe), é na verdade aplicado de maneira drástica na França, o que contribui para que os assalariados qualificados originários de países da OCDE ou do sul partam para outros lugares. Essa medida, entre outras, contribuiu para uma abertura migratória real posta em prática sem alarde na França entre 1997 e 2001. Basta lembrar que o decreto Aubry foi revogado em 2003 por Sarkozy para percebermos as verdadeiras intenções do presidente do UMP e a candura que paira sobre sua armadilha.

O preço de um filho

7 de março de 2005

Para além do escândalo, o caso do duplex de seiscentos metros quadrados de 14.000 euros por mês (168.000 euros por ano!) dos Gaymard teve, pelo menos, a vantagem de mostrar na prática uma das mais velhas questões de política familiar. Toda criança tem o mesmo valor, no sentido de que o valor dos serviços e prestações concedidos pelo poder público deve ser o mesmo para todas as crianças, seja qual for a renda dos pais? Ou na verdade o Estado deve tentar manter o nível de vida dos pais mais abastados que querem ter uma família numerosa igual ao de um casal sem filhos de mesma renda, de modo que o montante de compensações despejadas pelo Estado para cada criança deva necessariamente crescer de acordo com a renda dos pais? Não causa surpresa que o debate entre as lógicas de solidariedade vertical e de equidade horizontal suscitem calorosos confrontos políticos há mais de um século.

O ex-ministro das Finanças se situa sem dúvida na segunda lógica: os Gaymard julgaram que 240 metros quadrados no boulevard Saint-Michel não lhes permitiam “ter uma vida familiar normal e viver com [seus] filhos” (subentendido: nas condições de conforto compatíveis com seu novo status e renda), e, já que eles não são “ricos o suficiente” para possuir seiscentos metros quadrados no VIII^e arrondissement, pareceu-lhes justificável que o contribuinte os compensasse pela queda no padrão de vida que seus oito filhos estavam prestes a sofrer. No caso, essa mãozinha do contribuinte somava, porém, quase 2.000 euros por

mês por criança. Para colocar tais valores em perspectiva, vale compará-los àqueles referentes à política familiar convencional.

A primeira lógica é, claro, a da assistência às famílias. Atualmente, todos os domicílios recebem zero euro por mês para o primeiro filho, em torno de 115 euros por mês para dois filhos, 260 euros por mês para três filhos, e então 145 euros por mês para cada filho adicional. Com oito filhos, os Gaymard receberiam, assim, 985 euros por mês, ou seja, em torno de 12.000 euros por ano, o mesmo montante que a modesta família Groseille, do filme *A vida é um longo rio tranquilo*. Trata-se de um complemento de renda substancial para esta última, mas não para os Gaymard (o salário de ex-ministro era de 200.000 euros líquido por ano, e sua esposa deve ganhar pelo menos a mesma soma, sem contar as rendas adicionais).

A segunda lógica é a do quociente familiar (QF), sistema único no mundo implementado na França em 1945 para esconjurarmos o fantasma das baixas e da diminuição da natalidade nas famílias abastadas. O princípio é simples. Cada domicílio dispõe de certo número de partes: duas para um casal sem filhos; 2,5 com um filho; três com dois filhos; quatro com três filhos; depois uma parte adicional para cada filho. Até 1953, os casais desciam de duas partes a 1,5 se eles não tivessem um filho ao fim de três anos de casamento — prova da imaginação do legislador fiscal em matéria de natalidade! Divide-se, em seguida, a renda pelo número de partes, calcula-se o imposto devido e então se remultiplica pelo número de partes. A divisão pelo número de partes permite fugir às faixas mais elevadas de imposto, e isso acontece mais intensamente quanto maior for a renda.

Na prática, com oito filhos (ou seja, nove partes), os Groseille não pagariam impostos, e com certeza esse já era o caso com apenas duas partes, então o QF lhe dá zero euros: eles devem se contentar com a assistência às famílias. Com uma renda anual de 100.000 euros, um domicílio com oito filhos se beneficia de uma redução do imposto de cerca de 20.000 euros, o que já é

alguma coisa. Quanto aos Gaymard, com uma renda anual da ordem de 400.000 euros (só para lembrar), a aplicação estrita do QF lhes daria em torno de 70.000 euros, e mais de 80.000 se eles adicionassem a assistência. Ainda estamos longe dos 168.000 euros do duplex, mas vemos que as ordens de grandeza não são incomparáveis. O apartamento do ministro foi, no fim das contas, um super-QF.

Ao julgar esse maná excessivo, os socialistas decidiram em 1981 que a redução do imposto teria um teto (medida mais do que compensada em 1986 pela atribuição de partes completas para quem tivesse mais de três filhos). Hoje, a redução não pode ultrapassar 4.200 euros por parte, de modo que os oito filhos dos Gaymard ganhariam apenas 30.000 euros (e não 70.000). A regra fixada por Raffarin para sair da crise (cada ministro tem direito, além de seu salário, a oitenta metros quadrados e mais vinte metros por filhos, ou seja, 240 metros quadrados para oito filhos) veio para tirar o teto dos efeitos do QF apenas para os domicílios dos ministros. Ao instituir às pressas o novo direito de alojamento familiar para os ministros (não previsto em nenhuma lei), depois de ter, em 2002, dobrado seus salários de maneira pouco transparente, Raffarin coloca o governo mais uma vez fora do direito comum.

Rumo a um sistema fiscal internacional?

4 de abril de 2005

Para financiar os “objetivos do milênio”, visando reduzir pela metade a pobreza no mundo até 2015, estima-se que a ajuda pública para o desenvolvimento deva passar de 50 para 100 bilhões de dólares por ano. Esse último valor pode parecer pequeno (menos de 0,3% do PIB mundial, que é de 40 trilhões de dólares), mas é na realidade difícil de ser alcançado, levando em conta a mesquinharia dos países ricos, que enfrentam suas próprias reivindicações sociais e onde a demagogia anti-imposto atinge seu nível máximo.

Daí as muitas reflexões atuais sobre a necessidade de se criarem novas fontes duráveis para construir um sistema fiscal verdadeiramente internacional. Os tributos sobre as transações financeiras, os lucros das multinacionais, as vendas de armas, o transporte aéreo etc.: a caça às ideias foi oficialmente lançada, como mostra a reunião organizada na última quinta-feira em Bercy pela Agência Francesa do Desenvolvimento (AFD) com a presença de vários atores envolvidos no assunto. Tal solução teria, antes de tudo, o mérito de estabilizar os recursos disponíveis para os países pobres (a ajuda pública é muito volátil). Acima de tudo, uma parte importante dos programas previstos nos “objetivos do milênio” corresponde a verdadeiros “bens públicos mundiais” (luta contra as epidemias, contra a poluição etc.), e é lógico que seu financiamento apela a impostos mundiais. O futuro do mundo passará então pela criação de um

sistema fiscal internacional? Sim, sem dúvida, contanto que não se confundam os objetivos.

Em primeiro lugar, quando a criação de tais impostos e os esforços dos países ricos permitirem atingir os 100 bilhões mencionados, será ilusório imaginar que a nova ajuda internacional poderá sozinha fazer as vezes de política social nos países pobres. Em todos os países hoje desenvolvidos, inclusive nos Estados Unidos, o processo de modernização e desenvolvimento se baseia na construção progressiva de um poder público capaz de mobilizar de maneira eficaz e democrática pelo menos 30% ou 40% do PIB para financiar despesas coletivas indispensáveis ao crescimento econômico: educação, saúde, infraestrutura etc. Muitos dos países subdesenvolvidos, sobretudo na África e no Sul da Ásia, sofrem hoje com um setor público muitíssimo pobre e ineficaz, e o principal desafio é ajudá-los a construir seu próprio modelo de Estado do bem-estar social. Como notou recentemente Jean-Marc Sévérino, não é possível nem desejável que as organizações internacionais se tornem os empregadores definitivos de dezenas de milhões de professores, enfermeiros e médicos necessários nos países pobres, pois isso minaria o frágil processo de construção do Estado nesses países. Uma das prioridades seria ajudá-los a desenvolver um sistema fiscal adaptado e dinâmico (em muitos países pobres, as receitas fiscais representam pouco mais de 10-15% do PIB, como na Europa há dois séculos, o que permite pagar apenas os soldados e os policiais), assunto com o qual as organizações internacionais se preocuparam pouco nesses últimos quinze anos. É necessário constatar que os países que tomaram esse caminho (como a China, onde o imposto de renda chegará a mais de 5% do PIB daqui a alguns anos, mais do que na França!) o fizeram sem nossa ajuda.

No entanto, a criação das bases de um sistema fiscal internacional seria útil hoje em dia. A história do desenvolvimento

nos países ricos, porém, poderia evitar ir atrás de pistas erradas. A longa evolução do sistema fiscal revela sempre as mesmas tendências: começa-se a utilizar as bases fiscais simples (direitos de alfândega e outros impostos indiretos sobre o comércio), e progressivamente os Estados desenvolvem a capacidade administrativa e a legitimidade política necessárias para gerar taxas mais complexas e mais intrusivas, como o imposto sobre a renda ou os lucros. Achar que vamos começar a história de um sistema fiscal internacional criando um imposto mundial sobre os lucros das empresas é uma grande ilusão: seria necessário começar por harmonizar as bases europeias do imposto sobre o lucro, o que está longe de acontecer. A taxa de 0,01% sobre as transações de câmbio (que, segundo a Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos [Attac], poderiam gerar 10 bilhões de dólares) cria, em parte, os mesmos problemas. Trata-se de uma base fiscal altamente manipulável da qual seria, além disso, preciso excluir todas as transações de muito curto prazo, gerando menos de 0,01%, que tal taxa faria desaparecer de imediato (ou seja, a maioria das transações de câmbio, segundo Jean-Pierre Landau, que observa que apenas a inclusão do conjunto das transações de valores mobiliários poderia gerar 10 bilhões). Querendo resolver tudo ao mesmo tempo, a famosa “Taxa de Tobin” arrisca-se a nunca ver a luz do dia. Uma solução menos atraente, porém mais realista, seria, sem dúvida, um imposto sobre as transações internacionais (se o comércio mundial movimentar 10 trilhões por ano, uma taxa de 0,1% geraria os mesmos 10 bilhões), o que, além do mais, poderia ser posto em prática antes mesmo da adesão de todos os países.

Bolkestein não é Frankenstein

2 de maio de 2005

Quando o “sim” parece voltar à tona nas pesquisas, devemos retomar debates provocados pela diretiva Bolkestein, fonte de inúmeros mal-entendidos durante a campanha. Afinal, se a famosa diretiva não tem estritamente nada a ver com o projeto de Constituição, tem, pelo menos, o mérito de ilustrar de forma clara os desafios e a complexidade das políticas europeias de liberalização.

A princípio, o texto do comissário holandês previa que uma empresa fornecendo serviços em outro país da União Europeia seria submetida ao direito do país de origem, e não ao do país de destino. Deixemos claro que a maior parte das trocas de serviços não sofre influência desse acordo controverso. Quando a atividade é inteiramente feita a distância e vinda do exterior, por exemplo, no caso de um serviço de manutenção informática no qual a central telefônica se baseia na Polônia ou na Índia, é evidente que são os direitos do país estrangeiro que se aplicam aos trabalhadores envolvidos. E, quando o serviço é inteiramente feito *in loco* pelos trabalhadores imigrados ao país de acolhimento, por exemplo, no caso de um bombeiro polonês que se instala em Paris (supondo que ele tenha as licenças necessárias, o que não é sempre fácil), é evidentemente o direito do país que o recebe que se aplica. O caso ambíguo, o único considerado pela cláusula do país de origem, é aquele em que uma empresa baseada no estrangeiro é levada no contexto de sua prestação de serviço a enviar assalariados em missão ao

país de destino. Por exemplo, uma empresa letã responde a um pedido e envia seus trabalhadores para um canteiro na Suécia; segundo a diretiva Bolkestein, eles seriam submetidos ao direito letão e não ao sueco.

Por mais derogatória que possa parecer, tal regra pode se justificar pelo fato de que, para missões no estrangeiro curtas e pontuais (oito dias, segundo a diretiva de destacamento de 1996), seria absurdo recriar inteiramente todos os contratos de trabalho. Sobretudo, existem em inúmeros setores (táxis, comércio, obras públicas etc.) procedimentos e regulamentações que constituem verdadeiras barreiras à entrada e aumentam ainda mais a proteção corporativista de rendas adquiridas, e até a corrupção, em vez do progresso social. Como notou um empreendedor polonês consternado: “É mais fácil para uma empresa ocidental abrir um escritório de advocacia na Polônia do que é para nós azulejar os banheiros alemães.”

Entretanto, desejando resolver os problemas reais de discriminação encontrados por trabalhadores e empresas do leste (ainda mais injustificados considerando que, em vários setores, falta mão de obra nacional), Bolkestein adotou uma solução realmente extrema que parece desconsiderar todo o resto. Não se fixou nenhum limite claro sobre a duração das missões, e, acima de tudo, foi o conjunto do direito e das regulamentações do país de destino que passou despercebido. A diretiva abre o caminho para um *dumping* social e fiscal sem fim, onde bastaria que uma empresa abrigasse formalmente seus trabalhadores no país com os encargos mais baixos para evitar, por exemplo, o pagamento das contribuições sociais do país onde a atividade em questão é realizada!

Com a desculpa de reformar certas regulamentações inadequadas, acabamos por utilizar a Europa para questionar o conjunto do edifício social e fiscal sobre o qual foram construídos os Estados do bem-estar social europeus. Diante desse tipo de ofensiva, a esquerda europeia deve construir coalizões social-

democratas ofensivas prontas a questionar as regulamentações existentes sempre que elas forem inadequadas e, por outro lado, defender com firmeza os princípios essenciais quando forem ameaçados, principalmente no que concerne ao *dumping* fiscal. As propostas dos eurodeputados do SPD (Partido Social-Democrata alemão) de renovação da diretiz vão nessa direção, mas tal atitude construtiva e europeia é rara entre os socialistas franceses, sobretudo entre os partidários do “não”, que em geral se apegam ou à demagogia retrógrada ou ao oportunismo nu e cru. Seria preciso lembrar que o relatório Charzat propunha em 2001 uma isenção dos impostos franceses para os estrangeiros alocados na França (medida que estranhamente faz lembrar a diretiz Bolkestein) e que seu comanditário, Laurent Fabius, estava prestes a aplicá-la, num momento em que tal posicionamento político lhe parecia favorável?

De todo modo, é preciso frisar que um “não” ao tratado constitucional apenas diminuirá as chances de os países importantes (e em especial da França) terem peso em suas escolhas. Sem dúvida podemos lamentar que um texto que contém apenas tímidos avanços em relação a tratados anteriores (em essência, as novas regras definem a maioria qualificada: 55% dos Estados representando 65% da população) tenha o nome de Constituição e seja objeto de um referendo, o que inevitavelmente leva muitos eleitores a demonstrarem uma insatisfação geral em relação à Europa. Mas, a partir do momento em que o processo for iniciado, somente o “sim” permitirá avançar numa boa direção.

Dos portugues aos polacos

30 de maio de 2005

Qualquer que seja o resultado, a campanha para o referendo deixou um gosto amargo entre os partidários da integração europeia. A principal razão que convenceu tantos assalariados franceses a votar “não” é clara. É o medo que eles têm dos trabalhadores dos novos países-membros, bem como a ideia de que a concorrência com estes — massas de bombeiros poloneses e empresas operando na Romênia — levaria irremediavelmente a uma deterioração dos salários e das condições de emprego na França.

É sem dúvida legítimo que aqueles que sofrem com a situação atual no mercado de trabalho e com a estagnação dos salários há vinte anos expressem sua cólera em relação a seu destino e ao governo atual, e nunca é demais repetir que o texto proposto como Constituição não continha avanços o suficiente para evitar esse risco. No entanto, as elites que deram crédito à ideia de que esse sofrimento seria causado pela Europa e pelos novos participantes (ou, pior ainda, que um “não” atenuaria o sofrimento) carregam uma grande responsabilidade histórica. Assim, vimos durante a campanha um enorme desfile de fatos envolvendo prefeitos (inclusive de esquerda) que partiram à caça dos trabalhadores poloneses dentro de suas comunas, como nos piores momentos dos *bulldozers* anti-imigração do PCF (Partido Comunista Francês). Os partidários do “não”, de direita e de esquerda, não se cansam de explicar que a integração de novos

países conduziria a uma regra de “o mais barato ganha” e a uma deterioração global da situação dos assalariados.

Na verdade, esses medos não correspondem a qualquer realidade econômica séria. Se os salários reais progrediram a ritmos excepcionais, da ordem de 5-6% nos novos países-membros nos últimos anos, não foi porque os salários na França e na Alemanha caíram no mesmo montante (eles aumentaram também, muito pouco, de fato), mas porque os países produziram mais, o que por sua vez estimulou seu poder de compra e os levou a importar nossos produtos. Foi exatamente o que ocorreu depois da entrada da Espanha e de Portugal na Europa em 1986. Os dois países enriqueceram e se juntaram à moeda europeia, e isso não se deu às custas da França, muito pelo contrário. No entanto, à época, uma coalizão estranhamente heterogênea já se opunha à sua entrada, sob o pretexto de que os assalariados franceses iriam enfrentar a concorrência dos trabalhadores espanhóis e portugueses (esses de fato muito mais próximos da França do que os poloneses, com diferenças de salários equivalentes). Essa coalizão agrupava, como de costume, a extrema esquerda, o PCF, a direita soberanista e a extrema direita. Quem pode falar com seriedade hoje em dia que os trabalhadores franceses sofreram com a concorrência da Espanha e de Portugal e que a taxa de desemprego na França seria menor se os tivéssemos deixado de fora? Nada na evolução do desemprego em trinta anos (5% nos anos 1970, 10% em 1986-1987, 8-9% em 1989-1990, 12% em 1994-96, 8-9% em 2000-2001, 10% hoje) ou na avaliação das taxas de desemprego regionais permite sustentar tal tese. Levar a sério a ideia de que o sofrimento dos trabalhadores franceses teria como causa agora os novos imigrantes poloneses e romenos é uma monstruosidade. A verdade é que o desemprego francês é um problema complexo que não nada tem a ver com tudo isso e que a taxa de desemprego não seria nem um pouco diferente se a integração europeia tivesse sido suspensa vinte anos atrás.

Isso quer dizer que tudo vai bem em Bruxelas e que a Constituição proposta é perfeita? É claro que não. Os capitais são hoje bem mais móveis do que em 1986 (ao contrário dos trabalhadores), e a Europa tem um papel significativo a desempenhar na luta contra o *dumping* fiscal. O tratado constitucional oferece, com a intenção de avançar nessa direção, instrumentos melhores do que os tratados anteriores, mas os avanços são claramente insuficientes. Para progredirmos um pouco mais, será necessário convencer nossos parceiros de que o *dumping* não apenas é coletivamente prejudicial, mas que, além disso, não é necessário para assegurar o crescimento e o bom funcionamento de uma economia de mercado. Acreditar que a mistura de arrogância, xenofobia e antiliberalismo sistemático, manifestados na França nos últimos meses, permitirá progredir nessa direção é ilusório. A utilização da Europa como bode expiatório para todos os nossos males nacionais é, sem dúvida, uma tradição antiga. Já em 1983 explicávamos a paralisia dos salários como uma restrição imposta pela Europa, quando na realidade esse ponto crítico teria sido atingido de qualquer jeito, inclusive se a França estivesse sozinha no mundo (os baixos salários progrediram três vezes mais rápido do que a produção de 1968 a 1983, ritmo que não pode ser sustentado eternamente, seja numa economia aberta ou fechada). A retórica da Europa como bode expiatório foi levada a seu paroxismo nessa campanha, e hoje nós pagamos o preço.

Sair da armadilha blairista

27 de junho de 2005

Como previsto, Tony Blair aproveitou sem demora a oportunidade dada pelo “não” francês no referendo sobre a Constituição europeia para tentar tomar a liderança da Europa. A problematização do abatimento sobre a contribuição britânica no orçamento europeu obtido por Margaret Thatcher em 1983 (depois de muitos anos de bloqueio institucional) é possível, anuncia o primeiro-ministro britânico. Mas apenas se revisitarmos profundamente a estrutura do orçamento europeu, e em particular se atacarmos de forma radical a política agrícola comum (PAC), que absorve 40% dos recursos e impede a Europa de investir no futuro (formação, pesquisa, infraestruturas). Essa historinha não engana ninguém (foi convencido, em 2002, a não se retocar a PAC antes de 2007), mas é quase certo que o pedido será atendido.

Ao adotar essa postura de conquistador, Tony Blair tenta fazer a França parecer antiquada e colocá-la na categoria dos acusados. Quando enfatiza a política agrícola comum, ele faz uma caricatura do nosso suposto modelo social como um modelo corporativista e retrógrado, no qual a grande massa de transferências é sugada por uma pequena minoria prestes a tomar seus ancinhos e facões para defender as vantagens conquistadas nos anos 1950. Não há nada de vergonhoso em ter sido o primeiro exportador mundial de vários produtos alimentares de alta qualidade, e nós conhecemos bem o caráter artificial da famosa cifra de 40%, que revela sobretudo a fraqueza

do orçamento global da União Europeia. No entanto, fica bem difícil fazer os cidadãos europeus concordarem com uma União que gasta 40% de seus recursos atuais para o benefício de somente 2% da população e com o fato de que Tony Blair não se enganou ao estigmatizar o impacto negativo da PAC sobre o desenvolvimento dos países do sul, os quais se tornam incapazes de desenvolver como deveriam suas produções e suas exportações de matérias-primas agrícolas. Se juntarmos a isso o fato de que o Reino Unido pretende tomar a frente na luta pela reforma da assistência pública ao desenvolvimento com, por exemplo, o apoio de um mecanismo engenhoso de subvenção à produção privada de novas vacinas, então a caricatura fica completa.

A França é apresentada como um país retrógrado, incapaz de compreender que o desenvolvimento econômico e social deve se basear nas forças de mercado, defensor de políticas inadequadas tanto para seus próprios cidadãos quanto para o desenvolvimento do sul. A Grã-Bretanha, ao contrário, supostamente se guia pelo discurso positivo e conquistador de Tony Blair sobre a globalização. Em vez de insistir nas medidas defensivas e protecionistas perante o mercado, ele anuncia aos trabalhadores que vai lhes dar as armas necessárias para ocupar os empregos mais dinâmicos da economia mundial.

Sair dessa armadilha torna-se ainda mais urgente se considerarmos que a França está, na realidade, muito mais bem armada do que o Reino Unido para liderar a marcha em direção à “economia do conhecimento mais produtiva do mundo”, anunciada pelo conselho europeu em Lisboa. Não é demais repetir: a produção por hora trabalhada é ainda hoje 25% menor na Grã-Bretanha do que na França ou na Alemanha. Os britânicos conseguem ter o nível de PIB *per capita* igual ao nosso somente porque trabalham 25% mais horas do que nós. E o fato de os desempregados (menos produtivos em média do que os

ativos) serem mais numerosos na França explica apenas em parte essa diferença (menos de um terço).

A verdade é que, 25 anos após a chegada de Margaret Thatcher ao poder e de suas reformas supostamente salvadoras, o Reino Unido permanece um país subformado e pouco produtivo (a diferença de produtividade quase não diminuiu), sendo necessário adotar métodos de países pobres (*dumping* fiscal e longas jornadas de trabalho) para se alçar ao mesmo nível dos outros. A persistente mediocridade da produtividade da mão de obra britânica se explica em grande parte pela existência de um sistema de formação profundamente subdotado e marcado por fortíssimas estratificações sociais, herança de um sistema aristocrático do qual os americanos fazem graça há dois séculos e que é a origem do declínio do Reino Unido.

E, se é verdade que a modernização do ensino superior é mais avançada do outro lado do canal da Mancha, não é menos verdade que a França dispõe, graças a seu sistema de ensino fundamental e médio, de uma base sólida e oferece uma educação de massa de qualidade invejável. Além disso, é espantoso constatar que uma das medidas-modelo propostas por Tony Blair em sua última eleição consiste em instituir no Reino Unido um sistema de *baccalauréat* nacional, bem “ao estilo francês”.

Mesmo assim, apesar dos esforços genuínos empreendido desde 1997, a mão de obra britânica é muito menos resguardada do que na França quanto ao risco de problemas de saúde. O modelo francês se baseia em sistemas de escolarização e seguro-saúde universais de alta qualidade, não na PAC, e é esse modelo que se deve promover na Europa. Isso passa, sem dúvida por uma renegociação das subvenções da PAC durante o período 2007-2013, que por sua vez permitirá ocupar um lugar central na definição de objetivos ambiciosos para a Europa em matéria de formação e de pesquisa.

Reforma do imposto: quero só ver!

12 de setembro de 2005

Em 14 de julho, Jacques Chirac anunciou para o ano de 2006 uma pausa na redução dos impostos de renda (IR), “a fim de investir todos os meios disponíveis na luta contra o desemprego”. E eis que Dominique de Villepin revela no dia 1º de setembro sua intenção de retomar o movimento de redução a partir de 2007! Trata-se de simples manobra para recarregar as baterias em 2006 e elevar os ânimos dos eleitores contribuintes em 2007? Se levarmos a sério a declaração do primeiro-ministro, não estaremos tão certos disso. Ao anunciar seu objetivo de suprimir os abatimentos de 10% e de 20% e de rever completamente a tabela a fim de tornar o imposto mais compreensível, Villepin abriu o caminho para uma reforma ambiciosa do IR, muito diferente do que aconteceu nos anos anteriores (durante os quais nos contentamos em diminuir as taxas, exemplo típico da não reforma).

Lembremo-nos dos fundamentos do problema. Ao fim de noventa anos de disputas orçamentárias, o IR francês conseguiu o feito de pesar menos do que em todos os outros países desenvolvidos (pouco mais de 3% do PIB, contra 5% há vinte anos e pelo menos 7-8% em todos os outros países), fixando taxas incompreensíveis e, aparentemente, muito altas para níveis de rendas pouco significativos: por exemplo, 28,26% sobre a faixa de 15.004 a 24.294 euros; 37,38% de 24.294 a 39.529 euros etc. e 48,09% para valores acima de 48.747 euros (tabela de 2005). Essa façanha se deve à aplicação efetiva de tais taxas

não à renda real, mas à “renda tributável por partes”: começa-se por deduzir da maior parte das rendas os abatimentos de 10% e de 20% (isso dá a renda tributável), depois se divide pelo número de partes (2,5 partes para um casal com filho, quatro partes com três filhos etc.). Além disso, as taxas se aplicam não à totalidade da renda, mas somente à fração dentro de cada faixa — é o sistema obscuro de tabela em “taxa marginal”, fonte de mal-entendidos. Quantas vezes ouvimos contribuintes se preocuparem (de maneira equivocada) com o fato de que vão “pular uma faixa” e assim sofrer uma perda líquida da renda disponível... Se acrescentarmos a isso o inacreditável acúmulo de mecanismos de redução de impostos e de nichos fiscais, chegaremos a um sistema incompreensível, no qual os cidadãos são incapazes de ter a mais simples ideia de quem paga o quê. Resultado: cada um acha que paga o custo desse sistema opaco (e suspeita que seu vizinho tira melhor partido dos dispositivos em vigor), e o IR tornou-se objeto de fantasmas que assombram o debate fiscal francês.

Para sair desse marasmo, não há dúvida de que é preciso eliminar os abatimentos de 10% e 20% e integrá-los à tabela, simplificando-os, como concebeu Villepin. Contudo, para reconciliar os franceses com o imposto de renda, não será suficiente “reduzir o número de faixas de sete para quatro”. Para enfim tornar o IR compreensível, parece necessário sair do sistema de taxa marginal e exprimir a tabela em termos de taxas efetivas diretamente aplicáveis à renda real. Tomemos o exemplo de um casal com um filho que ganhe 60.000 euros por ano. Sua taxa efetiva é atualmente de 8%, ou seja, um pouco menos de 5.000 euros de imposto. É essa taxa que deve figurar na tabela para esse nível de renda, e nenhuma outra. Com 130.000 euros de renda anual, a taxa efetiva é atualmente de 15%; depois sobe para 30% para 300.000 euros, 40% para 1 milhão de euros e quase 50% para 5 milhões de euros. Entre esses pontos, é suficiente traçar linhas retas: por exemplo, basta dizer que a taxa

efetiva passa progressivamente de 8% para 15% entre 60.000 euros e 130.000 euros — 1% para cada 10.000 euros a mais. Se usássemos a tabela dessa maneira, cada um poderia ter uma ideia de quanto cada pessoa paga e teria a possibilidade de constatar que é necessário alcançar uma renda de várias centenas de milhares de euros para chegar a taxas efetivas da ordem de 25% ou 30%, ao contrário do que a tabela atual deixa a entender.

Tal reforma permitiria ao debate democrático retomar seus direitos: alguns julgarão que a taxa efetiva de 50% aplicada às rendas de 5 milhões de euros deveria ser diminuída para 40%, outros dirão que a taxa de 8% aplicada às rendas de 60.000 euros deveria ser reduzida para 7%, e todos esses debates poderiam acontecer com transparência. O sistema de tabela expresso diretamente em termos de taxas efetivas já foi aplicado em vários países — e, sobretudo, na França de 1936 a 1942. Introduzido pela Frente Popular por conta da preocupação com a transparência democrática, ele foi abolido no regime de Vichy, sob a alegação de que era “transparente demais”, em prol de tabelas em faixas com taxas marginais — a tal ponto que quase esquecemos que existia outra forma de proceder, claramente mais satisfatória do ponto de vista cívico. Para um primeiro-ministro amante do lirismo que disse desejar que o IR fosse enfim compreensível aos cidadãos, eis um precedente histórico que pode oferecer um pouco de tempero ao exercício sem sabor da reforma fiscal!

Bloqueios alemães

10 de outubro de 2005

Seja qual for o resultado das negociações em curso sobre a “grande coalizão” CDU-SPD (União Democrata Cristã e Partido Social-Democrata), as eleições alemãs de 18 de setembro terão ao menos o mérito de nos informar com precisão sobre o estado da opinião pública em matéria fiscal. Na Alemanha, e sem dúvida também na França e em outros países europeus, os eleitores não vão aceitar qualquer coisa em nome do pragmatismo e da concorrência fiscal europeia. Todas as pesquisas e todos os estudos de opinião confirmam: já que Angela Merkel dispunha de mais de vinte pontos de vantagem nas pesquisas, foi sem dúvida a aparição do jurista Paul Kirchhof na campanha e suas propostas radicais de reforma fiscal que contribuíram de maneira decisiva para a queda do CDU. De fato, tão logo viu os resultados, Merkel se afastou daquele a quem ela dava a entender que entregaria o Ministério das Finanças e que descrevia ainda ontem como um “visionário”. O dito jurista anunciou que retornará à sua tribuna, e hoje está claro que sua reforma nunca verá a luz do dia.

O que propunha exatamente Kirchhof? A medida mais espetacular consistia em instituir um imposto de renda com somente duas faixas: uma de 0% para as rendas mais baixas e uma de 25% para a quase totalidade das rendas. Trata-se, assim, de voltar aos impostos quase proporcionais, que eram aplicados no século XIX, e retirar uma característica importante da principal inovação do século XX em matéria fiscal: a

progressividade. Gerhard Schröder se saiu bem ao condenar aqueles que queriam “tributar com a mesma taxa o presidente da empresa e sua empregada doméstica”, mensagem que foi retomada pelo SPD ao longo dos debates televisivos e que nitidamente foi bem-sucedida. Os alemães continuam claramente afeitos a uma forma de progressividade fiscal e de redistribuição.

Por mais extremas que possam parecer, é todavia importante perceber que as propostas de Kirchhof constituem de certa forma o contexto natural dos debates fiscais que deverão ocorrer na Europa. Na Alemanha, na França e quase em todo lugar, a lógica implacável da concorrência fiscal levou, ao longo dos últimos vinte anos, a uma queda de cerca de 25-30% da taxa de imposto sobre o lucro das empresas. Ao mesmo tempo, a progressividade do imposto sobre a renda dos indivíduos foi fortemente reduzida, com taxas superiores em torno de 40% na maior parte dos países importantes. Não foi por coincidência que Kirchhof propôs em 2005 aprovar um imposto quase proporcional com uma taxa única da ordem de 25%. Trata-se, de certa maneira, da etapa seguinte de uma progressão lógica, e todos os países correm o risco de serem confrontados com essa realidade (já é o caso no Leste Europeu e nos Estados Unidos). O fato de os eleitores alemães terem feito uma oposição tão clara a essa nova etapa, a tal ponto de se recusarem a dar plenos poderes ao CDU — apesar da falta de popularidade e da usura de Schröder (cinco milhões de desempregados após sete anos do governo SPD-Verdes) —, tem muitas implicações para o futuro fiscal da Europa. Essa rejeição anuncia, talvez, uma pausa longa no processo em espiral de redução iniciado há vinte anos. Em particular na França, onde a reforma anunciada pelo atual governo vai levar a uma redução da taxa superior (que ficará em torno de 40% em 2007), é bem possível que um candidato que busque ir nitidamente mais longe nessa direção e proponha uma nova diminuição significativa da progressividade fiscal para a

legislatura 2007-2012 suscite a mesma reação de rejeição vista na Alemanha.

A despeito desse interessante ensinamento, porém, as eleições de 18 de setembro se darão em meio a um governo instável dotado de um mandato e de uma legitimidade política ambíguos. Em assuntos mais importantes, como a reforma da previdência, do seguro-saúde e do ensino superior, é provável que a grande coalizão avance com menos calma do que seria possível aos governos monocromáticos sob a direção do SPD ou do CDU. O sentimento de confusão é ainda maior porque esse fracasso eleitoral veio depois das eleições de 2002, quando Schröder foi extremamente bem-sucedido ao destacar seu ativismo em relação às inundações no leste da Alemanha e sua oposição à guerra no Iraque, e não o anúncio das reformas dolorosas da proteção social que ele se apressava em realizar, daí o congelamento nos três últimos anos e finalmente a dissolução em 2005. Alguns já criticam o sistema eleitoral alemão, que não seria mais adequado à paisagem política diversificada resultante da unificação (com o aparecimento da extrema esquerda e, em menor medida, da extrema direita), e observam que, com um sistema de tipo majoritário, uma coalizão entre CDU e FDP (Partido Democrático Liberal) atraindo 45% dos votos (contra 42% para SPD-Verdes) teria facilmente obtido a maioria das cadeiras. O argumento é justo, mas ignora o fato de que, com outro sistema, os eleitores teriam, sem dúvida, votado de forma diferente: eles desejavam mostrar um resultado ambíguo e é provável que tivessem feito isso em qualquer outra situação.

Um congresso do PS que evita as questões incômodas

7 de novembro de 2005

Ao contrário do que afirma uma ideia amplamente aceita, as moções submetidas à votação dos militantes socialistas esta semana não são documentos sem sentido. Se formos além das formulações vazias e da fraseologia soporífera próprias desse tipo de prosa, encontraremos algumas propostas da maior importância, misturadas, é verdade, no meio de várias dezenas de páginas insípidas.

Diversas moções propõem, por exemplo, aplicar recursos adicionais reais nas zonas de educação prioritária (Zep), como são chamadas as escolas em áreas de vulnerabilidade social. A moção Hollande, que reconhece explicitamente que a criação das Zep na realidade jamais permitiu um verdadeiro direcionamento de recursos para essas escolas, chega até a formular um objetivo em números: “Quinze alunos por classe nas Zep.” As poucas linhas dedicadas a esse assunto não constituem ainda o engajamento devido, mas estamos nos aproximando.

Várias moções propõem também a implantação de um grande imposto progressivo, resultante da “fusão entre o imposto de renda e a contribuição social generalizada”. Eis um verdadeiro debate. Conhecemos os argumentos contra essa proposta, que devem ser levados a sério: fundamentalmente, a CSG é hoje uma arrecadação associada ao seguro-saúde, e os representantes sindicais e patronais veem com maus olhos uma reforma que ponha em risco o dinheiro da seguridade social ao

associá-lo a receitas mais vastas. Ao mesmo tempo, se a lógica atual de arrecadação vinculada permite sacralizar o seguro-saúde (nenhum governo pode reduzir o imposto da CSG, a não ser que explique como vai diminuir as despesas com saúde), ela por consequência deixa o IR com um montante vasto de despesas indistintas a financiar. Isso explica a tentação permanente de governos sucessivos (inclusive socialistas) de aliviá-lo. Se é louvável abrir esse debate complexo, que põe em jogo a arquitetura global da intervenção do Estado e sua articulação com a proteção social, podemos também questionar que os poucos parágrafos a ela dedicados pelas moções demandam uma análise mais profunda. Assim como no caso da proposta de estender a base das contribuições patronais — as contribuições dos empregadores — para o valor adicionado, novamente formulado em unanimidade, a ideia da fusão IR-CSG também foi mencionada antes de 1997, mas nada foi feito a respeito. Quanto à ideia de que a fusão IR-CSG permitiria aliviar os tributos sobre os salários mais baixos, de modo que poderíamos “suprimir o bônus para o emprego” (PPE, criado, no entanto, pela esquerda em 2000), ela foi expressa um pouco rápido demais para que pudéssemos levá-la a sério.

De maneira geral, o ponto comum de todas as moções é que elas tomam o cuidado de nunca trazer à tona as questões que incomodam. Todos os assuntos importantes e difíceis, que exigiriam debates dolorosos durante o curso de uma eventual legislatura socialista em 2007-2012, foram cuidadosamente deixados à sombra: o futuro das aposentadorias, a reforma do ensino superior e da pesquisa, a modernização dos serviços públicos, a regulação das despesas de saúde etc. Nós nos contentamos, por exemplo, com o anúncio da revogação da lei Fillon, quando todo mundo bem sabe que a exclusão dessa lei não será suficiente para garantir o equilíbrio da previdência. Falamos de um novo plano “universidades 2010”, fingindo ignorar

que o aumento necessário de recursos deve imperativamente ser acompanhado por reformas estruturais.

A razão desse silêncio é simples: o PS está há três anos numa fase em que nenhum líder pode se permitir assumir uma posição que seja um pouco mais precisa sobre assuntos incômodos, por medo de se tornar o bode expiatório na manhã seguinte no rádio e na imprensa pelos pequenos camaradas presidenciais. E isso vai durar até a nomeação do candidato no fim de 2006, o que deixará bem pouco tempo para preparar um programa decente. São as regras da nova governança do PS as responsáveis por essa confusão coletiva: em muitos países, uma derrota eleitoral permite uma escolha transparente de um novo líder, que passa a dispor de toda a legitimidade necessária para preparar as eleições seguintes. O líder do partido conservador britânico, Michael Howard, foi demitido assim que se anunciou sua derrota para Tony Blair em maio de 2005, e um processo foi imediatamente lançado para selecionar os sete candidatos declarados à sua sucessão (votos dos deputados do partido para escolher os dois candidatos que seriam submetidos aos votos dos militantes). O vencedor tem todas as chances de ser um quadragenário, assim como Blair quando passou por um processo semelhante em 1994 para se tornar o líder do partido trabalhista. O processo utilizado pode ser discutido, mas o importante é que o líder assim escolhido não possa mais ser contestado, para enfim se dedicar às questões importantes.

No PS, fizemos a aposta de que, ao se falar de projetos antes de questionar as pessoas, poderíamos passar ao largo desse último passo, e é evidente que aconteceu o oposto. Não é cedo demais para se refletir, a partir de agora, sobre o processo que será utilizado depois de uma eventual derrota em 2007, para que um candidato fracassado, e mesmo assim persistente, não faça reviver em 2007-2012 o clima deletério que o PS conheceu no período 2002-2007.

Zep: a discriminação positiva ao estilo francês

5 de dezembro de 2005

Em algumas semanas, o surto de violência nos subúrbios fez com que as atenções se voltassem mais uma vez para o debate sobre as zonas de educação prioritária. Para alguns, a causa é conhecida: já está na hora de fazer a “declaração de falência” das Zep. Essa expressão, própria para satisfazer todos os que consideram que já investimos muito nos bairros desfavorecidos, é ainda mais infeliz porque o ministro do Interior aparentemente afirmou no mesmo discurso que a falta de recursos alocados às Zep explicava seu fracasso.

De fato, o problema posto pelas Zep não é a sua existência, mas a inexistência. Mais de vinte anos após sua criação, a verdade é que as escolas classificadas como Zep nunca se beneficiaram realmente de recursos adicionais. No primário, o tamanho das classes nas Zep é apenas pouco mais de um aluno menor do que as salas fora desse sistema, e a diferença é ainda mais insignificante nas classes menores. A partir dos arquivos do último painel dos alunos das escolas primárias coletado pelo ministério, constatamos, por exemplo, que o tamanho médio das classes do início do primário é de 21,7 nas Zep (13% dos alunos), contra 22,4 fora das Zep (87% dos alunos), para uma média geral de 22,3. Ao mesmo tempo, a diferença média registrada para os testes de competência no momento de admissão do primário entre os territórios de Zep e não Zep é considerável, da ordem de dez pontos — ou seja, a mesma

diferença que separa as duas extremidades da pirâmide social, os filhos dos executivos e os dos trabalhadores.

Esses números expressam com muita clareza o tamanho da segregação territorial na França e mostram que o processo de classificação em Zep, apesar de todas as suas imperfeições, permite identificar muito bem as zonas desfavorecidas. Mas como podemos esperar corrigir tais deficiências iniciais com menos 0,7 aluno por sala? Se acrescentarmos a isso o fato de que os professores nas Zep são com frequência menos experientes, mais inseguros etc. e que o simples fato de classificar em Zep tem por efeito a estigmatização de uma escola e de fazer com que muitos pais a evitem (sobretudo se nenhuma medida real compensar o anúncio da classificação), é difícil se surpreender com o fracasso das Zep.

Diante de tal situação, podemos recorrer a várias estratégias complementares. Uma consiste em desenvolver para os alunos de ensino médio saídos das Zep dispositivos de admissão preferencial nas instituições seletivas de ensino superior, como fez a Sciences Po há alguns anos, ou a classe preparatória reservada aos alunos de ensino médio vindos das Zep que se abriu no Lycée Henri-IV no início do ano letivo de 2006. Esses dispositivos se assemelham aos mecanismos de discriminação positiva usados há muito tempo nas universidades americanas, com a diferença óbvia de que as categorias beneficiárias de uma admissão preferencial são definidas com base territorial, e não étnica. Elas suscitarão o mesmo debate que foi feito além-mar: políticas assim permitem dar uma chance aos jovens desencorajados que jamais ousariam se candidatar para uma dessas instituições, mas, ao mesmo tempo, os que de fato podem entrar sofrerão com o olhar de desconfiança que lhes será dado por conta da “ajuda” na admissão. Nesse caso, é provável que os efeitos positivos se sobressaiam, e aumentar o número de alunos do ensino médio saídos das Zep que seguem carreiras em instituições de elite (atualmente uma participação

infinitesimal) poderia ter um impacto psicológico importante. Porém, se tais dispositivos fossem estendidos de maneira não simbólica, mas generalizada no conjunto das grandes escolas e universidades, esses debates ressurgiriam.

Acima de tudo, essa estratégia sozinha não permite corrigir os atrasos escolares já consideráveis acumulados na adolescência. É necessário agir numa idade muito mais baixa, desde as primeiras classes da educação infantil, onde se formam as desigualdades duradouras. Segundo as últimas estimativas disponíveis no painel do ministério, reduzir o tamanho das classes a dezoito alunos nos dois primeiros anos do primário nas Zep permitiria reduzir a quase 40% as diferenças entre Zep e não Zep nos testes de competência na entrada do terceiro ano primário. Nenhum estudo pode dizer qual seria o impacto na idade adulta, mas tudo leva a crer que poderia ser da mesma ordem. Contudo, não nos enganemos: tal política representaria um deslocamento considerável de recursos. Se desejássemos pô-la em prática com recursos constantes (o primário é em geral bem provido na França), ela levaria a uma leve alta dos efetivos fora das Zep, sem impacto real sobre as crianças, mas seria um salto para os pais em questão. Principalmente, ela exigiria uma reforma completa dos procedimentos de alocação dos recursos hoje usados pelo governo. Embora mais difícil de pôr em prática, tal política teria, no entanto, a vantagem de criar uma forma de discriminação positiva ao estilo francês, fundada não sobre a lógica única de admissão preferencial, mas sobre a alocação real de recursos adicionais às regiões que enfrentam maiores dificuldades.

Deveríamos tributar o valor adicionado?

30 de janeiro de 2006

Ao anunciar sua vontade de reformar as contribuições patronais a partir de 2006, Jacques Chirac conseguiu surpreender a todos e inquietar alguns, principalmente em sua própria maioria e dentro do Movimento das Empresas da França (Medef).

No fundo, os argumentos apresentados para justificar o aumento do valor adicionado à base da contribuição de saúde e família são clássicos e inevitáveis. Essas contribuições financiam as prestações (reembolso de serviços de saúde, assistência às famílias) que se tornaram, há muito tempo, universais: elas levam em consideração o conjunto dos cidadãos e residentes franceses e não têm mais nenhuma relação com o “sobressalário” dado aos chefes de famílias numerosas de 1945. Não faz mais nenhum sentido continuar a pesar somente sobre os salários o financiamento de tais prestações, que deveriam advir da solidariedade nacional, sobretudo num momento em que o trabalho já é sobretaxado e quando procuramos favorecer a criação de empregos. Como perceberam Jacques Chirac e o ministro da Seguridade Social, Philippe Bas, essa mudança da contribuição patronal para uma “contribuição sobre o valor adicionado” (CVA) está de acordo com a CSG criada por Michel Rocard em 1991, que havia estendido a base de contribuições salariais de saúde e família dos salários apenas para o conjunto das rendas. Essa filiação rocardiana subitamente reivindicada pode surpreender, pois mostra, antes de tudo, que certas

evoluções longas acabam por se sobrepor à mania de ruptura e revogação, o que nos dá mais segurança.

Infelizmente, quando começamos a avaliar as questões práticas impostas pela CVA, as coisas ficam um pouco mais complicadas. Anunciada por Lionel Jospin em 1997, a reforma foi logo enterrada após o relatório Malinvaud denunciar os riscos de uma maior pressão fiscal sobre as empresas. De fato, o valor adicionado de uma empresa é definido como a diferença entre o valor de suas vendas e o valor do consumo intermediário, ou seja, o que é consumido de outras empresas. Ela é, por definição, igual à soma da massa salarial e dos “excedentes operacionais brutos”, que é o lucro bruto que resta à empresa uma vez que os salários tenham sido pagos. A mudança de uma contribuição patronal baseada apenas nos salários para uma contribuição baseada no valor adicionado leva necessariamente a uma alta da tributação sobre o lucro das empresas e deve ser assumida como tal. O mesmo se dá com a CSG. Trata-se justamente de estender a base das tributações sociais para frear (de maneira parcial) a erosão progressiva dos impostos diretos sobre as rendas de capital. Mais uma vez, não devemos exagerar o risco econômico ligado a essas transferências. Em média, a massa salarial (contribuições incluídas) representa dois terços do valor adicionado das empresas. Se substituirmos um ponto da contribuição sobre os salários por 0,6 ou 0,7 ponto de taxa sobre o valor adicionado (TVA) — ninguém espera que essa reforma, caso venha a acontecer em 2006, seja maior do que um ponto —, as empresas ganhadoras serão aquelas que tiverem maior número de funcionários do que a média, e as perdedoras serão as dos setores mais capitalizados (como o de energia). Na prática, essa grade condiz, de maneira imperfeita, com o caráter mais ou menos inovador das empresas: por exemplo, existem inúmeras companhias de serviço que são também intensivas em (altos) salários. De toda forma, para além desse efeito renda,

todas as empresas verão o custo relativo do trabalho cair, e é pouco provável que o efeito emprego seja negativo no geral.

Outra fonte de confusão é o fato de as arrecadações sobre o valor adicionado serem percebidas de formas muito diferentes se incidirem diretamente sobre a soma dos salários e dos lucros (o Medef se preocupa com as empresas) ou indiretamente sobre a diferença entre o valor das vendas e do consumo intermediário, como faz a CVA — a Confederação Geral do Trabalho (CGT) se preocupa com os consumidores. No entanto, a incidência final da CVA e da TVA é, sem dúvida, a mesma: nos dois casos, a arrecadação repercutirá em parte sobre os preços (o que permite fazer os aposentados contribuírem, algo desejável) e em parte sobre os fatores de produção capital e trabalho. A única diferença notável é que a TVA permite taxar as empresas estrangeiras que vendem na França, enquanto a CVA taxa as empresas francesas que vendem no exterior. Outra vantagem da opção TVA social é que a base já existe. Se abandonarmos essa trilha, então a única outra solução viável consistiria, por certo, na introdução de uma CVA baseada *grosso modo* na soma dos salários e dos lucros líquidos submetida ao imposto nas empresas. E o principal risco que ameaça tal reforma seria criar uma nova base de difícil controle: isso acarretaria um grande aumento na criação de empregos entre os consultores tributários encarregados de contorná-las, criando resultados insatisfatórios em todas as outras partes.

Heranças, a liberdade ao tributar

27 de fevereiro de 2006

Passada quase despercebida neste período repleto de novidades, a reforma das heranças aprovada na semana passada está, no entanto, carregada de implicações concretas para milhões de franceses. O objetivo dos deputados é “simplificar as heranças”. Significa pôr fim às situações inextricáveis criadas pela antiga rigidez de nosso sistema de heranças, que as evoluções em nossa sociedade só agravaram. A lei previa facilitar as transmissões diretas aos netos, adaptar as doações em caso de novos arranjos familiares ou ainda passar da regra da unanimidade para a de dois terços na gestão de divisões.

Poderíamos criticar o texto por ser muito tímido e por propor apenas meias medidas num campo que precisa de uma grande faxina há muito tempo. Particularmente, o avanço sobre o Pacto Civil de Solidariedade (Pacs) é bem tímido. O cônjuge sobrevivente disporá de um direito temporário de usufruir por um ano da habitação comum, o que é pouco em comparação aos direitos em geral a ele atribuídos, ao menos quando se trata de um cônjuge legítimo e de outro sexo. Não é errado se perguntar se esse direito reduzido (que, é verdade, nem existia no momento da criação do Pacs) não afastaria por muito tempo os casais homossexuais do regime de comunhão de bens.

Assim, ao focar sobre a questão da simplificação e das novas liberdades, e não sobre o falso problema das taxas de tributação, essa lei contribui para orientar o debate francês para a direção

certa. Ao contrário da falsa ideia muito difundida, o problema do imposto sobre as heranças não é seu nível. Historicamente, os impostos sobre as heranças em linha direta foram sempre mais ou menos baixos na França, com uma taxa superior de 40% desde 1983 (era de 15-20% nos anos 1960-1970), aplicável apenas a uma fração das heranças superiores a cerca de 2 milhões de euros (por herdeiro). Na prática, o jogo das reduções fez com que a taxa efetiva para um patrimônio de 1 milhão de euros, nível atingido por menos de 0,3% dos falecidos, legado a um cônjuge e dois filhos seja hoje de no máximo 15%. Trata-se aí de uma taxa relativamente baixa em comparação às aplicadas em muitos países.

Por exemplo, muitas vezes esquecemos que a taxa superior do imposto sobre heranças americano era de 77% entre os anos 1940 e 1970 e que é de 55% desde os anos 1980, nível que nunca foi atingido na França. E, se Bush previa reduzir progressivamente essa taxa de 55% para levá-la a 0% até 2011 (supressão integral da *death tax*), é pouco provável que essa lei plurianual cumpra seu objetivo, tamanhas são as críticas nos Estados Unidos — sobretudo entre os *self-made men* que não desejam que seus filhos se transformem em rentistas. Na verdade, o principal problema do sistema francês é sua extrema rigidez.

Do outro lado do Atlântico, o princípio da liberdade aparece, em matéria fiscal, dentro da liberdade absoluta deixada aos indivíduos para transmitir seu patrimônio como queiram: qualquer que seja a ligação entre o doador e seus herdeiros, as taxas de imposto são as mesmas e, diga-se de passagem, relativamente altas para os grandes patrimônios.

Na França, é tudo ao contrário: se tivermos o bom gosto de legar o patrimônio aos filhos legítimos, em partes iguais, então o imposto é leve. Mas, se quisermos dar alguma coisa a uma pessoa encantadora que tenhamos conhecido alguns meses antes de falecer, ou ainda a um companheiro do mesmo sexo,

então os chicotes do fisco se abatem sobre o insolente: as transmissões em linha familiar indireta (irmãos e irmãs etc.) e entre não parentes são tributadas integralmente, com taxas entre 35% e 55%, de acordo com cada caso. Impregnado de uma mistura de tradição católica e napoleônica, nosso sistema de heranças provavelmente nunca foi bom. Com a evolução dos valores, o envelhecimento etc., ele se tornou muito problemático.

De fato, estamos ainda muito longe de um sistema satisfatório, que ainda precisa ser inventado (a liberdade absoluta talvez mereça ser restrita um pouco). Certas disposições votadas na semana passada vão muito longe na direção da liberdade do testamento. Por exemplo, a possibilidade dada a um herdeiro de renunciar parte de sua reserva em prol de um irmão portador de deficiência, mesmo que isso possa parecer insignificante, põe em questão o sacrossanto princípio da partilha em partes iguais dentro das irmandades e sublinha o caráter liberticida do sistema anterior.

De maneira mais geral, essa orientação permitirá, talvez, que avance a ideia de que um bom imposto é aquele que leva ao poder público os meios necessários para financiar as despesas coletivas, que o faça de maneira justa e progressiva (em alguns casos, muito progressiva), mas, sobretudo, que cumpra os dois objetivos da maneira menos intrusiva possível para as pessoas e para as empresas.

De certa forma, a liberdade ao tributar.

Refletir sobre um novo CDI

27 de março de 2006

Devemos queimar o Contrato do Primeiro Emprego (CPE)? Para formar uma opinião, vale lembrar as razões por que os contratos de trabalho devem ser estritamente enquadrados pela lei, e não deixados soltos no jogo do mercado. Em primeiro lugar, o mercado de trabalho lida com pessoas, e os assalariados devem estar protegidos de eventuais decisões discriminatórias adotadas pelos empregadores (que também são pessoas e por vezes são movidos por razões não econômicas: como todas as pessoas, podem ser sexistas, racistas, homofóbicos etc.).

Além disso, de um ponto de vista estritamente econômico, a particularidade do mercado de trabalho é que ele envolve relações de longo prazo entre duas partes, nas quais cada uma faz investimentos específicos. Por exemplo, para exercer bem suas funções, um assalariado será levado a se mudar, a adquirir competências e conhecimentos particulares, a questionar seus hábitos e sua identidade profissional etc.

Esses investimentos são pesados e muitas vezes característicos da vaga ocupada, pois o assalariado teria dificuldade em fazê-los valer em outra empresa. Daí, uma vez que eles sejam feitos pelo empregado, o empregador se encontra em posição de poder, capaz de ameaçar o funcionário de perder seu salário ou ser demitido. Antecipando tal insegurança, o empregado investe menos, e todos perdem. Por isso é do interesse do assalariado e do empregador — e da eficiência

econômica em geral — regulamentar com rigor os contratos de trabalho, em particular as condições para a demissão.

Com essa constatação clássica (mas muitas vezes esquecida pelos partidários do livre mercado), o relatório Blanchard-Tirole propôs em 2003 uma reforma geral dos contratos de trabalho.

Primeira proposta: para favorecer os investimentos de longo prazo, o contrato de duração indeterminada deveria tornar-se a norma, e o contrato de duração determinada (o temporário, hoje 80% dos empregos), a exceção, eventualmente suprimindo os CDD e instituindo um contrato único sob a forma de um CDI renovado.

Segunda proposta: para que reflitam antes de agir e “internalizem” o custo social completo de uma demissão, as empresas devem pagar, em caso de ruptura de contrato único, não somente o custo de seguro-desemprego, mas também o da reinserção no mercado de trabalho e de formação. Com esse objetivo, o relatório propõe modular as contribuições patronais em função das demissões passadas.

Em que medida o CPE responde a esses objetivos? Em nada, somos tentados a responder. O período de experiência de dois anos, durante o qual o empregador pode quebrar o contrato por meio de carta registrada sem indicar o motivo, é percebido como algo que gera ainda mais insegurança do que um CDD, no qual o assalariado tem certeza ao menos de que receberá seu salário por seis ou doze meses. O efeito psicológico é desastroso e contrário ao objetivo pretendido, pois o CPE tem formalmente duração indeterminada. Alguns, sem dúvida, preferem o CPE aos estágios (não remunerados), mas, na ausência de regulamentação que restrinja os últimos, ninguém está certo de que os primeiros vão de fato substituí-los. E, se as indenizações e o seguro-desemprego vindos do CPE são melhores do que os do CDD (e mesmo do que os de um CDI padrão), a taxa de 2% prevista para financiar as medidas de acompanhamento e formação é bem modesta. O limite de dois anos introduz ainda

uma forte descontinuidade cheia de efeitos perversos. Ao anunciar tão depressa tal medida, o primeiro-ministro arriscou confundir a definição de “crescimento social” antes estabelecida, que uma reforma como a do aumento das contribuições patronais sobre os lucros das empresas (anunciada em janeiro e apoiada pelos sindicatos) teria permitido realizar.

Será que um CPE melhorado pode, por sua vez, ser uma etapa em direção à generalização de um novo contrato único com duração indeterminada, fazendo as vezes de uma verdadeira seguridade social profissional? Visto que tal objetivo é, no fundo, partilhado por todas as autoridades políticas e sindicais, e que ninguém sabe muito bem como concretizá-lo, no mínimo deveríamos nos perguntar como fazê-lo. Mas não nos enganemos: qualquer que seja o método escolhido, tal reforma irá colidir de maneira quase inevitável com os aiatolás que verão nela uma flexibilização do atual CDI e o advento do “direito de demissão”.

Afinal, se é natural fazer com que as empresas paguem para financiar uma verdadeira securitização dos percursos profissionais, no contexto de um serviço público renovado do emprego e da formação, é também legítimo assegurar juridicamente os empregadores, definindo de antemão o que eles deverão pagar em caso de dificuldade.

A função de realizar as avaliações de competências e propor novas formações é um trabalho em si, e as empresas não são as mais indicadas para garanti-los, da mesma maneira que os juízes não estão equipados para deliberar corretamente a situação econômica da empresa.

Esperamos que o governo e os representantes sindicais e patronais saibam aproveitar as discussões em curso sobre o CPE para avançar nesse debate.

O PS faz sua apresentação fiscal

29 de maio de 2006

O Partido Socialista entrou hoje na fase final de ajustes de seu programa para 2007-2012. O projeto deve ser finalizado até 6 de junho e depois votado pelos militantes no dia 22 de junho. Em princípio, o programa, uma vez aprovado, será compromisso do candidato socialista na eleição presidencial, seja quem for.

Sem dúvida, existe uma dimensão fortemente retórica nesses documentos programáticos. O objetivo muitas vezes é dar a impressão de serem propostas ricas e variadas, evitando formulá-las de maneira muito precisa, a fim de preservar ao máximo as margens de manobra uma vez que se chegue ao poder. Sobre os assuntos complicados, a guerra dos líderes impede qualquer tomada de posição mais clara: o programa se contentará em indicar que a lei Fillon sobre as aposentadorias deve ser “revista”, sem especificar nada. Sobre os assuntos supostamente consensuais, essa é a ocasião para reafirmar os grandes princípios: a escola deve ser laica e favorecer a integração, o regime fiscal deve ser progressivo e favorecer o emprego etc. O compromisso com a redução do tamanho das classes nas Zep para dezoito alunos, que há pouco tempo parecia um consenso, se transformou numa proposta visando “concentrar os recursos para os territórios que acumulam todas as dificuldades”, menos precisa e, assim, menos restritiva. Sobre a reforma das contribuições patronais, a formulação atual (“favorecer as empresas que empregam ao modificar o cálculo das contribuições patronais”) também se destaca por sua

imprecisão. É temeroso que a bela unanimidade mostrada sobre esse assunto no congresso não tenha desobstruído, como em 1997, o caminho de alguma reforma mais profunda, salvo se o governo Villepin escolher pôr na mesa as propostas de Jacques Chirac — que, em seu juramento de 2006, se pronunciava a favor de uma contribuição para o conjunto do valor adicionado das empresas (e não apenas sobre os salários). Trazida para a ordem do dia, essa medida, apoiada pelos sindicatos mas rechaçada pela direita e pela esquerda, poderia muito bem se tornar um dos elementos guias do debate econômico e social de 2007.

A proposta mais audaciosa hoje formulada pelo PS diz respeito à fusão entre o imposto de renda e a contribuição social generalizada. Não nos enganemos: como em todas as grandes reformas fiscais, ela é tudo menos técnica. Embora desejável, apresenta desafios sociais e políticos cruciais e não tem a menor chance de ser aprovada se não tomarmos as medidas devidas e se um debate democrático não preceder sua implementação. Em primeiro lugar, existe um desafio ligado à natureza familiar ou individual do imposto. A CSG é estritamente individual: o imposto devido diz respeito apenas à renda da pessoa em questão e não às rendas de outros membros da família ou ao número de filhos. É por não considerar a situação familiar que o Conselho Constitucional invalidou os abatimentos da CSG para os salários mais baixos, o que levou o governo Jospin a criar o bônus para o emprego. O IR é, ao contrário, calculado levando em consideração as famílias, com toda uma antologia de dispositivos legislativos que permitem distinguir os casais casados e os unidos pelo Pacto Civil de Solidariedade, os falsos pais solteiros e as verdadeiras concubinas, os filhos dependentes e os que não são etc. Para fundir esses dois impostos, será necessário fazer uma escolha. E, se o melhor caminho for uma individualização do IR (com o bônus de uma reforma da assistência às famílias), não resta qualquer dúvida de que isso não poderá acontecer do dia

para a noite, como mostra o exemplo das reformas fiscais de 1948-1959.

No fim, foram necessários mais de vinte anos para fundir o “tributo proporcional” (quase individualizado) e a “tributação cumulativa progressiva” (sobre as famílias) num imposto de renda único.

Contudo, essa fusão IR-CSG revela um desafio ainda mais fundamental. A CSG é um imposto vinculado, no sentido de que suas receitas financiam uma parte essencial da despesa pública de maneira bem determinada: o seguro-saúde. Os sindicatos são fortemente ligados a ela, pois é a CSG que garante um bom nível do financiamento da saúde dos franceses. Na verdade, seu caráter vincular torna a CSG impossível de ser reduzida: todo político que propuser uma redução da CSG deve explicar de imediato como fará para diminuir na mesma proporção as despesas com a saúde (um exercício bastante perigoso).

O problema é que o preço a pagar por essa “sacralização” das despesas com a saúde é exorbitante: o IR financia de fato um conjunto indistinto de despesas diversas e se tornou ao longo dos anos um “imposto a ser reduzido”, quando na verdade gera pouco mais de 3% do PIB, ou seja, entre duas e três vezes menos do que em qualquer outro país desenvolvido.

Uma fusão progressiva IR-CSG, com a implementação da arrecadação na fonte, é sem dúvida uma maneira de sair do impasse em que se encontra o debate fiscal francês hoje.

Imposto vinculado, terreno minado

26 de junho de 2006

A questão é tão antiga quanto as finanças públicas: os impostos devem ser vinculados ao financiamento de despesas públicas específicas ou devem alimentar o orçamento geral? Na teoria, a doutrina tradicional é clara: as arrecadações vinculadas são uma porta aberta à demagogia e ao populismo e devem ser suprimidas. Na prática, a realidade é mais complexa.

Os impostos que alimentam o orçamento do Estado — IR, TVA, imposto sobre as empresas (IS) etc., ou seja, 16% do PIB — respeitam, é claro, o princípio da não vinculação: os deputados não podem decidir dedicar o IR às escolas, a TVA ao Exército e assim por diante, e sem dúvida é melhor que seja assim. Da mesma maneira, os impostos destinados às coletividades locais (em torno de 5% do PIB) em geral não são vinculados a despesas particulares. Por outro lado, as arrecadações (sobretudo as contribuições sociais e a CSG) que financiam a proteção social advêm claramente da lógica das arrecadações vinculadas: as contribuições específicas alimentam os caixas dedicados às aposentadorias, ao seguro-desemprego, ao seguro-saúde, à assistência das famílias etc. As arrecadações assim vinculadas à proteção social representam 21% do PIB, ou seja, o mesmo que todos os orçamentos do Estado e das coletividades locais reunidos.

Essa vinculação é facilmente concebível para as contribuições previdenciárias e para o seguro-desemprego, que seguem uma lógica contributiva: os direitos à aposentadoria e às assistências

dependem das contribuições acumuladas pelos assalariados, e essas contas devem ser mantidas em separado de outras arrecadações. Contudo, em relação às contribuições referentes à saúde e à família, que financiam prestações (reembolsos de serviços de saúde e de medicamentos, assistência às famílias, assistência aos pais solteiros etc.) há muito tempo universais, a lógica é menos evidente. Essas despesas levam em conta o conjunto dos cidadãos e residentes franceses (a despeito das contribuições feitas). Elas demonstram uma lógica de solidariedade nacional e de direitos fundamentais, à imagem de muitas despesas do orçamento geral do Estado, como no campo da educação.

Os representantes sindicais e patronais, no entanto, estão fortemente ligados a essa lógica de arrecadação vinculada, apontando que só ela permite que os franceses disponham de um seguro-saúde de qualidade. Dito de outra forma, se o seguro-saúde fosse financiado pelo orçamento geral, como foi o caso, por exemplo, no Reino Unido, os franceses acabariam com um sistema público de qualidade inferior, como os britânicos. O argumento faz sentido e não deve ser desqualificado. Por exemplo, é, obviamente, seu caráter vinculado que impede a CSG de ser reduzida: todo político que propõe uma diminuição da CSG deverá explicar de imediato como ele fará para reduzir as despesas com a saúde. Felizmente, ninguém se arrisca nesse exercício perigoso.

Entretanto, a mesma lógica explica as sucessivas reduções dos impostos federais, que financiam apenas um conjunto indistinto de despesas dificilmente identificáveis. Ninguém se mobiliza contra as reduções do IR e do IS, embora esses impostos contribuam para financiar as escolas, as universidades etc. Ou seja, sacralizar certas despesas tem consequências negativas para outras despesas, por vezes também indispensáveis.

O debate é complexo, mas podemos estar certos de uma coisa: a arquitetura global de nosso sistema está longe de ser modificada. E, a partir do momento em que conservamos as arrecadações vinculadas à saúde e à família, a melhor solução é que tais arrecadações sacralizadas repousem não somente sobre o trabalho, mas sobre a base fiscal mais ampla possível. Não faz nenhum sentido que o financiamento das despesas com a solidariedade nacional continue pesando apenas sobre os salários, sobretudo num momento em que o trabalho já é sobretaxado e em que buscamos favorecer a criação de empregos. Esse é o motivo pelo qual, para além das discussões técnicas sobre as diferentes modalidades de reforma (contribuições patronais generalizadas sobre os salários e os lucros, sem dúvida o melhor compromisso técnico e político, contribuições sobre o conjunto do valor adicionado, TVA social), o alargamento da base das contribuições patronais é fundamentalmente uma boa reforma. Ela se situa no prolongamento direto da CSG, criada em 1991 a fim de estender a base das contribuições salariais de saúde e família somente dos salários para o conjunto das rendas. E, se, como pensam certos economistas, qualquer tentativa de taxar os lucros está fadada ao fracasso, no contexto internacional atual será sempre possível reduzir o imposto sobre as empresas mais rapidamente do que o previsto. Ao menos teremos sido bem-sucedidos em sensibilizar os representantes sindicais e patronais e os cidadãos para o problema-chave da harmonização fiscal na Europa e para o fato de que o atual sistema de arrecadação vinculada apenas exacerba as pesadas tendências em curso na Europa (aumento da tributação sobre o trabalho, sobretudo o pouco qualificado, e redução da tributação progressiva do capital e do trabalho altamente qualificado).

Acabar com o imposto sobre as heranças?

28 de agosto de 2006

Monumento vulnerável, reformado uma ou duas vezes por século, o imposto sobre as heranças bem poderia se tornar um dos objetos do debate presidencial de 2007. Por cerca de vinte anos, ante o medo do envelhecimento generalizado dos patrimônios, as discussões giraram sobretudo em torno dos tributos sobre as doações, ou seja, as transmissões entre pessoas vivas, e não no momento do falecimento. Tanto a direita quanto a esquerda implementaram diversas metas de alívios fiscais, visando incitar os pais a transmitirem seus bens antes que os filhos se aposentassem.

O debate está hoje no ponto de tomar uma nova direção, nitidamente mais radical. Depois de uma grande redução durante sua passagem por Bercy em 2004, Nicolas Sarkozy agora advoga por uma supressão total do imposto sobre heranças. Último episódio: a nova proposta de forte redução formulada há duas semanas pelo Ministério do Orçamento, apoiada pelo UMP, mas, ao que tudo indica, reprovada por Matignon.

A orientação radical louvada pelo presidente do UMP aborrece a maioria, já que ignora as evoluções anteriores. Alain Lambert, antigo ministro do Orçamento do UMP, destacou, por exemplo, que sem a alavanca fornecida pelos direitos de sucessão o Estado não terá os instrumentos para incitar a transmissão antecipada do patrimônio, acrescentando que “a ideia de que o patrimônio francês será detido amanhã por uma maioria de

nonagenários [lhe] dá um pouco de pânico”. Mais tradicionalmente, vários representantes da maioria, inclusive o primeiro-ministro, estão preocupados com os caminhos abertos à esquerda: é difícil tentar defender a igualdade das oportunidades pedindo a abolição dos direitos de herança que, desde a Revolução Francesa — e mais ainda desde a Terceira República, que os tornou progressivos em 1901 —, desempenham papel preponderante para limitar a reprodução social. Nos Estados Unidos e na Itália, as tentativas de Bush e de Berlusconi de abolir o imposto sobre as heranças suscitaram grande resistência, inclusive entre bilionários como Warren Buffett e Bill Gates, que se veem como *self-made men* e não desejam que seus filhos se transformem em rentistas.

Na verdade, ao contrário de uma crença falsa porém muito popular, o problema do imposto sobre as heranças não é seu nível. As receitas atuais, pouco mais de 7 bilhões de euros em 2006 — cerca de 0,4 ponto do PIB —, se situam na realidade em níveis mais ou menos baixos historicamente, apesar da saúde insolente demonstrada pelos patrimônios. Elas estão, sem dúvida, aumentando, consequência automática da alta contínua dos imóveis e das ações, assim como do lento processo de reconstituição dos patrimônios das famílias após os choques sofridos durante as duas guerras mundiais. As receitas do imposto sobre as heranças passaram, assim, de quase 0,2 ponto do PIB em 1950 para 0,3-0,4 ponto do PIB nos anos 1990-2000. Elas se mantêm, porém, sensivelmente inferiores às de 1900, outro período de ouro para os ativos imobiliários e financeiros. Naquele tempo, representavam perto de um ponto do PIB para o Estado, antes mesmo da implementação da progressividade. E isso apesar de o patrimônio total dos domicílios franceses nos anos 1990-2000 ter apresentado o mesmo nível de antes de 1914 e em 2006 ter estado em torno de quatro ou cinco anos de PIB, o mesmo que no século anterior. Em outras palavras, os domicílios de 2006 possuíam em média patrimônios equivalentes

a quatro ou cinco anos de renda anual (ou seja, por exemplo, 160.000-200.000 euros de patrimônio para uma renda anual de 40.000 euros; dependendo, é claro, da idade, das heranças recebidas etc.), assim como os domicílios da Belle Époque. O fato de as receitas, porém, nunca terem retomado seu nível anterior se explica por uma série de fatores: um sem-número de isenções e nichos fiscais acumulados ao longo das décadas; o envelhecimento contínuo da população, prolongando, assim, a duração média das transmissões etc.

Em resumo, os patrimônios hoje estão ótimos e não existe nenhuma justificativa econômica sólida para reduzir muito um imposto sobre heranças que já contribui tão pouco para os cofres públicos: entre duas e três vezes menos do que um século atrás. Ao mesmo tempo, o peso global das arrecadações triplicou ao longo do mesmo período, passando de quinze para 45 pontos do PIB (somente as taxas sobre o trabalho representam mais de vinte pontos do PIB, e reduzi-las seria muito mais urgente, se as margens de manobra orçamentária assim permitissem). O imposto sobre as heranças merece um verdadeiro debate, sobretudo para enfrentar o aumento da expectativa de vida e a extrema rigidez das regras de sucessão na França (o imposto é leve em linha direta, mas excessivamente pesado para os não familiares, o que não facilita em nada a circulação das fortunas). Reduzir demais seu peso apenas fortalecerá a ideia de que o século XXI verá a implementação de um hipercapitalismo que não admitirá nem o imposto sobre o capital do século XIX.

O bom uso da concorrência escolar

25 de setembro de 2006

O debate sobre as virtudes da concorrência escolar está se consolidando na França. Para Nicolas Sarkozy, a causa é simples: basta suprimir o mapa escolar, que vincula alunos de uma determinada região a uma escola, e substituí-lo “por nada”. A simples concorrência entre as escolas permitiria aumentar a qualidade de todos os estabelecimentos, cada um podendo desenvolver livremente seu projeto pedagógico e encontrar seu nicho no mercado educativo.

Esse debate é perfeitamente legítimo. Não existe nenhuma atividade na qual as forças da concorrência não tenham suas virtudes. A ideia de que certos setores (educação, saúde, cultura etc.) poderiam dispensar a concorrência é uma aberração. O que aconteceria com a criação literária ou artística se proibíssemos a concorrência entre as editoras ou galerias de arte e estatizássemos o setor? Na educação, a concorrência existe claramente, e a pressão assim exercida pelos pais sobre os professores e os diretores das escolas tem, sem dúvida alguma, efeitos benéficos.

Mesmo assim, é necessário analisar as forças e os limites do jogo da concorrência. Para simplificar, podemos dizer que o primeiro critério é o grau de complexidade e, sobretudo, de diferenciação do bem ou serviço considerado. Quando se trata de produzir um bem ou serviço que pode e deve tomar variadas formas, de maneira a se adaptar à infinidade de gostos e necessidades dos clientes e usuários, então a competição entre

os produtores livres e responsáveis é a única maneira de obter o resultado desejado. Isso fica óbvio para a criação artística e literária: que autoridade centralizada seria capaz de decidir quais romances merecem ser publicados? Por outro lado, quando um bem ou serviço produzido é relativamente homogêneo e uniforme, as virtudes da concorrência são mais limitadas. Tomemos o caso do ensino primário: a partir do momento em que a coletividade nacional convencionou que todas as crianças devem aprender um currículo comum, as margens de diferenciação são reduzidas. Elas podem ser um pouco maiores no segundo segmento do ensino fundamental (escolha de línguas etc.), mas continuam limitadas. Sem contar que as inovações aprovadas em plebiscito pelos pais nem sempre são desejáveis: nos *school boards* americanos, os pais têm, por vezes, promovido estranhas reformas no currículo.

Tudo isso explica por que as experiências de criar uma concorrência generalizada entre as escolas a partir do sistema de vouchers (cheques-educação que os pais dão à escola de sua preferência), promovidas pelo governo Bush, geraram resultados decepcionantes em termos de melhora da qualidade do serviço educacional e dos resultados escolares.

Por outro lado, os custos de se gerar concorrência podem ser claros e imediatos, sobretudo para as escolas desfavorecidas, que afundarão ainda mais na segregação social. Não podemos imaginar de fato que os modestos ganhos de eficiência que podemos conseguir por meio da competição generalizada entre as escolas primárias possam compensar tais deficiências. Entretanto, vários estudos, certamente discutíveis (a economia da educação não é uma ciência exata), porém sérios, sugerem que uma política de metas de recursos a favor de escolas desfavorecidas pode ter efeitos tangíveis. Por exemplo, uma diminuição do tamanho das turmas para dezessete alunos nos dois primeiros anos primários nas Zep (em vez dos 22 atuais, contra 23 fora das Zep) permitiria reduzir em quase 45% a

desigualdade nos testes de matemática na entrada do terceiro ano primário entre as escolas nas áreas Zep e não Zep.

Mais importante ainda, o debate legítimo sobre a concorrência no campo da educação erraria completamente o alvo se continuasse a mirar no ensino fundamental e no médio, que não vão tão mal na França. Já no mandato de Jospin, Claude Allègre desperdiçou inutilmente seu capital político ao declarar guerra contra o “mamute”,¹ enquanto a prioridade deveria ser a reforma do ensino superior. Por uma simples razão: ao contrário do primário (e em grande medida todo o ensino fundamental e o ensino médio), o superior é composto por uma enorme diversidade de filiais em perpétua renovação, de acordo com as necessidades dos estudantes, as transformações do mercado de trabalho e os avanços da pesquisa, de natureza imprevisível. O ensino superior se parece mais com o setor de criação artística. Ele se adapta mal às estruturas soviéticas e às relações infantilizadas e burocráticas hoje em vigor entre o Estado e os estabelecimentos de ensino superior. Somente ao organizar uma concorrência regulada entre estabelecimentos responsáveis e autônomos poderemos ter um ensino superior invejável, como é o nosso sistema de saúde, setor em que soubemos nos apoiar de maneira inteligente nas forças da concorrência (se a medicina liberal tivesse sofrido em 1945 o mesmo destino que a Grã-Bretanha, não estaríamos aqui). O caminho será longo, e já está na hora desse assunto central entrar no debate presidencial.

Corrida obstinada rumo ao salário mínimo

23 de outubro de 2006

Em grande parte, o debate entre presidenciáveis socialistas se resume a uma questão simples: em quanto é preciso aumentar o salário mínimo (Smic)? Para Laurent Fabius, não há dúvida: é nesse terreno que ele pretende aplicar a expressão “esquerda a toda” para levar a vitória. Inicialmente, a proposta consistia em subir o Smic dos cerca de 1.250 euros brutos por mês de hoje para 1.500 euros antes do fim do mandato — ou seja, 20% de aumento em cinco anos. Contudo, como essa proposta foi retida dentro do projeto socialista, compartilhado por todos os candidatos, foi necessário bater mais forte: Laurent Fabius se prontificou agora a aumentar o Smic em 100 euros, ou seja, 8% de aumento, “nos dias seguintes à eleição”, e nega a qualidade de socialista a qualquer pessoa que se recuse a apoiá-lo.

Falemos sobre o caráter alucinante de tal reviravolta política, vinda de um ex-ministro das Finanças que, há apenas alguns anos, centralizava todos os seus esforços na redução do imposto sobre as rendas mais elevadas, a isenção fiscal para os superexecutivos estrangeiros etc. Para além das questões de credibilidade de seu autor, essa proposta cria problemas de base e mostra até que ponto é perigoso deixar a escolha do candidato para o último momento (enquanto o líder não é escolhido, a tentação demagógica atrapalha todo o debate fundamental).

Em primeiro lugar, suponhamos que o Smic seja aumentado em 8% em 2007. O que faremos no ano seguinte? Com um

crescimento pouco superior a 2% por ano, será bem difícil aumentar indefinidamente os salários mais baixos a 8% ao ano: por definição, não podemos distribuir mais do que produzimos. Ainda mais porque o Smic-hora avançou mais rápido do que os salários mais altos ao longo dos últimos anos (consequência da passagem para 35 horas). Ou seja, não existe um descolamento estrutural dos salários baixos, ao contrário da situação que prevalecia, por exemplo, há quarenta anos: o salário mínimo avançou estruturalmente menos rápido do que a produção nos anos 1950-1960, daí a forte recuperação no período entre 1968-1983, com um aumento de 130% do poder de compra do Smic, contra 40% da produção.

O nível dos salários mais baixos é, sem dúvida, insuficiente em sentido absoluto, mas está em sintonia com os outros salários, que também estão em sintonia com o nível da produção (ao contrário do pensamento em voga, os lucros não avançaram mais rápido do que os salários: as contas nacionais indicam que a remuneração dos assalariados se situa em torno de 65-66% do valor adicionado ao longo dos dez últimos anos, contra 34-35% para o excedente operacional bruto que fica com as empresas). Num contexto como esse, a responsabilidade de um político não é assinar cheques em branco, mas encontrar caminhos que permitam garantir no longo prazo o crescimento da produção e do poder de compra dos mais humildes, o que exige rigor e modéstia.

Além disso, existe hoje um instrumento muito mais preciso do que o Smic para revalorizar o poder de compra dos trabalhadores com baixos salários: o bônus para o emprego (PPE). Introduzido em 2000 sob o governo Jospin e ampliado enormemente pela direita desde 2002 (prova de que o bom senso às vezes prevalece sobre a mania de ruptura e revogação), o PPE parece hoje suscitar pouco entusiasmo entre os socialistas, mais preocupados com a corrida obstinada rumo ao aumento do Smic. Esse instrumento com certeza deve ser melhorado do ponto de

vista técnico (o pagamento mensal ainda não está bem ajustado); é necessário também evitar que seu crescimento seja acompanhado por um descolamento do Smic, o que levaria a uma desresponsabilização dos empregadores. Mas, aplicado de maneira adequada, o PPE tem a imensa vantagem de permitir uma divisão equilibrada dos ganhos de poder de compra: seu montante pode ser modulado em função da situação familiar, do tempo de trabalho, do nível exato do salário etc. Trata-se de um instrumento muito mais preciso do que o aumento do Smic (já que este não permite esse tipo de sutileza) que leva, por um lado, a uma redução uniforme das remunerações a esse nível e, por outro, a uma interrupção das progressões salariais.

Acima de tudo, a lógica de redistribuição do PPE é profundamente inovadora. Seu princípio essencial consiste em levar o esforço de solidariedade a favor dos salários mais baixos não só para os empregadores de salários mais baixos (que são sobretudo os pequenos empregadores, com frequência menos ricos do que muitos executivos seniores), mas também para o conjunto da coletividade nacional, em função da renda de cada um. Não é surpreendente que o foco sobre o Smic suscite mais entusiasmo numa esquerda mal emancipada do marxismo, que gosta de acreditar que a única verdade inegável da sociedade capitalista é que ela opõe os assalariados aos “patrões”, concebidos como seres de fortuna eterna em comparação com os assalariados (considerados um bloco mais ou menos homogêneo) e que, portanto, devem ser os únicos a pagarem as contas. Razão a mais para que esse conflito seja analisado o quanto antes.

Viva Milton Friedman

20 de novembro de 2006

Morto na semana passada aos 94 anos (*Libération* de sexta), Milton Friedman não foi um personagem muito simpático. Como acontece com muitos personagens dessa convicção, seu ultraliberalismo econômico (crença inabalável no mercado, detração sistemática do Estado) andava de mãos dadas com certo antiliberalismo político (Estado autoritário, por vezes fascista, para reprimir as marés do mercado), como mostram suas visitas de cortesia ao regime Pinochet nos anos 1970. E a dita sociedade “liberal” de Mont-Pèlerin, que ele presidiu depois de Hayek, nunca se privou de manter relações com os desprezíveis generais sul-americanos até os anos 1990-2000.

Contudo, se o falecimento do prêmio Nobel de economia de 1976 tem certa importância, é porque Milton Friedman não era simplesmente mais um ideólogo. Quer partilhemos ou não de suas análises econômicas (sem falar de seus posicionamentos políticos), é difícil negar que Friedman foi um autêntico pesquisador. Sua influência considerável repousa, antes de tudo, na minúcia e no rigor que ele (por vezes) mostrou em seus trabalhos universitários.

Para se convencer disso é interessante mergulhar novamente no seu *A Monetary History of the United States, 1867-1960* [História Monetária dos Estados Unidos, 1867-1960], obra monumental e clássica desde sua publicação, em 1963, no início da revolução monetarista. Friedman revisita um século de capitalismo americano e disseca, para cada período de recessão

e de expansão econômica, os mecanismos que levaram a essas reviravoltas da conjuntura. Para isso, concede uma atenção meticulosa aos pequenos movimentos da política monetária seguidos pelo Federal Reserve, estudados sobretudo por meio de arquivos e minutas de seus diferentes comitês. Como esperado, o ponto focal da pesquisa são os anos negros da crise de 1929, terrível deflagração que se estende à Europa e favorece o crescimento do nazismo e que constitui o ponto de partida de toda a reflexão macroeconômica contemporânea. Para Friedman, não resta dúvida: foi a política grosseiramente restritiva do Fed que transformou o *crash* da bolsa numa crise do crédito e que mergulhou a economia numa deflação e numa recessão de magnitude extraordinária, com uma queda na produção de mais de 20%, levando o desemprego a 25%. A crise seria antes de tudo monetária e não teria muito a ver com a crise de subconsumo rapidamente descrita pela ideologia keynesiana (os salários avançavam no mesmo ritmo da produção nos anos 1920).

A partir dessa análise sábia e técnica, Friedman tira conclusões políticas claras: para assegurar um crescimento sereno e sem golpes no contexto das economias capitalistas, é necessário e suficiente seguir uma política monetária apropriada, que permita garantir o avanço regular do nível dos preços. Para Friedman, o New Deal e sua antologia de empregos públicos e de transferências sociais implementados por Roosevelt e pelos democratas após a crise dos anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial são apenas um gigantesco, custoso e inútil desperdício de recursos. Ou seja, para salvar o capitalismo, não há necessidade de um Estado de bem-estar social nem de um governo tentacular: bastaria um bom Fed. Nos Estados Unidos dos anos 1960-70, em que a esquerda sonhava em aperfeiçoar o New Deal, mas a opinião começava a se inquietar com o declínio relativo dos Estados Unidos em relação a uma Europa em pleno crescimento, essa mensagem política simples e forte teve o

efeito de uma bomba. Os trabalhos de Friedman e da Escola de Chicago sem dúvida contribuíram para desenvolver um clima de desconfiança perante a extensão indefinida do papel do Estado e para forjar o contexto intelectual que levou à revolução conservadora Reagan-Thatcher de 1979-1980, com as consequências em cascata que já conhecemos nos outros países.

Com certeza as conclusões políticas que Friedman tirou de suas pesquisas não eram isentas de ideologia: um bom Fed é sem dúvida muito bom, mas um bom Fed com um bom Estado de bem-estar social é provavelmente melhor. Contudo, a mensagem não teria a mesma influência se não tivesse se apoiado num trabalho de pesquisa autêntico, levando a um profundo questionamento do consenso então dominante sobre a mais grave crise econômica do século XX. Hoje os debates sobre a crise de 1929 e o papel desempenhado pela política monetária estão longe de acabar, porém é impossível ignorar os trabalhos de Friedman.

Esse personagem antipático, ainda que empenhado, demonstra também que é saudável para o debate econômico dispor de universitários com convicção ultraliberal, mas sérios como pesquisadores. Uma lição para se pensar na França, onde os raros economistas ultraliberais assumidos são pesquisadores medíocres e sem nenhum reconhecimento internacional, o que só contribui para alimentar a preguiça intelectual e o conformismo por vezes presente na outra margem.

O poder de compra está caindo?

18 de dezembro de 2006

As controvérsias sobre a “vida cara” e a suposta queda do poder de compra dos franceses têm raízes profundas e sem dúvida persistirão por bastante tempo depois da conferência sobre as rendas organizada na semana passada em Matignon.

Digamos logo: as estatísticas do Instituto Nacional da Estatística e Estudos Econômicos da França (Insee), segundo as quais as rendas avançaram mais rápido do que os preços nos últimos anos (com um ganho médio do poder de compra de 1,9% ao ano), são dificilmente contestáveis. Se é legítimo ter um olhar crítico sobre as “estatísticas oficiais”, negá-las de forma sistemática por achar que vão de encontro à “percepção” dos franceses é uma atitude injustificada e populista. Os cálculos sobre rendas e preços do Insee se baseiam em dezenas de milhares de relatórios individuais, e sua qualidade é internacionalmente conhecida. Propor jogá-los no lixo com base em algumas dezenas de dados de preços do mercado da esquina não pode ser levado a sério. Se o termômetro não indica febre, pode ser que o paciente sofra de outra doença.

Sobre esse fato, a verdade é que o aumento do poder de compra é positivo, mas quase insignificante, e que o paciente não está conseguindo se acostumar a esse estado. Lembremos, logo de início, que esse aumento de 1,9% ao ano (que corresponde ao crescimento do PIB) diz respeito à massa de renda recebida pelos domicílios, não a cada renda individualmente. Com o crescimento demográfico da ordem de

0,5% ao ano, a elevação do poder de compra *per capita* seria na realidade de 1,4% ao ano. Se acrescentarmos a isso o fato de que a recomposição das famílias e o envelhecimento levam ano após ano a um aumento do número de domicílios maior do que o do número de habitantes (1,3% contra 0,5%), veremos que o aumento do poder de compra médio por domicílio foi de apenas 0,6% ao ano.

Isso sem contar que o índice de preços do Insee integra (de forma legítima) a progressão da qualidade dos produtos e serviços (à qual os domicílios se habituaram provavelmente sem perceber), que aumentou em cerca de 0,3% ao ano. Sem contar também que o índice de preços aplicável aos domicílios mais modestos avançou 0,1-0,2% mais depressa do que o índice médio, consequência do aumento do fumo. Além disso, o baixo crescimento restante após esses descontos foi amplamente absorvido pelo aumento das despesas coletivas, como o reembolso do seguro-saúde, crescimento que corresponde também a uma melhora real das condições de vida, mas à qual os domicílios estão muito acostumados...

Para resumir, digamos, por um lado, que a elevação real do poder de compra está perto de 0% e, por outro, que a diferença entre o aumento dos preços e o das rendas é, de qualquer forma, totalmente imperceptível a olho nu. Essa situação de estagnação objetiva do poder de compra, que acontece há mais de vinte anos, contrasta sobretudo com o aumento de 4% ou 5% por ano que prevaleceu durante os Trinta Gloriosos, quando cada um podia perceber a mudança ao redor. Em tal situação, não surpreende que a impressão de regressão predomine: os muitos domicílios nos quais o poder de compra aumentou 1% ou 2% não se fazem ouvir, e aqueles em que o poder de compra caiu sensivelmente dão o tom. Como o Conselho do Emprego, da Renda e da Coesão Social (Cerc) faz lembrar, a (pequena) elevação do salário líquido médio não impede que cerca de 40% dos assalariados vejam a cada ano seu salário individual cair,

sobretudo em razão da variação de sua jornada de trabalho. Os meios vinculados ao aparelho estatístico não permitem, infelizmente, dispor de um verdadeiro painel sobre as rendas dos domicílios, o que por si só permitiria atualizar e analisar as trajetórias individuais.

Por fim e acima de tudo, esses aumentos imperceptíveis do poder de compra médio não pesam muito em relação aos exemplos bem reais de preços individuais que avançam a um ritmo de 10% ou 20% ao ano. Mesmo que os preços pesem pouco no índice médio, sua elevação é de longe a mais visível e carrega todos os outros consigo. Para todas as famílias que tiveram que mudar de residência, a alta dos aluguéis não passou despercebida e levou a uma perda líquida do poder de compra, sensivelmente superior ao aumento médio calculado pelo Insee.

De maneira mais geral, num mundo onde escutamos todos os dias que os mercados de ações e de imóveis crescem 10%, enquanto os salários mal aumentam 1 ou 2%, não surpreende que os ânimos estejam baixos. Mesmo que essa diferença seja explicada em grande medida por um fenômeno de correção de longo prazo dos preços dos ativos, suas consequências deveriam ser mais estudadas. Por exemplo, é provável que a diminuição da pobreza relativa anunciada há pouco tempo pelo Insee (consequência de as rendas mais baixas terem avançado ligeiramente mais rápido do que a média) não resistisse a uma melhor avaliação da renda dos patrimônios e dos ganhos de capital. Contudo, também nesse caso, a solução consiste não em descartar tudo sem separar o joio do trigo, mas em dar os meios ao aparelho estatístico e aos pesquisadores (sobretudo em termos de acesso aos arquivos fiscais sobre os patrimônios e as rendas) para esclarecer os franceses acerca das evoluções atuais.

Um trilhão de dólares

2007-2009

Oponível... Mas eficaz?

15 de janeiro de 2007

O simples fato de proclamar a existência de um direito oponível à habitação pode constituir um meio eficaz para melhorar as condições de habitação dos mais desfavorecidos? Muitos especialistas são *a priori* bastante céticos. Se bastasse proclamar a existência de um direito para que ele existisse, tudo seria mais fácil. O direito ao emprego, anunciado pela Constituição de 1946, não contribuiu em nada para a queda do desemprego. Para de fato ajudar os mais desfavorecidos, não podemos nos contentar em afirmar princípios: é necessário mobilizar recursos que permitam financiar políticas adequadas, como as construções públicas ou o auxílio-moradia. Ao proclamarmos sem grande esforço a existência abstrata de direitos iguais para todos, dispensamos o pagamento dos tributos e das transferências fiscais que permitem ao menos atenuar a desigualdade bastante real das condições de vida.

No caso do acesso à habitação, no entanto, o problema é mais complicado do que parece, e as políticas econômicas clássicas mostraram seu limite. Até os anos 1970, o poder público tomava para si a responsabilidade dos grandes programas de construção de habitações sociais, com algum sucesso, mas também fracassos retumbantes, como mostram os grandes conjuntos habitacionais e outros espigões de Habitação de Aluguel Moderado (HLM) hoje destruídos.

A partir dos anos 1970-1980, a prioridade passou da ajuda à construção para a ajuda às pessoas, sob a forma de auxílios-

moradia cada vez maiores, estendidos ao conjunto das famílias de renda mais baixa e visando subsidiar sua demanda tanto no mercado privado quanto no de habitação social. Os auxílios-moradia tornaram-se, assim, a mais importante transferência social do sistema francês: totalizam em 2006 cerca de 15 bilhões de euros, ou seja, quase duas vezes mais do que a renda mínima de inserção (RMI) e o bônus para o emprego somados. Seu balanço, infelizmente, não é positivo. Como mostraram os trabalhos de Gabrielle Fack, as diferentes reformas do sistema permitem estimar que cerca de 80% dos auxílios-moradia resultaram no aumento dos aluguéis recebidos pelos proprietários, sem melhora sensível da qualidade. Esse resultado decepcionante parece ser explicado pela baixíssima elasticidade da oferta de habitações: a construção privada reagiu pouco aos novos incentivos.

Diante de tais fracassos, exploram-se novos caminhos. Qual efeito o direito oponível à habitação pode ter? No espírito das associações e comissões que estudam essa questão, a ideia é possibilitar aos que vivem em condições inadequadas de moradia fazer queixas na instância administrativa mais pertinente, nos casos das comunidades de aglomeração, que, em troca, teriam poderes maiores em matéria de políticas de habitação, sobretudo nas referentes à ajuda à construção (auxílio-construção para as habitações sociais e melhorias nas residências privadas), assim como as atribuições de residência e as requisições.

Dentro dessa perspectiva, a introdução do direito oponível na habitação esclareceria as responsabilidades dos diferentes atores públicos e permitiria concentrar os recursos num nível satisfatório. Com isso seria possível retomar os esforços de construção (a chave de tudo, como o mostra a experiência do auxílio-moradia). Afinal, se a intervenção pública é perfeitamente legítima para a produção de um bem tão particular e complexo como a habitação, seria necessário organizá-la de maneira eficaz, nem que seja por razões urbanísticas.

Podemos, assim, esperar que a introdução de um direito oponível na habitação conduza a uma forte mobilização local em torno das ações de recursos. A ideia de que tal judicialização das políticas econômicas e sociais possa gerar frutos é relativamente estranha à tradição francesa, mas já foi provada com exemplos de outros países.

Foi após a uma decisão da Corte Suprema indiana em 2001, relativa ao direito a uma refeição nutritiva e equilibrada nas escolas, e depois de inúmeras ações de recursos das associações em conjunto com os Estados e coletividades da Índia que esse direito hoje se tornou uma realidade. Tal exemplo lembra, todavia, que uma mobilização assim só pode produzir um resultado benéfico quando a natureza do direito oponível é definida de maneira simples. No caso do direito oponível à habitação, seria necessário definir as condições (de área, de aluguéis, de localização da moradia em questão) que permitirão dizer se uma família está em condições inadequadas de habitação. Impossível, em particular, tomar apenas um único critério, como, por exemplo, o aluguel no caso do *bouclier fiscal*, o limite máximo fiscal (“nenhum aluguel superior a 25% da renda”), proposto pelo PS. Fazer com que as condições de aplicação dos recursos sejam claramente delimitadas e compreendidas por todos será o maior desafio para demonstrar a viabilidade do direito oponível para a habitação.

Promessa fiscal impossível

12 de fevereiro de 2007

Entre os elementos menos críveis do programa de Nicolas Sarkozy, o troféu vai, sem contestação, para a promessa de reduzir em quatro pontos do PIB a taxa das arrecadações obrigatórias. Para todos aqueles que não têm a rara oportunidade de se enredar todos os dias nesse tipo de estatística, o objetivo pode parecer abstrato e difícil de avaliar. Afinal, com uma taxa global de arrecadações obrigatórias na França de 44% do PIB (sob a forma de impostos, contribuições e taxas diversas), por que não seria possível considerar uma redução de quatro pontos? Para ajudar a dar uma ideia e compreender até que ponto tal objetivo não tem nenhuma chance de se tornar realidade no próximo mandato, é importante lembrarmos algumas ordens de grandeza.

Quatro pontos do PIB representam, por exemplo, mais do que todas as receitas acumuladas do imposto de renda, do imposto sobre heranças e do imposto de solidariedade sobre a fortuna. Se Sarkozy ambiciona eliminar esses três impostos num gesto augusto, que seja esse o anúncio a ser feito! A título de comparação, Chirac conseguiu em 2002-2007 reduzir em quase 20% o imposto de renda. Acima de tudo, essa redução foi compensada pelos vários aumentos dos tributos e das contribuições, de modo que a taxa global das arrecadações obrigatórias, estabilizada em torno de 42-44 pontos na França desde 1985, na realidade avançou perto de 1,5 ponto entre 2002 e 2007, especialmente quando o atual candidato do UMP estava

em Bercy... Pois, para reduzir as arrecadações em quatro pontos do PIB e, ao mesmo tempo, reduzir os déficits, será necessário ser capaz de diminuir em quatro pontos as despesas públicas e indicar, precisamente, quais entre elas sofrerão cortes.

Ora, quatro pontos do PIB representam, por exemplo, quatro vezes o orçamento para o ensino superior e para a pesquisa, ou uma redução de mais de 50% das despesas de saúde. O que Sarkozy pretende fazer para conseguir tal economia? Até agora, as únicas economias vagamente mencionadas foram os habituais coletores de impostos e as supostas irregularidades administrativas de Bercy, quantidades consideráveis — inferiores a 0,1 ponto do PIB — que, dada a preguiça com a qual nosso audacioso candidato evoca a arrecadação na fonte, têm pouca chance de serem exploradas. A verdade é que, considerando o aumento estrutural das despesas de saúde e das aposentadorias (que só podem ser estabilizadas por uma regulação inovadora, corajosa, feita com paciência) e considerando as novas necessidades (formação, pesquisa...), não é nem possível nem desejável prometer reduções tão maciças nas despesas. Quanto à ideia absurda de que o crescimento permitiria automaticamente reduzir a participação do Estado no PIB, ela revela uma surpreendente incompreensão dos mecanismos econômicos elementares: salvo se supusermos um forte descolamento dos salários públicos (perspectiva pouco desejável para um Estado que deseja ser eficaz), o Estado deverá sempre consumir mais ou menos a mesma proporção do PIB para oferecer os mesmos serviços de saúde, formação, aposentadorias etc. Se o crescimento tivesse o efeito milagroso de reduzir muito a taxa de arrecadação, isso teria acontecido tanto na França quanto no exterior.

De fato, a melhor maneira de constatar a ausência total de credibilidade da promessa sarkozista é dar uma olhada nas experiências internacionais. A verdade pura e simples é que nenhum país desenvolvido reduziu em quatro pontos sua taxa de

arrecadação obrigatória. No momento em que a revolução thatcheriana produziu seus efeitos mais fortes, de 1985 a 1995, as arrecadações caíram apenas dois pontos do PIB no Reino Unido (antes que Blair o aumentasse novamente em dois pontos, fazendo hoje a taxa voltar a 37-38 pontos, como em 1985). Nicolas Sarkozy ambiciona fazer cortes duas vezes maiores do que os de Margareth Thatcher num período de tempo duas vezes menor? Se examinarmos outros países, cujas experiências modernizadoras nós louvamos, constatamos, no melhor dos casos, uma estabilização das arrecadações obrigatórias, e em nenhum caso uma diminuição de quatro pontos do PIB: a Suécia estabilizou suas arrecadações em torno de 50-52 pontos do PIB desde 1990; a Dinamarca, em torno de 49-50 pontos do PIB etc. A França não teve resultados melhores do que os outros países, e nenhum governo num futuro previsível diminuirá, em poucos anos, quatro pontos do PIB.

Ao se lançar em tais promessas, sem nem ao menos se dar o trabalho de explicar os elementos iniciais do método ambicionado (e com um bom motivo), Nicolas Sarkozy revela, mais uma vez, sua verdadeira natureza. Longe de dizer a verdade e na transição suave do gaullismo em direção ao liberalismo social e moderno, o candidato do UMP encarna uma forma de gaullo-bushismo autoritário e populista. Como Bush, que estigmatizava aqueles que ousam denunciar as consequências ultradesiguais das suas reduções nos impostos (*"fuzzy Washington math"*), ele mostra desprezo pelas estatísticas e pelas análises que o contradizem. Como seu modelo, a fé messiânica em sua intuição pessoal em relação àquilo que o "povo" quer (na verdade, alguns grupos de pressão híbridos aqui e lá) o torna capaz de todos esses excessos.

As eleições presidenciais nas carteiras das escolas

12 de março de 2007

François Bayrou encarna a síntese ideal entre a direita e a esquerda desejada pelos franceses ou se beneficia, devido ao vazio à sua volta, do niilismo dos eleitores perante os grandes partidos? Para se ter uma resposta, é interessante observar os programas dos diferentes candidatos em matéria de ensino escolar, em princípio campo de excelência do candidato centrista. Sobretudo porque a diferença entre os dois principais candidatos é particularmente forte nessas questões.

Para Nicolas Sarkozy, a causa é conhecida: a concorrência generalizada das escolas permite elevar o sistema educacional como um todo. Bastaria, sobretudo, pôr um fim ao mapa escolar, que vincula alunos de uma determinada região a uma escola, eliminar as Zep e substituí-las “por nada”. A simples atuação da concorrência entre as escolas permitiria, então, aumentar a qualidade em todos os estabelecimentos, cada um podendo desenvolver livremente seu projeto pedagógico e encontrar seu nicho no mercado escolar.

Do lado oposto, Ségolène Royal apenas evoca uma “revisão do mapa escolar para eliminar os guetos e garantir uma mistura social”. Antes de tudo, ela propõe, pela primeira vez na França, a implantação de uma verdadeira meta de orientação dos recursos direcionados às escolas que enfrentam as maiores deficiências. Seu pacto presidencial anuncia que nas Zep as classes dos dois primeiros anos primários serão reduzidos a dezessete alunos,

contra cerca de 22 atualmente (e 23 fora das Zep), ou seja, uma redução significativa de cinco alunos por classe, e uma multiplicação por seis da concentração de recursos. Essa medida, que diz respeito ao conjunto das escolas classificadas nas Zep (cerca de 15% das escolas, ou seja, mais de 250 mil alunos por ano nos dois primeiros anos primários), e não a uma fração ínfima delas (como nas experiências administradas até agora), constitui a primeira tentativa para dotar as escolas desfavorecidas de recursos adicionais reais.

Se confrontarmos essas propostas com as últimas pesquisas em economia da educação, as duas visões opostas são inegavelmente convincentes. Em particular, tudo leva a crer que as virtudes da concorrência para o ensino primário são limitadas. Ao mesmo tempo, as pesquisas mais recentes sugerem que uma política de concentração de recursos que beneficie as escolas desfavorecidas pode ter efeitos tangíveis. A redução no tamanho das classes dos dois primeiros anos primários para dezessete alunos nas Zep permitiria, assim, reduzir quase 45% da desigualdade entre as Zep e as não Zep nos testes de matemática na entrada do terceiro ano primário. Para uma medida que custará menos de 700 milhões de euros, o retorno parece excelente.

Entretanto, as duas visões antagonistas são coerentes e claras. Permitem que se abordem as verdadeiras questões, nunca de fato formuladas no debate francês. Insistir nos méritos da concorrência escolar é legítimo e útil, mesmo que seus benefícios sejam mais prováveis no ensino superior. Introduzir explicitamente a questão da concentração de recursos nas escolas constitui uma inovação maior e permite avançar para a uma nova etapa no velho debate igualdade-equidade conduzido na França há quinze anos, ainda que esse debate esteja longe de acabar.

Diante dessas duas visões coerentes e antagônicas, o que propõe François Bayrou em seu programa? Os objetivos

mostrados são ambiciosos: trata-se de “dividir por dois o fracasso escolar e multiplicar por dois o sucesso”. Mas, quando chegamos às propostas concretas e aos recursos para alcançar tal resultado, o menos pior que podemos dizer é que ele nos decepciona. Bayrou insiste nas questões de método (nenhuma reforma educacional pode ser conduzida sem os professores, as organizações que os representam etc.) e não se pronuncia claramente sobre a questão da concorrência escolar, nem sobre a questão das Zep. Nesse campo, como na maior parte das grandes questões econômicas e sociais do momento, o candidato centrista aparece com uma postura “nem-nem”, e não como portador de uma nova síntese.

O machismo econômico

9 de abril de 2007

Ségolène Royal é uma mulher e por isso não entende nada de economia? Por mais grosseiro que possa parecer, esse silogismo de outra era pesa visivelmente no subconsciente popular. A julgar por certas reações, muitos comentaristas doutos e sensatos manifestaram ter dificuldade em ultrapassar seus preconceitos machistas.

Os candidatos masculinos podem se permitir destilar suas inépcias econômicas (Sarkozy) ou ainda reivindicar o vazio de seus programas (Bayrou). Mas basta que a candidata Royal deixe um detalhe no escuro para que sua competência econômica seja imediatamente questionada. Tomemos o anúncio feito por Sarkozy de reduzir os impostos em quatro pontos do PIB ao longo de seu mandato. Promessa inverossímil, já que mesmo Margaret Thatcher, a despeito de seus loucos golpes brutais sobre as despesas públicas, conseguiu reduzir apenas dois pontos em dez anos! Imagine o que teríamos ouvido se Royal tivesse feito a mesma exposição de leviandade e ignorância de ordens de grandeza tão elementares? Podemos citar muitos outros exemplos. O candidato do UMP pretende revalorizar o trabalho propondo eliminar o imposto sobre a fortuna adquirida por herança, e muitos jornalistas parecem hesitar em destacar essa evidente contradição econômica. Do mesmo modo, Sarkozy e Bayrou, ao que tudo indica, ambicionam um aumento da TVA, esquecendo porém que foi assim que Chirac-Juppé quebraram o crescimento em 1995 e que o moral das famílias francesas

afundou com a estagnação do poder de compra. Se cometido pela candidata, tal erro de diagnóstico macroeconômico teria sido condenado de maneira muito mais dura.

É difícil não imputar ao machismo econômico existente a virulência das críticas dirigidas nos últimos dias ao contrato da primeira oportunidade, proposto por Ségolène Royal. E certamente não ajudou o fato de que a assistente social encarregada do documento tem também o mau gosto de ser uma mulher (e instigadora de excelentes propostas para o serviço público da primeira infância). Que a reprovação do novo contrato seja pela incerteza em relação aos parâmetros, ainda vá lá. O problema é que a comparação com o CPE não faz nenhum sentido: enquanto o último concerne a todos os jovens e os sacrifica às empresas, o contrato da primeira oportunidade se concentra na pequena minoria de jovens saídos sem qualificação do sistema educacional, aos quais se propõe um percurso de formação alternativo. Tudo leva a pensar que essa medida teria um retorno econômico bem melhor do que os novos dispositivos de isenção de encargos preconizados por Sarkozy e Bayrou. A isenção das horas extras defendida pelo candidato do UMP servirá aos *insiders* que já tenham um emprego, mas será, por definição, de pouca utilidade para aqueles que ainda estiverem procurando o primeiro emprego. Quanto à isenção completa dos encargos para dois empregos por empresa, defendida pelo candidato do UDF (União pela Democracia Francesa), parece que estamos sonhando: aplicável a todas as empresas qualquer que seja o tamanho e a todos os assalariados quaisquer que sejam as qualificações e os salários, é difícil imaginar um dispositivo que maximize a esse ponto os efeitos inércia. Uma empresa que passe de 520 para 522 trabalhadores se beneficiará da medida em sua totalidade sem mesmo se dar conta. Em comparação, o contrato da primeira oportunidade de Royal é nitidamente menos custoso e tem o imenso mérito de ser muito mais direcionado e de se concentrar na população de

jovens sem qualificação, para os quais os dispositivos atuais oferecem poucas oportunidades de retomar o caminho do emprego e da formação.

De maneira mais geral, a verdade é que Royal é a candidata com mais credibilidade para enfrentar o primeiro desafio econômico da França, a saber, o déficit abissal de investimentos na formação, na pesquisa e na inovação. Em primeiro lugar, porque ela é a única a ver os dois lados da moeda, propondo, ao mesmo tempo, lutar contra o fracasso escolar em sua raiz (com uma verdadeira meta de direcionamento de recursos para as escolas desfavorecidas) e oferecer ao ensino superior e à pesquisa a autonomia e a flexibilidade necessárias para poder figurar em boa posição dentro da competição internacional. Além disso, apenas ela pode conduzir de maneira orquestrada as reformas de estrutura, assumindo o aumento indispensável de recursos em favor das universidades (ao contrário de seus rivais de direita, emaranhados nas promessas irrealistas de diminuição dos impostos). Com um percurso e um programa como os dela, um candidato masculino teria poucas chances de ser atacado por sua credibilidade técnica. A vitória de Royal permitiria sair, enfim, do nosso machismo econômico.

Isso nunca mais

10 de maio de 2007

Quais lições a esquerda pode tirar da derrota de domingo? Para alguns, a causa era conhecida há muito tempo: a França tornou-se um país de direita e começou a sonhar com Sarkozy, e nada pode ir contra esse fato. Argumento pouco persuasivo, pois todos os estudos mostram que a maioria francesa sempre teve medo de Sarkozy e de seus rumos. O voto em Bayrou exprime claramente o temor suscitado pelo novo presidente, inclusive na direita.

Para outros, a derrota se explica pelo erro de escalação: pouco experiente e com pouca credibilidade, particularmente em assuntos econômicos, Ségolène Royal não preencheu os pré-requisitos. O argumento não se sustenta, já que a candidata socialista demonstrou que tinha capacidade, e sobretudo vontade, para renovar o *software* econômico da esquerda, ao desenvolver um discurso positivo sobre a prioridade dada ao investimento na formação e na pesquisa, insistindo fortemente na responsabilização dos atores, na descentralização e na recusa do Estado como único agente desse processo, as necessárias contrapartidas entre direitos e deveres. É provável que só Ségolène Royal, graças à sua posição exterior em relação ao PS e à legitimidade conferida pelos votos dos militantes, fosse capaz de apelar ao diálogo com Bayrou entre os dois turnos, imperativo político e democrático que condiciona as vitórias futuras (como pretender levar em conta as aspirações populares fingindo ignorar que Buffet reuniu 1,9% dos votos e Bayrou, 19%?).

Na verdade, a esquerda, antes de tudo, sofreu de um problema de *timing*. Seria necessário bem mais do que alguns meses para construir um programa presidencial suficientemente estruturado. Para desenvolver posições social-democratas fortes e convincentes sobre as grandes questões econômicas e sociais (ensino superior e pesquisa, previdência, saúde, sistema fiscal, mercado de trabalho etc.), que sem exceção exigirão dolorosos ajustes intelectuais entre muitos militantes e simpatizantes de esquerda, anos e anos de debates e um paciente trabalho de convicção. Designada em novembro, era simplesmente impossível que Ségolène Royal, por maior que fossem seu pragmatismo e sua energia, realizasse um trabalho até o mês de março, sobretudo depois que os simpáticos competidores internos ensaboaram o chão onde ela pisaria, instruindo-a em incompetência econômica.

O erro fundamental cometido pelo PS entre 2002 e 2007 foi ter acreditado, ou ter fingido acreditar (porque na realidade ninguém é bobo), que era possível adiar a escolha do candidato para depois da redação do programa. O resultado objetivo é que, por quatro anos, de 2002 a 2006, os socialistas não falaram sobre nada. Por um motivo simples: era inconcebível, para qualquer pessoa, tomar uma posição firme sobre um assunto difícil, por medo de se tornar o bode expiatório na manhã seguinte pelos camaradinhos presidenciais. Resultado: o programa adotado pelo PS em 2006 é um festival de obviedades, no qual todas as questões polêmicas foram cuidadosamente evitadas. As novas cores dadas a esse programa por Ségolène não foram suficientes para torná-lo crível aos olhos dos franceses.

Um exemplo evidente que ilustra esse ponto é a terrível sequência do debate televisivo sobre as aposentadorias, na qual Sarkozy levou a candidata socialista a propor um imposto sobre a renda mobiliária. Não é que tal imposto seja, como tal, indesejável: os fundos de pensão para as aposentadorias já são de certa forma alimentados por uma (modesta) contribuição

social sobre as rendas de investimento, contribuição social que nada impede de ser levantada no contexto do necessário reequilíbrio trabalho-capital de nosso sistema fiscal. Mas essa resposta, de qualquer maneira um pouco superficial, lembra a milhões de franceses que durante anos os socialistas se contentaram em celebrar a revogação futura da lei Fillon — ainda que a imensa maioria da opinião pública já soubesse há anos que a continuidade de nosso sistema de aposentadorias precisa de reformas precisas e corajosas.

A prioridade hoje é fazer de tudo para evitar esse erro em 2007-2012. É necessário que antes do fim de 2007, de uma maneira ou de outra, o voto dos militantes (eventualmente estendido aos simpatizantes), ao qual se submeterão todos aqueles que aspiram a conduzir o projeto socialista, designe um líder incontestável até 2012. Já estamos ouvindo os argumentos falaciosos explicando que tal personificação é contrária à identidade coletiva do partido etc. Na verdade, é o contrário: justamente porque as questões pessoais são em absoluto secundárias em relação às questões sobre o programa e sobre o debate de ideias (ao contrário da ideia difundida, muitas pessoas possuem as qualidades para ser um presidente da República, até mesmo Sarkozy) é necessário se prontificar a resolver as primeiras para logo poder passar às segundas. Para sair o mais rápido possível do combate dos chefes e evitar que a catástrofe não se reproduza, é urgente hoje que os militantes e simpatizantes se mobilizem com afinco.

Proprietários: a subvenção absurda

4 de junho de 2007

Vamos falar abertamente: a redução do imposto sobre os juros de empréstimo prevista pelo governo Fillon representa o clientelismo político e a ineficiência econômica. Subvencionar a habitação não tem nada de absurdo *a priori*. Se um bem particular é subproduzido pelo mercado, seja porque as famílias subestimaram seu valor (por exemplo, se os pais não analisam bem o impacto da habitação sobre o desenvolvimento dos filhos) ou porque o processo de produção correspondente é objeto de uma ineficiência particular, é legítimo subvencioná-lo, sobretudo deduzindo a despesa correspondente da renda tributável. Mas é necessário ter certeza, ou corremos o risco de encher o imposto de nichos fiscais de toda sorte e com isso acabar criando um aumento do confisco das taxas nominais aplicadas à reduzida base fiscal restante. Porém, tudo leva a crer que a medida sobre os juros de empréstimo vem dessa segunda lógica.

Entretanto, não há, do ponto de vista econômico, nenhum sentido em deduzir os juros de empréstimo pagos pelos proprietários sem autorizar também a dedução dos aluguéis pagos pelos locatários (salvo ao taxar os aluguéis fictícios, ou seja, os valores locatários das habitações ocupadas por seus proprietários, o que foi o caso até os anos 1960). Se desejamos subvencionar a moradia, pouco importa se o pagamento do serviço de habitação toma a forma de juros ou de aluguéis. A medida Sarkozy não é, assim, uma subvenção à habitação, mas aos proprietários, e, portanto, é difícil enxergar a justificativa

econômica. Por que o poder público deveria gastar seus recursos para favorecer aqueles que compram seu automóvel comparados àqueles que alugam? Sobretudo porque na França ser proprietário de sua moradia é muitas vezes associado à imobilidade e não ao dinamismo econômico, considerando-se o imposto extremamente alto sobre as vendas de residências (mais de 5%, apesar da redução de 1999). É, antes de tudo, esse imposto absurdo, equivalente a um imposto sobre aqueles que atravessam a rua, que deveria ser suprimido em primeiro lugar para tornar a mobilidade da mão de obra e do mercado de habitações mais dinâmica na França.

Acima de tudo, o passado mostra que o retorno econômico dos auxílios fiscais à habitação é extremamente frágil. Quer se trate de subvenções aos imóveis de aluguel, de auxílio-moradia ou da dedução dos juros de empréstimo (praticada na França até 1997), todas as avaliações disponíveis indicam que esses auxílios são repassados quase de forma integral à inflação dos imóveis, sem real impacto na construção e nas condições de moradia. Gabrielle Fack mostrou, assim, que 80% dos aumentos dos auxílios-moradia foram absorvidos pelo aumento dos aluguéis. O mesmo mecanismo se aplicará, provavelmente, nos juros de empréstimo, por uma razão simples: os auxílios dão às famílias a ilusão de estarem mais solventes e aumentam sua demanda por habitação, mas, levando em conta a pouca elasticidade da oferta de habitação e o crescimento mínimo do estoque de residências disponíveis, a demanda adicional nutre os aumentos de preços. Considerando um caso extremo, toda a subvenção fiscal para a compra ou para o aluguel de terra (mesmo em quantidade fixa) é repassada em 100% aos proprietários iniciais. E, num país onde cada um está disposto a pagar o olho da cara para viver perto de seus semelhantes, a habitação é apenas pouco menos inelástica do que a terra. O desafio hoje é inventar novos meios para criar metas que permitam retomar a construção de imóveis residenciais, em

particular para aqueles que estão em condições inadequadas de moradia. E sem dúvida não é despejar novos auxílios fiscais à totalidade de empréstimos em curso e às habitações já adquiridas, extensão inevitável a partir do momento em que ela foi prometida aos eleitores, mas que leva o custo da medida para quase 5 bilhões de euros por ano, com um retorno quase nulo.

Sobretudo porque Nicolas Sarkozy distribui cheques de 5 bilhões no mesmo ritmo em que visitava no passado as delegacias de polícia. É isso, aproximadamente, o que custará a isenção das horas extras, medida que não tem equivalente em nenhum país por ser tão insensata do ponto de vista econômico (todas as horas trabalhadas possuem o mesmo valor, sobretudo as primeiras para aqueles que não têm trabalho) e fiscal (ela levará a manipulações sem fim). É também isso o que custará a quase supressão dos direitos de sucessão, política ultradesigual que somente Bush e Berlusconi ousaram, até aqui, empreender. E o valor unitário do cheque está longe de ser irrisório: 5 bilhões de euros, isto é, metade do orçamento total do ensino superior.

Essa política leva a examinar a fundo a dívida, a queimar todos os cartuchos orçamentários em caso de reviravolta da conjuntura e a comprometer gravemente reformas futuras. Não é fácil, depois de tanta generosidade, explicar aos enfermos que é preciso pôr as franquias médicas no seu devido lugar (sem falar no aumento da TVA que se anuncia), aos estudantes que a reforma da universidade será feita com 1 ou 2 bilhões de recursos adicionais, aos ferroviários que eles devem renunciar ao regime especial etc.

TVA social, uma falsa resposta

27 de agosto de 2007

Após meses de subterfúgios, o governo Sarkozy-Fillon parece decidido a pôr novamente em pauta o projeto sobre a TVA social. Na primavera, o assunto foi introduzido da pior maneira possível, logo após ter gastado 15 bilhões de euros em presentes fiscais clientelistas e ineficazes (juros de empréstimo, limite máximo fiscal, horas extras), ou seja, o equivalente a dois pontos da TVA. Fica difícil para os eleitores dos legislativos, nessas condições, não suspeitar que a direita quer financiar suas promessas eleitorais com um aumento puro e simples da TVA. Até porque foi essa a estratégia utilizada pelo governo Chirac-Juppé em 1995, tendo por resultado o afundamento do crescimento em apenas alguns meses! Tentemos, no entanto, esquecer por um instante o desperdício de 15 bilhões e considerar o debate sobre a TVA social como ele deveria ser: não uma maneira torta de aumentar as receitas do Estado, mas uma reforma complexa da estrutura de financiamento da proteção social, com receitas constantes. De que ele trata? Hoje a proteção social recai quase exclusivamente sobre as contribuições baseadas apenas nos salários. Para um salário bruto de 100 euros, o empregado tem como salário líquido 80 euros (20% de contribuições salariais) e o empregador paga 145 euros (45% de contribuições patronais). No longo prazo (“quando estaremos todos mortos”, dizia Keynes), todas essas contribuições são *in fine* pagas pelos assalariados, como atesta o fato de que a parte dos salários (contribuições patronais incluídas) no valor agregado das empresas (cerca de 70%) é

sensivelmente a mesma em todos os países e em todas as épocas. Dessa enorme massa de contribuições, uma grande parcela corresponde às prestações ditas contributivas (aposentadoria, emprego), as quais ninguém duvida que recaiam sobre os salários: fazemos cotas proporcionais aos salários e, além disso, os direitos são proporcionais às contribuições. O problema surge para a segunda parte, que financia as prestações de seguro-saúde (dotações para os hospitais, reembolsos de consultas e de medicamentos) e os benefícios às famílias (assistência às famílias, assistência aos pais solteiros). Essas prestações advêm de uma lógica de universalidade e de solidariedade nacional. Assim, não faz nenhum sentido que seu financiamento recaia apenas sobre os salários e aumente a pressão fiscal sobre o trabalho, sobretudo num contexto de subemprego. Daí o debate sobre o alargamento da base das contribuições saúde / família, que já foi analisado em relação às contribuições salariais com a criação, por Michel Rocard em 1991, da CSG. Porém o debate não chegou à contribuição do empregador, e o financiamento dos setores saúde / família continua recaindo sobre as contribuições patronais, com mais de dezoito pontos apenas sobre os salários. Daí a proposta recorrente de diminuir aos poucos as contribuições e substituí-las por um tributo que tenha uma base maior, como, por exemplo, a TVA. Assim contemplada, a TVA social aparece como uma resposta possível para uma questão real. Mas, sem dúvida, não como a melhor resposta. Uma solução superior, apoiada especialmente pela Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), consistiria em criar uma contribuição patronal generalizada (CPG) que recairia sobre o conjunto do valor agregado das empresas, ou seja, sobre a soma dos salários e lucros. O mais simples seria retomar os lucros submetidos ao imposto de pessoa jurídica, o que levaria a uma base de cerca de 7 bilhões de euros por ponto de CPG, tanto quanto um ponto de TVA. Na verdade, as duas soluções deveriam ser equivalentes: a

TVA tributa sobre o valor agregado, definindo-o como a diferença entre os produtos vendidos pelas empresas e os comprados junto aos fornecedores; a CPG tributa o valor agregado, definindo-o como a soma das rendas distribuídas pela empresa entre trabalho e capital. Investiguemos, de início, a ideia de que a TVA acabaria caindo totalmente sobre o preço pago pelos consumidores, enquanto a CPG recairia totalmente sobre as ditas rendas: na verdade, todos os tributos pesam em parte sobre os preços e sobre as rendas, em função da realidade econômica da base de arrecadação e do grau de concorrência nos mercados de bens, de trabalho e de capital em cada setor considerado. Se a TVA social e a CPG diferem em seus efeitos econômicos, é por motivos mais sutis. O modo de arrecadação da TVA francesa autoriza a dedução integral das despesas com investimento, o que de fato dá isenção a uma boa parte das rendas do capital. Por outro lado, a TVA pesa muito sobre as aposentadorias, ao contrário da CPG. Enfim, os salários mais baixos são isentos das contribuições patronais saúde / família e sofrem brutalmente com os aumentos da TVA, enquanto a CPG permite manter essa isenção, posta em prática há quinze anos para aliviar a pressão fiscal sobre o trabalho pouco qualificado. Resumindo: a CPG permite um verdadeiro reequilíbrio fiscal entre o trabalho e o capital, enquanto a TVA social faz com que as aposentadorias e os salários mínimos paguem a conta, o que é social e economicamente injustificável e mais parece ser uma política para os tolos, pois, sendo as aposentadorias indexadas aos preços, os caixas públicos acabariam por pagar novamente com uma mão o que eles tomariam com a outra! A única vantagem da TVA social, tão alardeada pelo governo, é taxar as importações e isentar as exportações, enquanto a CPG recai apenas sobre os bens produzidos na França, a despeito de sua destinação. Mas subordinar uma reforma fiscal de tal magnitude a essa pequena diferença não pode ser uma atitude séria: imaginamos mesmo que iremos entrar em concorrência com os

tecidos chineses ou indianos onerando seus preços em dois pontos adicionais de TVA? Essa postura protecionista lastimável mostra que, sobre esse assunto, tanto quanto sobre o pacote fiscal, as repostas trazidas por Sarkozy-Fillon simplesmente não estão à altura dos desafios econômicos impostos à França devido à globalização.

Dividendos: a fivela foi afivelada

22 de outubro de 2007

Sob uma falsa aparência técnica, o novo regime de retenção na fonte de 18% sobre os dividendos, adotado na semana passada pela maioria do UMP, é um símbolo carregado de sentidos. O imposto de renda progressivo pesará, a partir de agora, quase exclusivamente sobre as rendas do trabalho, e a quase totalidade da renda do capital se beneficiará de um regime preferencial de tributação proporcional com taxa reduzida. Destoante paradoxo num momento em que se celebra a revalorização do trabalho!

Como chegamos a essa solução? No momento da criação do imposto geral sobre a renda, em 1914, os patrimônios e suas rendas eram tão prósperos que não ocorreria a ninguém beneficiá-los com isenções particulares. Não só todas as rendas do capital estavam integralmente submetidas à tabela progressiva (aí incluídos os aluguéis fictícios, ou seja, o valor de locação de habitações ocupadas pelos próprios proprietários), mas eram, também, passíveis do imposto sobre os lucros criado em 1917 (ancestral do atual imposto sobre as empresas), assim como do imposto sobre as rendas de valores mobiliários (juros de obrigações e dividendos das ações) instituído desde 1872, que se tornou o elemento central do novo pacto republicano. As rendas salariais beneficiavam-se, assim, de condições fiscais nitidamente mais favoráveis. O equilíbrio ruiu logo após a Segunda Guerra Mundial.

Depois dos choques sofridos pelos patrimônios durante as guerras e nos anos 1930, os governos sucessivamente se

sentiram na obrigação de incentivá-los: isenção de uma parte crescente dos juros de empréstimos públicos a partir dos anos 1950, isenção dos aluguéis fictícios em 1963. E, sobretudo, a criação em 1965 do crédito fiscal (visando isentar os dividendos do imposto sobre as sociedades) e da retenção na fonte, permitindo que todos os juros escapassem da tabela progressiva ao estabelecer um imposto fixo de 15%, particularmente vantajoso para os contribuintes mais ricos que se submetiam a uma taxa marginal superior de 50-60%.

A brecha entreaberta nunca foi fechada: os regimes de caderneta de poupança com isenção fiscal e os produtos financeiros com desagravamento fiscal se multiplicaram nos anos 1980-1990, num contexto de mobilidade crescente do capital e de concorrência fiscal entre os Estados. A tal ponto que, sobre os 100 bilhões de euros de rendas do patrimônio recebidos pelos domicílios em 2005, somente 20 bilhões foram submetidos à tabela progressiva do imposto de renda!

A etapa final dessa longa evolução acaba de ser ultrapassada: os dividendos, que constituem a principal categoria ainda submetida à tabela progressiva e que se beneficiaram em 2006 da criação de um abatimento de 50%, terão a partir de 2008 a possibilidade de fugir pura e simplesmente da tabela progressiva, ao serem submetidos a uma retenção de 18% na fonte, já comum a todas as rendas mobiliárias (juros, dividendos e ganhos de capital).

Estamos vivendo hoje os últimos dias do regime fiscal do século XX? Devemos esperar que o regime fiscal do século XXI recaia exclusivamente sobre o trabalho? Agora que as rendas do capital escapam quase integralmente do regime de direito comum, torna-se mais fácil tender a 0% de taxa de imposto nesses regimes derogatórios. As forças da concorrência fiscal levam claramente a essa direção: o programa eleitoral da direita polonesa visa reduzir a 10% a taxa de imposto sobre as empresas e a 15% a taxa de imposto sobre a renda mobiliária. E

a França, apesar de todos os discursos, alimenta mais uma vez a corrida ao *dumping* fiscal (nenhum país desenvolvido havia, até agora, diminuído tanto as taxas sobre a renda mobiliária).

De toda forma, uma coisa é certa: uma sociedade que reduz as taxas sobre os patrimônios por muito tempo (ainda mais quando recuperaram sua velha forma pré-1914!) corre o risco de esclerose econômica (uma classe de rentistas envelhecidas inevitavelmente reaparecerá) e de explosão social. Em relação aos impostos sobre as empresas, a premissa de uma retomada do nível europeu já se faz sentir. Já em relação às rendas mobiliárias, um retorno da progressividade do século XX é, no entanto, incerto (fluxos internacionais cada vez mais insaciáveis; parte crescente de produtos com recapitalização imediata, nos quais as rendas se adicionam imediatamente ao patrimônio). É então possível que o século XXI tenha que inventar seu próprio modelo, fundado, por exemplo, na tributação dos próprios estoques de patrimônios e não nos fluxos das rendas. O futuro começa hoje.

Aposentadoria: bem-vinda em 2008!

19 de novembro de 2007

Façamos um voto: que o debate nacional sobre as aposentadorias em 2008 tenha grandeza e vá além da estigmatização de algumas categorias particulares. Primeiro, porque a necessária normalização dos regimes especiais cobrirá apenas uma parte ínfima dos problemas de financiamento. Depois, porque não se pode garantir o futuro da previdência sem uma avaliação crítica e geral de um sistema que se tornou incompreensível. Quais são as justificativas profundas da aposentadoria em regime de repartição? Por um lado, os mercados financeiros e imobiliários são incapazes de transferir uma poupança garantida por várias dezenas de anos. Por outro, certos ativos sofreriam o risco de não poupar em quantidade suficiente para os dias de velhice.

Em outras palavras, a aposentadoria em regime de repartição é um sistema de poupança compulsória garantida pelo Estado, que não deve tentar ser outra coisa. Seu objetivo não é redistribuir dos ricos para os pobres ou compensar os salários baixos de certos trabalhadores ou a dureza de suas condições de trabalho. Para isso, outros instrumentos são mais adequados (imposto de renda, RMI, mínimo-velhice, políticas salariais e de prevenção de riscos profissionais etc.). É justamente porque demandamos de nosso sistema de aposentadoria exercer múltiplas funções ao mesmo tempo que acumulamos um número inacreditável de regras complexas e de redistribuições obscuras e incompreensíveis para o cidadão. Desse princípio geral,

resultam as linhas diretrizes de toda reforma ambiciosa. Todos os anos de contribuição devem contar para o cálculo da aposentadoria. Cada pessoa deve poder se aposentar quando desejar, com uma pensão proporcional às contribuições feitas ao longo de sua vida ativa, o coeficiente de conversão sendo dependente das evoluções demográficas (expectativa de vida, razão ativos / aposentados), à semelhança do notável sistema por pontos aplicado na Suécia. A passagem para tal sistema sem dúvida demandaria várias etapas, mas não está fora do alcance.

No setor público, cada ano de atividade dá direito a uma taxa de substituição de 1,875%, ou seja, uma taxa de substituição de 75% em quarenta anos de contribuição, 37,5% para vinte anos de contribuição etc. Esse princípio simples de proporcionalidade em relação aos anos de contribuição é mais ou menos o mesmo no setor privado, à exceção de que a aposentadoria a 75% do salário para quarenta anuidades só é atingida ao se acumular a aposentadoria do regime de base (50%) com a pensão adicional oferecida pela Associação para o Regime de Aposentadoria Complementar dos Assalariados (Arrco, para não executivos) e pela Associação Geral das Instituições de Aposentadoria dos Executivos (Agirc, para executivos). Essa é a primeira fonte de obscuridade a ser eliminada: ninguém entende nada das fórmulas complicadas que resultam da sobreposição de regimes, sem falar dos assalariados que têm o disparate de ser ao mesmo tempo não executivos e executivos numa mesma vida! O Estado deve tomar para si a responsabilidade e fundir os regimes Arrco e Agirc com o regime geral, de maneira a conduzir o setor privado a uma regra única e simples, como a que existe para o setor público. Ao mesmo tempo, com uma redução maciça do teto (a aposentadoria em regime de repartição não está aí para gerir a poupança dos superexecutivos, cuja alta expectativa de vida, além de tudo, custa muito caro). Para que cada ano de contribuição conte, é necessário eliminar a duração mínima das contribuições de quinze anos, em vigor no setor público

(abandonar o funcionalismo não é um defeito), e aplicar a taxa de substituição ao conjunto dos salários da vida ativa, e não aos salários dos últimos seis meses (setor público) ou dos vinte melhores anos (setor privado). No mesmo espírito de transparência, as contribuições patronais pagas pelo Estado para financiar as aposentadorias públicas (60% dos salários brutos) devem figurar nas folhas de vencimento, como no setor privado.

Por fim, as anuidades além dos quarenta anos devem entrar no cálculo da taxa de substituição para permitir aos assalariados que começaram a trabalhar muito cedo, finalmente, receberem suas contribuições. Quanto ao sistema de desconto-prêmio, ele existe para preencher outra função: considerar o fato de que se aposentar um ano mais tarde leva não somente a depositar um ano a mais de contribuição, mas, sobretudo, a usar um ano a menos de pensão (por exemplo, dezenove anos em vez de vinte anos, ou seja, 5% a menos da pensão total). O desconto-prêmio deve depender da idade em que se entra no regime de aposentadoria e da expectativa de vida esperada, e não da duração das contribuições. O sistema por pontos permitiria aos trabalhadores assimilar a ideia de que suas contribuições para a aposentadoria constituem uma renda adiada, e não um imposto.

O suplício das 35 horas

17 de dezembro de 2007

Nicolas Sarkozy tem uma estratégia: obrigar a esquerda a beber o cálice das 35 horas até o fim. Ele não está errado. Ganhar a eleição em grande parte graças ao enorme alarde gerado pelo slogan “trabalhar mais para ganhar mais”, adotado imediatamente depois das eleições para a isenção das horas extras. As novas medidas anunciadas para retomar o poder de compra (resgate de RTT [redução do tempo de trabalho] etc.) mostram que o suplício está longe de ter acabado.

A estratégia é compreensível. Ainda que uma reforma de tal amplitude envolva, obrigatoriamente, aspectos positivos, em particular as reorganizações do trabalho mutuamente lucrativas em certas empresas, fica claro que a implementação das 35 horas em 1997-1998 constituiu um erro importante de política econômica e social. Não que toda intervenção pública sobre a duração do trabalho seja sempre destinada ao fracasso e que seja melhor deixar as empresas e os trabalhadores livres para negociar individualmente a repartição dos ganhos de produtividade entre aumento do poder de compra e aumento do tempo livre. A experiência prova que essa teoria liberal pura é insuficiente, sobretudo porque ela ignora o papel maior das normas sociais na fixação da duração do tempo livre. Sem as muitas leis sobre as férias pagas (das duas semanas em 1936 para cinco semanas em 1982), é provável que os trabalhadores franceses tivessem “escolhido” — como seus equivalentes anglo-saxões — aumentar seu poder de compra sem tirar férias. Tal

“escolha”, sem dúvida, não seria ótima em termos de bem-estar, como mostra, por exemplo, o fato de que os não assalariados também aumentaram, eles mesmos, suas férias em 1982. O mesmo raciocínio se aplica para a duração semanal do trabalho.

No entanto, vemos claramente até que ponto a concepção de políticas públicas sobre a duração do trabalho se parece com o mecanismo delicado de relógios de precisão. As autoridades políticas e sindicais devem sentir quais são as aspirações não realizadas dos trabalhadores em matéria de tempo livre, levando em conta suas aspirações contraditórias em termos de poder de compra — tudo isso deixando flexibilidade suficiente para que a infinita diversidade de aspirações individuais possa florescer. Desse ponto de vista, as 35 horas surgem num erro manifesto de *timing*. A redução da jornada de trabalho só poderia acontecer se saísse de um período de crescimento sustentado do poder de compra — e não, com certeza, bem no meio da grande estagnação salarial que os franceses sofreram desde o início dos anos 1980.

Essa estagnação tem, claro, razões estruturais que não têm nada a ver com as 35 horas: diminuição do crescimento após os Trinta Gloriosos; absorção do pouco crescimento pela progressão inevitável das despesas com aposentadoria e com saúde; inovações favorecendo reduções dos preços de itens de alta tecnologia e não dos preços dos produtos de primeira necessidade; alta dos aluguéis induzida pelas transformações demográficas e pela recuperação histórica do curso dos ativos; e muitas outras ainda. No entanto, as 35 horas não ajudaram: nada surpreendente em um contexto semelhante que os eleitores tenham apreciado o bom senso do “trabalhar mais para ganhar mais”.

Na verdade, os socialistas de 1997 teriam feito melhor se tivessem se inspirado na releitura da experiência daqueles de 1936. Se as duas semanas de férias pagas foram um sucesso, nunca será demais repetir que as quarenta horas decretadas

pela Frente Popular tiveram que esperar os anos 1960-70 para virar progressivamente realidade. Por uma razão simples: foi apenas depois de várias décadas de crescimento da produtividade e do poder de compra que os assalariados e seus representantes aceitaram reduzir seus volumes de horas extras.

Assim como as 35 horas de 1997, as quarenta horas de 1936 foram uma medida concebida totalmente a contratempo (não se combate a estagnação econômica com medidas malthusianas). E, assim como os socialistas de 2007 recusaram toda forma de mea-culpa sobre as 35 horas (Ségolène Royal tentou fazer isso no início da campanha, antes de ser chamada à razão), eles não serão ouvidos sobre esse assunto — como, por exemplo, sobre as aposentadorias. A situação é ainda mais lastimável porque a larga avenida aberta para Sarkozy permite que ele faça o que lhe der na cabeça. Gastar quase 10 bilhões de euros por ano (o equivalente ao orçamento de todas as universidades juntas!) para isentar as horas extras é uma aberração econômica da qual nenhum país jamais sofreu.

Esperemos que o debate francês pare o mais rápido possível de se concentrar na jornada de trabalho para se dedicar ao investimento maciço na formação e na inovação, única resposta possível aos desafios impostos pela globalização.

Civilização ou moral das famílias

14 de janeiro de 2008

Dada a ausência de resultados de sua política de poder de compra, nosso criativo presidente nos sugere, assim, uma política de civilização. O raciocínio é ainda mais absurdo porque é possível hoje na França ter-se uma política eficaz de poder de compra, por mais raros que sejam os bons instrumentos. Quando os interrogamos, os franceses fornecem a resposta de forma perfeitamente clara.

De maneira muito lógica, eles põem a redução da TVA encabeçando as políticas que podem fazer crescer o poder de compra. Não só o governo nunca desejou tal redução, mas também claramente deu a entender, durante as eleições legislativas, que uma alta da TVA poderia ser necessária para financiar seu pacote fiscal de 15 bilhões de euros (o equivalente a um aumento de dois pontos da TVA sobre a taxa cheia) e sua prodigalidade de nichos fiscais com forte conteúdo ideológico, porém com eficácia econômica mais do que duvidosa. Todos os indicadores confirmam que a queda no moral das famílias observadas nesses últimos seis meses, excepcionalmente rápida após uma eleição presidencial, data desse pecado original.

E, no entanto, Sarkozy, que parece querer persistir em seu projeto de aumento da TVA dita social (“mal apresentado”), explica, inocente, que, com a chegada do inverno, ele não pode esvaziar os caixas que secou com tanto cuidado na véspera do verão. Erro econômico de cigarra ainda mais grave porque existe hoje um instrumento que permite *in fine* implantar metas de

reduções eficazes da TVA: o bônus para o emprego (PPE). Criado em 2000 para aliviar a pressão fiscal sobre os salários mais baixos (os socialistas desejavam inicialmente reduzir a CSG, o que foi censurado sem motivo pelo Conselho Constitucional), o objetivo do PPE é revalorizar o trabalho daqueles que acordam cedo, se esforçam muito e ganham pouco. Ele foi aumentado várias vezes desde 2002, prova de que a direita sabe, às vezes, fazer seu mea-culpa — sobre o PPE e sobre o Pacts, por exemplo — e tomar como suas as reformas do campo adversário.

Seu montante continua, porém, modesto: o PPE médio distribuído aos cerca de dez milhões de lares beneficiados é de apenas 500 euros (o bônus máximo é perto de 900 euros), para um orçamento total de 5 bilhões de euros. É muito pouco em relação ao total das arrecadações que pesam sobre os trabalhadores com baixos salários. Por exemplo, um assalariado em tempo integral remunerado pelo salário mínimo e consumindo toda sua renda (ou seja, cerca de 12.000 euros líquidos por ano) despeja atualmente o equivalente a dois meses de salário na TVA, mais de um mês de salário na CSG, sem contar os impostos indiretos anexados (combustível, tabaco, álcool etc.), as contribuições sociais — ou seja, uma taxa de arrecadação global superior a 50%. Uma medida simples e compreensível seria dobrar o PPE, o que por sua vez reduziria *grosso modo* pela metade a TVA paga pelos assalariados perto do salário mínimo. De um custo da ordem de 5 bilhões de euros, a medida teria um impacto sobre o poder de compra muito maior do que o pacote fiscal, mas preservando as margens de manobra para reduzir a dívida e investir no futuro. É necessário, ao mesmo tempo, modernizar profundamente a administração fiscal, de maneira a assegurar a distribuição mensal do PPE sobre as folhas de vencimento — atualmente ele é distribuído com um ano de atraso e ninguém o compreende bem. Essa política eficaz do poder de compra permite, além disso, promover a ideia de uma civilização

fundada sobre o trabalho e a transparência democrática e fiscal. Ao contrário dos projetos Sarkozy-Hirsch sobre a Renda de Solidariedade Ativa (RSA), que querem fazer os assalariados de baixa renda se passarem por assistidos, enquanto na realidade eles sempre isentam as arrecadações nitidamente mais elevadas para todas as transferências recebidas — inclusive depois de várias duplicações do PPE. Em vez de se deixarem levar por debates surrealistas sobre a necessidade imperiosa de não ter um líder, os socialistas fariam melhor caso se reapropriassem dos bons instrumentos que eles mesmos criaram, aprimorando-os.

Attali, mais blá-blá-blá do que Attila

11 de fevereiro de 2008

Falemos de cara: o relatório da comissão Attali é, no geral, decepcionante. Não que as medidas mais desacreditadas (liberalização dos táxis, do comércio etc.) sejam injustificadas. A comissão tem razão de condenar as barreiras existentes à entrada em vários setores. E nós estaríamos errados em subestimar os estragos causados pelo malthusianismo ao estilo francês, tanto em termos de qualidade de vida para os usuários quanto em termos de criações de emprego (segundo os melhores estudos disponíveis, eliminar as leis Royer-Raffarin que restringem a entrada de novos negócios permitiria a criação de 10% de empregos adicionais).

Fora dessas medidas direcionadas, temos dificuldade em compreender a coerência do conjunto do relatório. A comissão Attali nos lembra que o futuro passa pela economia do conhecimento, da formação e da inovação — o que não é mentira, mas já foi dito mil vezes. Contudo, o relatório não traz nenhuma contribuição original sobre o caminho a seguir para resolver esse desafio do investimento em capital humano. Sobre a questão do financiamento e do arranjo macroeconômico e orçamentário da estratégia de investimento no futuro, nada foi dito. Concretamente, como a França vai fazer para passar dos 8.000 euros hoje investidos por estudante para os 20.000 euros investidos no norte da Europa? Mistério. Em particular, o relatório faz a contabilização dos 15 bilhões de euros anuais desperdiçados por Sarkozy por meio de medidas que fazem tudo

menos preparar para o futuro: juros de empréstimos, horas extras, proteção fiscal, redução do imposto sobre heranças. Em 250 páginas, o relatório sobre a “liberalização do crescimento” consegue a façanha de não dizer uma única palavra sobre as medidas do pacote fiscal, que foram, no entanto, adotadas para provocar um “choque de crescimento”. Compreendemos nas entrelinhas que a comissão não ficou nada convencida pelo suposto choque, mas que o comanditário do relatório não apreciaria se isso fosse dito de maneira explícita. Trágica ilustração dos limites desse tipo de comissão. Ainda mais porque não impede que o relatório sugira um aumento da TVA e da CSG (com um efeito crescimento mais do que duvidoso) para financiar os 15 a 20 bilhões de euros de quedas da contribuição social sem nem mesmo mencionar que sem o pacote fiscal teria sido possível reduzir essas mesmas contribuições sem aumento de arrecadação!

Sobretudo, o relatório não diz quase nada sobre as reformas estruturais indispensáveis para dinamizar o sistema francês de ensino superior e de pesquisa. É verdade que ele faz alusão à criação de “dez grandes polos”, sem nenhuma especificação sobre o modo de operação, se não for a invenção de uma nova sigla (os “PUP”, polos universitários pluridisciplinares) a se adicionar a uma longa lista de siglas, estruturas virtuais e outras carapaças vazias que já permeiam a existência de nosso sistema universitário. Sobretudo, dá crédito à falsa ideia de que nossas universidades sofrem de uma insuficiência de tamanho, quando na verdade é justamente o oposto: para lembrar, a Paris-VI contabiliza trinta mil estudantes, e a Paris-I, mais quarenta mil, contra dez mil estudantes no MIT e vinte mil em Harvard. O desafio hoje não é ir ainda mais longe no gigantismo, mas ajudar nossas universidades e nossas escolas a se transformarem em estabelecimentos eficazes, produtores de conhecimentos autônomos e independentes tanto do poder político quanto do econômico. Entretanto, não pode existir verdadeira autonomia

quando 99% dos financiamentos provêm de um único financiador (no caso, o Estado). O futuro passa pela diversificação dos financiamentos: regiões, fundações (o sistema fiscal de doações deveria ser revisto, a reserva hereditária restringe hoje os milionários a transformarem seus filhos em rentistas e os impede de legar suas fortunas a fundações, herança de uma visão ultrajacobina segundo a qual o Estado teria o monopólio do interesse geral), empresas, pessoas privadas físicas e coletivas; mas também aumento substancial das taxas de matrículas, financiado pelos sistemas inovadores de bolsas e de empréstimos (o que iria acontecer com a criação artística se impuséssemos a gratuidade do cinema e dos livros?), perspectiva estranhamente descartada pela comissão Attali. A governança das universidades deveria progressivamente refletir essa diversidade dos financiamentos, o que não o faz a lei Pécresse: os conselhos de administração passam de sessenta a trinta membros, mas sem em nada modificar sua estrutura de autogestão (em particular, os membros externos não participam nem mesmo da escolha do presidente: difícil atrair financiadores nessas condições). Ainda que o relatório Attali tenha se recusado a abri-lo de maneira frontal, o documento da governança e da autonomia das universidades não está pronto para ser fechado novamente.

Duelo Clinton-Obama sobre a saúde, essa calamidade americana

10 de março de 2008

No momento em que o duelo Obama-Clinton parece ter sido retomado, é pertinente se aprofundar num ponto importante do debate: a criação de um seguro-saúde universal nos Estados Unidos, especialmente uma vez que os termos da polêmica podem parecer incompreensíveis do ponto de vista da França e da Europa.

No seu hoje famoso discurso “*Shame on you, Barack Obama*” (“Que vergonha, Barack Obama”), que circulou na TV a cabo e na internet, Hillary Clinton respondia com veemência a seu rival, que a havia recriminado por querer obrigar os americanos sem recursos a adquirir um seguro-saúde. Acusação indigna de um democrata, respondeu Hillary: o partido não deveria se unir para enfim realizar o sonho de Harry Truman de um seguro-saúde universal para todos? Na verdade, se Clinton propõe um seguro obrigatório, ele permanece opcional no plano Obama, de modo que uma parte dos cinquenta milhões de americanos hoje sem cobertura continuaria assim. Hipocrisia, retruca Obama: a questão não é tornar o seguro-saúde obrigatório, mas deixá-lo barato, o que o plano Obama propõe fazer injetando tanto dinheiro no sistema de saúde quanto o plano Clinton.

Por que tantas dificuldades para pôr fim a essa calamidade americana? Calamidade ainda mais escancarada porque, ao contrário da ideia disseminada, as pessoas sem cobertura não se beneficiam de assistência em caso de emergência nos hospitais

americanos. Um estudo recente e muito difundido mostrou que os pacientes admitidos nas emergências alguns dias antes de completarem 65 anos (ou seja, não cobertos pelo Medicare, o programa público criado em 1965 para os idosos, junto com o Medicaid, destinado aos menos privilegiados) recebiam menos cuidados — e tinham uma probabilidade de óbito 20% mais elevada — do que aqueles admitidos alguns dias depois com mesma patologia.

Por que os candidatos não entram num acordo sobre um seguro obrigatório para todos, financiado por contribuições ou por impostos? Se o problema não é tão simples, é porque os Estados Unidos foram longe demais na cobertura da saúde pelas vastas redes do seguro privado, e é difícil voltar atrás. De fato, numa população de trezentos milhões, cinquenta milhões de americanos não possuem nenhuma cobertura, mais de quarenta milhões de idosos dependem do Medicare e quase cinquenta milhões de pobres dependem do Medicaid, mas existem, mesmo assim, 160 milhões de americanos que se beneficiam, graças a seu seguro-saúde privado, de uma cobertura de alto nível (normalmente financiada por seus empregadores) e que estão, de maneira geral, satisfeitos (eles nunca tiveram outra experiência).

Se o governo federal decidisse de súbito estender o benefício do Medicare ou de um programa público equivalente a toda a população, o que necessitaria de um grande aumento das contribuições sociais correspondentes (hoje 2,9% do salário bruto para financiar o Medicare, contra 12,4% para o sistema público de aposentadorias e 6,2% para o seguro-desemprego), então é provável que muitos desses empregadores se recusassem a pagar duas vezes e parassem de oferecer a cobertura privada para seus trabalhadores. No futuro, a situação seria sem dúvida melhor para todos, em especial porque a concorrência entre as empresas de seguro-saúde privadas funciona mal e leva a uma inflação desigual dos custos.

Contudo, no plano imediato, a saída dos empregadores e das empresas privadas, e de dezenas de milhares de redes hospitalares e de médicos que participam desse contexto, provocaria um caos permanente que assusta não só as seguradoras (lembramo-nos dos *spots* publicitários de 1994-1995 brandindo o fantasma de uma burocracia federal que imporá uma saúde precária a todos os americanos; McCain, em 2008, não falava de outra coisa), mas sobretudo os 160 milhões de assegurados privados, que não querem perder o sistema que garante sua saúde há anos. Esse é o motivo pelo qual Clinton, assim como Obama, deve encontrar maneiras indiretas e progressivas de assegurar seus cinquenta milhões sem cobertura (frequentemente funcionários de pequenas empresas ou trabalhadores temporários), obrigando, por um lado, os empregadores a contratar seguros subvencionados para seus funcionários e, por outro, as pessoas que vivem de empregos temporários a adquirir, elas mesmas, um seguro subvencionado (essa é a parte mais delicada).

No entanto, há uma boa notícia: os dois candidatos prometem anular as reduções de impostos da era Bush para injetar novos recursos na saúde e iniciar uma nova etapa — trabalhosa, mas real — do sistema americano.

Rigor ou reforma

7 de abril de 2008

Que pensar sobre os anúncios feitos na última sexta-feira sobre a “revisão geral das políticas públicas” (RGPP)? A bem da verdade, mesmo vendo esse exercício com bons olhos e folheando minuciosamente as 176 páginas dos documentos divulgados pelo governo, fica bem difícil entendê-los — o que é por si problemático, por se tratar de uma medida supostamente fundada na transparência em relação aos cidadãos. O objetivo geral da RGPP é louvável. Ninguém pode *a priori* se opor à ideia de uma revisão das políticas públicas com a ambição de eliminar as redundâncias e as ineficiências e tornar a intervenção pública mais eficaz e menos dispendiosa. Sobre a massa considerável de despesas públicas, seria surpreendente se não existisse nenhum desses problemas. Num contexto em que as despesas de aposentadoria e saúde crescem estruturalmente e o Estado deve, sem falta, usar margens de manobra para investir na economia do conhecimento, todo governo tem o dever de assegurar que cada euro de despesa pública seja bem gasto. Sobretudo um governo que se empenha cuidadosamente para esvaziar os caixas desde o primeiro verão depois da chegada ao poder.

O problema é que é muito difícil estabelecer o elo entre os objetivos gerais e a profusão de medidas anunciadas em seguida. Primeiro, foi proclamado que as economias realizadas “representarão 7 bilhões de euros no horizonte 2011”. Mas em nenhum momento o valor de 7 bilhões de euros foi explicitado ou

decomposto, parecendo tudo ser apenas uma aproximação. Com certeza se fez referência à ideia ritual de não repor um em cada dois empregos nos quais o trabalhador tenha se aposentado no funcionalismo público. Mas, para economizar 7 bilhões de euros, é necessário eliminar cerca de 250 mil empregos a 30.000 euros por cabeça, o que, sem dúvida, não é desejável — e de toda forma não é possível com os funcionários que devem se aposentar no período considerado, tendo em vista os números gerais mencionados (25 mil aposentados não substituídos por ano). Talvez o anúncio faça referência a um total acumulado em três ou quatro anos, ou seja, 2 ou 3 bilhões de euros economizados no fim de um ano inteiro, e não 7 bilhões por ano? Mistério. Em nenhum momento essa questão é mencionada nas 176 páginas dos documentos.

O mistério se torna maior quando consultamos os detalhes das medidas anunciadas. Não só não se faz nenhuma alusão a qualquer previsão dos valores das economias orçamentárias por tal ou tal ministério ou missão do Estado, como também, ainda por cima, muitas das medidas emblemáticas anunciadas não se parecem em nada com medidas econômicas. Por exemplo, podemos debater a oportunidade de baixar o teto das rendas (de 39.698 euros para 35.728 euros para uma família com dois filhos) dando acesso a uma fila de espera de moradias HLM. Podemos considerar que isso permita, por fim, repartir melhor as moradias HLM em benefício das famílias mais modestas. Ou também julgar que, no contexto atual da crise de poder de compra, talvez não seja urgente excluir uma parte da classe média e projetá-la na bolha imobiliária do mercado privado de aluguéis. Porém, em todo caso, não entendemos bem como tal medida pode gerar economias no orçamento — salvo se considerarmos que o Estado deseja reduzir os financiamentos, permitindo cuidar e aumentar o estoque de moradias HLM, o que o governo não se arrisca a anunciar. Seria tudo menos bem-vindo num momento em que deveríamos, ao contrário, fazer de tudo para desobstruir

a oferta e a construção de novas habitações. Diante desse desafio, a dedução dos juros de empréstimo criados no último verão é tão ineficaz quanto os inúmeros outros auxílios fiscais atuais. Isso não impediu Nicolas Sarkozy de defender na sexta-feira essa medida dispendiosa, com um argumento bem estranho. Essencialmente: “Fui atacado com a afirmação de que os preços imobiliários estavam elevados. Eles sofreram uma queda drástica desde então, logo meus detratores de julho já estavam errados em agosto.” Poderíamos, ao contrário, ter pensado que os preços menos elevados tornariam as subvenções à compra menos urgentes. O que quis dizer exatamente nosso presidente, sem dúvida bem difícil de entender em sua avaliação de nossas políticas públicas? Mais um mistério.

Tudo isso concorre para sustentar uma impressão cada vez mais disseminada: em matéria de estratégia econômica e orçamentária, o improvisado reina absoluto na cúpula do Estado.

Aposentadoria: basta de remendo

6 de maio de 2008

Em 2003, quando a reforma Fillon alinhou a duração das contribuições do setor público à do setor privado (quarenta anos para uma aposentadoria de valor pleno), o governo obteve o acordo de uma parte dos representantes sindicais e patronais, em particular da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT).

No entanto, cinco anos mais tarde, ninguém quer ouvir falar da passagem de quarenta para 41 anos que o governo deseja impor. Por que a situação mudou tanto entre 2003 e 2008?

Em primeiro lugar, a reforma de 2003 se baseava no princípio da equidade entre os setores público e privado, o que para muitos era um pré-requisito indispensável para um debate sereno sobre o equilíbrio do nosso sistema de aposentadoria no longo prazo. Essa dimensão de equidade era, além disso, reforçada pelos avanços obtidos pela CFDT para as carreiras longas, com a possibilidade de que os trabalhadores que começaram a trabalhar jovens se aposentassem antes dos sessenta anos, enquanto antes eles deveriam muitas vezes esperar 44 ou 45 anos de contribuição antes de poderem se retirar da vida profissional.

Nada disso acontece com a tal “reforma” de 2008. A passagem de quarenta para 41 anos provém de uma lógica puramente financeira de tapar o buraco do déficit corrente, difícil de ser aceita sobretudo por vir de um governo que mostrou estar longe de ser exemplar em matéria de responsabilidade orçamentária

para as gerações futuras. É necessário lembrar que o pacote fiscal votado no verão passado vai privar o Estado de mais de 15 bilhões de euros de receitas por ano, enquanto o déficit anual das pensões é hoje inferior a 5 bilhões? De maneira bastante lógica, François Chérèque indicou ao governo que ele deveria ser o primeiro a dar o exemplo e que havia muitas outras maneiras de conseguir a economia de 2,5 bilhões que se espera gerar com a passagem para 41 anos até 2012 — por exemplo, elevando as contribuições dos empregadores em 0,5 ponto. O líder da CFDT poderia acrescentar que a isenção das horas extras custa, só pelo seu efeito inércia, mais de 6,5 bilhões de euros por ano, dos quais mais de 2,5 bilhões a título de contribuições de aposentadorias perdidas.

O período 2003-2008 mostrou, além disso, os limites das medidas de prolongamento das contribuições, enquanto esforços significativos não forem realizados para melhorar a taxa de emprego dos idosos. No momento da liquidação da aposentadoria, menos de 40% dos trabalhadores estão em situação de emprego. Para os outros, a passagem para 41 anos terá sobretudo o efeito de estender o tempo de desemprego e de reduzir o montante das pensões. Contudo, basear-se na importância orçamentária, no emprego dos idosos e no aumento gradual das contribuições para garantir o futuro das aposentadorias não seria tão satisfatório quanto apostar tudo no prolongamento progressivo da duração das contribuições. Nos dois casos, isso levaria a uma história sem fim e adiaria para sempre toda a verdadeira securitização do direito à aposentadoria.

Quaisquer que forem as incertezas ligadas às simulações realizadas pelo Conselho de Orientação das Aposentadorias, ninguém acredita nem por um segundo que a passagem para 41 anos ou que um aumento da contribuição em 0,5 ponto sejam suficientes para garantir as aposentadorias nas próximas décadas. A verdade é que as gerações que vão se aposentar em

2030 ou 2050 não têm hoje nenhuma ideia de qual será o montante de sua pensão, por conta dessas incertezas financeiras e da extraordinária complexidade das regras em vigor, consequência da sobreposição de regimes e dos métodos de cálculo.

Somente uma reorganização geral de nossos sistemas de aposentadoria permitiria hoje esclarecer esses direitos e superar os exercícios habituais de remendos e de obstrução dos déficits correntes. A exemplo da impressionante reforma implementada na Suécia entre 1994 e 2008, a melhor solução consistiria em aplicar a todos os trabalhadores (públicos e privados, executivos ou não, assalariados e não assalariados) um sistema unificado de aposentadoria em regime de repartição fundado nas contas individuais de contribuição. Estudos recentes mostraram que, ao contrário do que se pensa, tal transição seria viável na França e beneficiaria os salários mais modestos.¹ Essa reforma permitiria deixar para trás as lógicas puramente financeiras e conceber uma solução mais eficaz para a crise atual dos regimes de aposentadoria.

Royal-Delanoë: conteúdo, depressa!

3 de junho de 2008

Falemos logo: o debate entre Ségolène Royal e Bertrand Delanoë não atingiu até agora o nível que temos o direito de esperar. A querela sobre o liberalismo se situa num plano geral demais para ser útil de verdade. Sim, é evidente que a liberdade econômica é inseparável da liberdade política e, sim, ela é um valor em si. Mas as coisas sérias só começam se aceitarmos debater políticas públicas concretas, permitindo assim que cada um seja livre e mestre de seu próprio destino, que cada um tenha de fato acesso aos direitos e oportunidades mais extensos possíveis. Proclamar-se liberal ou antiliberal não é suficiente para definir um projeto político. A competição que se anuncia é por certo legítima — o período 2002-2007 mostrou até que ponto adiar incessantemente as escolhas das pessoas é o caminho mais certo para o congelamento intelectual e programático. Agora, porém, é urgente que os candidatos saiam das generalidades e deem conteúdo a seus projetos.

Três pontos, em particular, merecem ser mencionados. A prioridade absoluta é o investimento pesado no capital humano e na economia do conhecimento. O objetivo é ter os empregos mais bem qualificados do mundo, para que a França tire o melhor partido possível da globalização. Não é com algumas horas extras a mais que encontraremos nosso lugar à frente da Índia e da China. O drama é que nos dão uma ilusão de consenso sobre essa questão, quando na realidade ele não existe! Os países escandinavos investem três vezes mais do que nós em seus

estudantes. Esse atraso só poderá ser eliminado se houver uma prioridade orçamentária, e somente uma. Para ser crível nessa questão, a esquerda deve mostrar a farsa do governo atual e desmascarar seus orçamentos ilusórios, depois se engajar num plano de financiamento decenal minucioso. Só assim a questão crucial da autonomia das universidades poderá ser bem embasada. A liberdade na pobreza não funciona: “*free to choose*” (livre para escolher), clamava Milton Friedman; “*free to lose*” (livre para perder), respondia a esquerda americana.

O segundo ponto prioritário é uma reforma geral de nosso sistema de aposentadoria. Devido a sobreposições de diferentes regimes, o sistema se tornou tão complexo quanto incompreensível e angustiante. É necessário sair dos constantes remendos e discutir o sistema em sua totalidade. Existem soluções. Os sociais-democratas suecos aplicaram um princípio claro: para uma mesma contribuição, uma mesma aposentadoria. Os direitos à aposentadoria são contabilizados numa conta individual de contribuições, passível de consulta a todo instante na internet. A aposentadoria se tornou enfim um patrimônio daqueles que não têm patrimônio. Se os indivíduos mudam seu status, não perdem nada. Hoje na França, muitos anos de contribuições são perdidos — como, por exemplo, para os assalariados que passaram menos de quinze anos em cargos públicos. Esse sistema é inimigo do movimento e da iniciativa.

O terceiro ponto prioritário é uma revolução fiscal que permita reconciliar os cidadãos com o imposto. Aqui também é necessário partir de um princípio simples de equidade e transparência: para uma mesma renda, um mesmo imposto. Contudo, esse princípio mínimo é minado pela multiplicação de nichos fiscais e pela complexidade de tabelas de tributos. É necessário realizar uma discussão do conjunto do imposto de renda e da CSG, fundindo-os e substituindo-os por um imposto progressivo único, arrecadado na fonte, com uma tabela de cálculo compreensível, expressa em taxa efetiva diretamente

aplicável à renda, a fim de que cada um possa compreender da maneira mais simples possível quem paga o quê (princípio introduzido pela Frente Popular em 1936, mas eliminado por Vichy em 1942!). Esse imposto deveria ser calculado individualmente e não por casal, pois isso penaliza o trabalho feminino. E desconfiemos de falsos consensos. Em teoria, todo mundo concorda com a modernização do imposto e a eliminação dos nichos fiscais. Mas, na prática, o governo gasta seu tempo criando novos impostos. É um jogo de soma zero, porque somos obrigados a compensar aqueles que não se beneficiam dos mesmos. Para sair desse círculo vicioso, as autoridades políticas deveriam se comprometer de maneira firme e precisa.

Essas três questões concretas têm um ponto em comum: visam permitir que os cidadãos se reapropriem da vida pública e, assim, de seu próprio destino.

Renda de Solidariedade Ativa: a farsa

2 de setembro de 2008

Desde a semana passada, é finalmente possível debater com precisão o sistema de Renda de Solidariedade Ativa (RSA) proposto pelo atual governo. Recapitulemos.

Hoje, uma pessoa sozinha e sem renda tem direito a 450 euros por mês de Renda Mínima de Inserção (RMI). Se ela encontra um emprego pago pelo Smic, seu salário líquido mensal será de 600 euros para meio período (vinte horas) e de 1.000 euros para tempo integral (35 horas). Desde 2000, os assalariados de baixa renda se beneficiam do bônus para o emprego (PPE), igual a 8% do salário, ou seja, um complemento da renda de 50 euros por mês para um salário de 600 euros e de 80 euros para um salário de 1.000 euros. Além desses valores, o PPE diminui e se anula completamente para um salário de 1.600 euros. Desaparece ainda mais rápido para aqueles que têm um cônjuge que trabalha, o que não faz o menor sentido do ponto de vista econômico: será que o poder público não deveria se preocupar em incentivar todas as pessoas a trabalhar, a despeito da situação familiar, mais do que em saber quem mora com quem? Além do PPE, os assalariados em meio período saídos da RMI têm também direito ao dispositivo de participação, que lhes permite conservar temporariamente uma parte da RMI. Estendido em 1998, esse sistema permite, por exemplo, que uma pessoa sozinha que encontrou um emprego de 600 euros conserve por doze meses um complemento de 150 euros a título de RMI. O que exatamente a RSA muda para esses dispositivos

complexos? Não muita coisa, e não necessariamente numa boa direção. A RSA consiste em deixar o PPE no estado atual e em aumentar o montante da participação (para um salário de 600 euros, o complemento passa de 150 para cerca de 200 euros) — e, sobretudo, em torná-lo permanente e em estendê-lo a todos os assalariados em tempo parcial: sem mais o limite de doze meses, sem mais a necessidade de passar nas agências de RMI para se beneficiar dela. Eliminar esse efeito perverso é sem dúvida uma boa coisa — e, qualquer que seja ele, uma boa novidade para o poder de compra dos novos beneficiários, o que já é bom. Mas será que de fato achamos que passar de 150 euros de participação para 200 euros de RSA e acabar com o limite de doze meses vai subitamente estimular as taxas de saída da RMI em direção ao emprego em meio período?

Segundo François Bourguignon, presidente do Comitê de Avaliação da RSA, os experimentos não produziram ainda nenhum efeito estatisticamente significativo, embora tenham sido administrados em comunidades voluntárias e, assim, motivadas. Isso sem contar que, para todos aqueles que já possuem um emprego de meio período, a criação da RSA, somada à estagnação anunciada do PPE para todos os assalariados em tempo integral, terá como consequência uma forte redução da diferença de renda entre o emprego de vinte horas semanais e o de 35 horas semanais, havendo, desse modo, menos incentivo para se passar do meio período para o tempo integral. É bem possível que esse efeito negativo, que os “experimentos” não tiveram condição de avaliar, acabe se sobrepondo ao modesto efeito positivo. O impacto global sobre a oferta do trabalho dessa nova forma de subvenção do meio período que constitui a RSA — e que os empregadores não deixarão de usar, propondo mais empregos de meio período — será, assim, negativo. O contrário do objetivo desejado.

De toda forma, o fato central é que a atrapalhada reforma não ataca o problema estrutural que mina desses dispositivos há

anos, a saber: sua complexidade e sua incompreensibilidade. Ao contrário, a reforma faz coexistir dois dispositivos distintos. Um para os assalariados em meio período, administrado pelas caixas de assistência às famílias seguindo uma lógica de mínimo social (a RSA); outra para os assalariados em tempo integral, administrada pelas agências fiscais seguindo uma lógica de crédito tributário (o PPE). Os dois dispositivos serão administrados seguindo regras e periodicidades diferentes (o trimestre em um caso, o ano em outro), o que é tecnicamente absurdo e promete muitas alegrias para os assalariados pobres que mudarem de um sistema para o outro.

O que poderíamos ter feito? Uma reforma mais ambiciosa, fundada na revolução fiscal, permitindo à França adotar, enfim, um imposto progressivo sobre a renda moderno e unificado. Fusão da CSG e do IR, arrecadação mensal na fonte, individualização completa do imposto: os ingredientes são bem conhecidos, mas ainda faltam vontade e coragem políticas. Tal instrumento permitiria, no entanto, integrar naturalmente o conjunto dos dispositivos de RSA e PPE sob a forma de crédito tributário. O que seria bem mais eficaz tecnicamente e, sobretudo, mais satisfatório do ponto de vista da transparência democrática. Afinal, os assalariados mais humildes são, antes de tudo, contribuintes como todos os outros, e sem assistência. Quer eles trabalhem em tempo integral ou meio período, os salários mínimos na França hoje equivalem a dois meses de salário a título de TVA, mais de um mês de salário a título de CSG, sem contar os impostos indiretos anexados (combustível, tabaco, álcool etc.) e as contribuições sociais, ou seja, uma taxa de arrecadação global superior a 50%. E, ao contrário do que as pessoas tentam fazer crer, os aumentos do PPE ou da RSA não estão nem perto de transformá-los em beneficiários líquidos!

A esquerda deveria urgentemente tratar dessa questão fiscal — sobretudo porque Nicolas Sarkozy dá exemplos todos os dias do comportamento vergonhoso de sua política nesse campo.

Depois de ter criado mais de 15 bilhões de euros em novos nichos fiscais em um sistema que já os tem em demasia, após ter constatado que os caixas estavam muito vazios para financiar a RSA, eis então que nosso presidente teve a ideia genial de inventar um novo imposto de 1 bilhão de euros sobre as rendas de investimento. Receita clássica frequentemente utilizada no passado para tapar os buracos das finanças sociais francesas, essa arrecadação tem ainda a interessante particularidade de ser regressiva: com o limite máximo fiscal, os maiores patrimônios serão de fato isentos desse imposto de 1%. Não é nada surpreendente que Nicolas Sarkozy e Martin Hirsch se entendam bem: eles têm o mesmo gosto para os slogans que não saem da cabeça, para a improvisação e para consertos domésticos.

Deveríamos salvar os banqueiros?

30 de setembro de 2008

A crise financeira levará a uma ressurgência do Estado na cena econômica e social? Ainda é muito cedo para dizer algo a esse respeito. Contudo, pelo menos é interessante dissipar alguns mal-entendidos e esclarecer os termos do debate. Os resgates dos bancos e as reformas do sistema de regulação financeira orquestrados pelo governo americano não constituem em si uma virada histórica. A rapidez e o pragmatismo com que o tesouro americano e o Federal Reserve adaptam a cada dia suas doutrinas e se lançam na nacionalização temporária de setores inteiros do sistema financeiro são certamente impressionantes. E, mesmo que seja necessário mais tempo para conhecer o custo final líquido para os contribuintes, é possível que a amplitude das intervenções em curso ultrapassem os níveis atingidos no passado. Falamos hoje de montantes compreendidos entre 700 bilhões e 1,4 trilhões de dólares, ou seja, entre cinco e dez pontos do PIB americano, enquanto o desastre dos *Savings and Loans* dos anos 1980 custou cerca de 2,5 pontos do PIB.

No entanto, esse tipo de intervenção no setor financeiro representa, em certa medida, a continuidade das doutrinas e das políticas já praticadas no passado. As elites americanas estão convencidas desde os anos 1930: se a crise de 1929 teve tal amplitude e levou o capitalismo à beira do abismo foi porque o Federal Reserve e as autoridades públicas deixaram os bancos desmoronarem ao recusar injetar a liquidez necessária para restabelecer a confiança e o crescimento normal da economia

real. Para certos liberais americanos, a fé no intervencionismo do Federal Reserve caminha de mãos dadas com o ceticismo em relação ao intervencionismo estatal fora da esfera financeira: para salvar o capitalismo, precisamos de um bom Fed, flexível e reativo — e com certeza não de um Estado de bem-estar social molenga que os rooseveltianos quiseram impor aos Estados Unidos. Ao esquecer esse contexto histórico, arriscamos nos espantar com a rapidez da intervenção das autoridades financeiras americanas.

As coisas vão parar por aí? Isso depende do presidente americano: Obama poderia aproveitar a ocasião para reforçar o papel do Estado em outros domínios além da esfera financeira, por exemplo, sobre o seguro-saúde e a redução das desigualdades. Levando em conta o abismo orçamentário legado pelo governo Bush (despesas militares, resgate financeiro), as margens de manobra para a saúde correm o risco de serem limitadas — o consentimento dos americanos em pagar mais impostos não é infinito. O debate em curso no Congresso sobre a limitação das remunerações no setor financeiro também ilustra as ambiguidades do contexto ideológico atual. Sem dúvida sentimos o aumento da exasperação da opinião americana diante da explosão dos supersalários dos dirigentes e dos *traders* observada ao longo dos trinta últimos anos. Mas a solução contemplada, que consiste em instituir uma remuneração máxima de 400.000 dólares (o salário do presidente dos Estados Unidos) nas instituições financeiras socorridas pelos contribuintes, é uma resposta parcial, e sobretudo facilmente contornável — basta transferir os pagamentos dos salários mais altos para outras empresas.

Depois da crise de 1929, em reação ao enriquecimento das elites econômicas e financeiras, que entretanto conduziu o país à crise, a resposta de Roosevelt foi, ao contrário, mais brutal. A taxa de imposto de renda federal aplicável às rendas mais elevadas aumentou de 25% para 63% em 1932, depois para 79%

em 1936, 91% em 1941, diminuiu para 77% em 1964, e finalmente para 30-35% ao longo dos anos 1980-1990 pelo governo Reagan-Bush (Obama propôs aumentá-la para 45%). Durante quase cinquenta anos, dos anos 1930 até os anos 1980, não só a taxa superior não ficou jamais abaixo de 70%, mas ela foi em média de 80%. No contexto ideológico atual, no qual o direito a receber bônus e paraquedas de ouro de várias dezenas de milhões de euros sem precisar pagar mais de 50% de imposto foi promovido ao patamar de direitos humanos, muitos julgarão essa política primária e espoliadora. Ela, no entanto, foi aplicada durante meio século na maior democracia do mundo — visivelmente sem impedir o funcionamento da economia americana. Sobretudo, teve o mérito de reduzir de maneira drástica os incentivos aos dirigentes de empresas de se servirem do caixa além de certo limite. Com a globalização financeira, tais mecanismos não podem, sem dúvida, ser postos em prática sem uma reformulação completa das regras de transparência compatíveis e uma ação implacável contra os paraísos fiscais. Infelizmente, com certeza serão necessárias muitas outras crises para chegarmos lá.

Um trilhão de dólares

28 de outubro de 2008

Quarenta bilhões para recapitalizar os bancos franceses, 320 bilhões para garantir seus empréstimos, 1,7 trilhões para a Europa: quem dá mais? Ao se lançar na corrida de quem anunciará o plano de resgate maior, os países ricos assumiram grandes riscos.

Em primeiro lugar, ninguém garante que essa estratégia de comunicação permitirá apagar a crise e evitar uma dolorosa recessão. Os mercados financeiros adoram valores altos. Mas eles também adoram saber com precisão a quem servirá o dinheiro, quem disporá realmente de qual soma, durante quantos anos, sob quais condições etc. Contudo, desse ponto de vista, a opacidade reina absoluta. Na verdade, os governos se comportam como as piores empresas que eles supostamente deveriam regular. Todas as técnicas de manipulação contábil são utilizadas, com uma menção especial para nosso presidente. Misturamos fluxos anuais e estoques, o dinheiro de despesas com simples garantias bancárias, contamos inúmeras vezes a mesma operação. E aumentamos o total: quanto maior, mais fácil passar despercebido. E nos encontramos numa situação grotesca em que as autoridades americanas e francesas doam apressadamente e sem contrapartidas reais do dinheiro público aos bancos que não as querem. Os 10 bilhões emprestados na semana passada para os grandes estabelecimentos franceses supostamente iriam permitir a retomada do crédito, mas o compromisso é apenas verbal. Existe, porém, todo um arsenal

legislativo e regulamentar que permite forçar os bancos a emprestar uma parte de seus fundos às PME e que merecia ser revisado e melhorado na crise atual.

Depois, e sobretudo, a estratégia fundada no anúncio enganoso dos valores em centenas de bilhões tem o risco de desorientar os cidadãos por um bom tempo. Após ter explicado durante meses que os caixas estavam vazios, que a menor economia com algumas centenas de milhões de euros valia a pena, eis que o poder público parece prestes a se endividar sem limite para salvar os banqueiros!

A primeira fonte de confusão que merece uma explicação vem do fato de que misturamos o tempo todo fluxos anuais de renda e de produção com estoques de patrimônio, enquanto os últimos são muito maiores do que os primeiros. Por exemplo, na França, a renda nacional anual, ou seja, o PIB subtraído da depreciação dos equipamentos, é da ordem de 1,7 trilhões (30.000 euros por habitante). Por outro lado, o estoque de patrimônio nacional atingiu 12,5 trilhões (200.000 euros por habitante). Para passar ao nível dos americanos ou europeus, esses valores devem ser, *grosso modo*, multiplicados por seis: 10 trilhões de renda, 70 trilhões de patrimônio.

O segundo ponto importante é que essas rendas e patrimônios são 80% propriedade das famílias: por definição, as empresas não possuem quase nada, uma vez que elas distribuem o essencial daquilo que produzem para as famílias dos assalariados e dos acionistas. É isso que permite compreender por que o choque inicial provocado pela crise de *subprimes*, avaliado em cerca de 1 trilhão de dólares (ou seja, o equivalente a dez milhões de famílias americanas, tendo cada uma tomado o empréstimo de 100.000 dólares), apesar de ter uma amplitude modesta, em comparação ao patrimônio total das famílias, pode ameaçar de desmoronamento o conjunto do sistema financeiro. O maior banco francês, BNP Paribas, declara assim 1,69 trilhões de euros de ativos para 1,65 trilhões de euros de passivos, ou

seja 40 bilhões de fundos próprios. As contas do Lehman Brothers antes da falência não eram diferentes, assim como nos outros bancos do planeta. O fato central é que bancos são organismos frágeis e podem ser devastados por um choque de 1 trilhões de desvalorizações de ativos.

Diante de tal realidade, intervir para evitar a crise sistêmica é legítimo, mas isso só pode ser feito sob várias condições. Em primeiro lugar, obter a garantia de que os acionistas e dirigentes dos bancos ajudados pelos contribuintes paguem o preço por seus erros, o que não tem sido o caso até agora nas intervenções recentes. Em seguida, e principalmente, implementar uma regulação financeira implacável, capaz de garantir que não será mais possível disseminar impunemente ativos tóxicos nos mercados — com o mesmo vigor que as agências de vigilância alimentar controlam a introdução de novos produtos. Isso nunca poderá ser feito enquanto deixarmos 10 trilhões de ativos administrados em paraísos fiscais da maneira mais opaca possível. Por fim, é necessário pôr um fim às remunerações indecentes observadas no mercado financeiro, que contribuíram para estimular assumir riscos excessivos. Isso necessariamente passará por um impulsionamento da progressividade fiscal para as rendas mais altas, diferente da política francesa de limite máximo fiscal, que visa, ao contrário, isentar previamente os mais favorecidos de todo esforço para pagar sua conta. Com tal estratégia, é provável que devamos nos preparar para crises ainda mais violentas, sociais e políticas.

Como se vota no Partido Socialista?

25 de novembro de 2008

A crise que sacode atualmente o PS terá, pelo menos, um mérito: o de revelar o absurdo das regras eleitorais. Qual o sentido de se começar com eleições para o legislativo com proporcionais integrais (a votação de 6 de novembro sobre as moções, permitindo dividir os duzentos assentos do conselho nacional, o parlamento do partido), seguidas por uma eleição presidencial majoritária em dois turnos organizada nos dias 20 e 21 de novembro para escolher o chefe do partido? Tudo isso com um congresso entre as duas votações, destinado, ao que tudo indica, a verificar se seria possível, por um grande acaso, conseguir fazer todos chegarem a um acordo sobre um candidato único e evitar assim a votação da semana seguinte. Uma verdadeira máquina de fazer psicodramas!

Nenhum país, nenhuma organização sonharia ser governada dessa maneira. A partir do momento em que damos direito ao voto para os militantes, eles se apossam desse direito, o que é bom. Mas fica a pergunta do dia: por que milagre estatístico os 134.784 eleitores socialistas conseguiram se dividir em duas partes quase iguais — 67.413 votos para Aubry (50,02%) e 67.371 para Royal (49,98%)? Se usarmos a hipótese de que cada ponto eleitoral é equiprovável, um resultado tão apertado — menos de cinquenta votos de diferença — tem apenas uma chance em três mil de acontecer.

Não podemos, é claro, excluir a possibilidade de que essa chance em três mil tenha acontecido na noite de sexta, mas

infelizmente existem outras explicações. A mais mencionada seria a manipulação de resultados dos departamentos ao longo da noite: esperavam-se os resultados dos departamentos adversários, depois se ajustavam os seus de maneira a restabelecer a vantagem, escolhendo, é claro, o menor ajuste possível para minimizar as chances de a manipulação ser detectada. Em vista das reportagens de TV, transmitidas nesse fim de semana, é difícil excluir essa hipótese. Arrisquemos aqui uma teoria mais caridosa: a do eleitor médio.

Numa democracia, se dois candidatos presentes são puramente “oportunistas” (buscam antes de tudo ganhar as eleições, sem outras convicções em particular), então cada um ajusta seu discurso de maneira a se adequar ao eleitor médio. Isso leva a uma convergência de resultados eleitorais extremamente apertados, mais ou menos meio a meio. Em outras palavras, Martine e Ségolène decidiram ficar próximas na contagem de votos ao escolherem discursos muito parecidos, com uma retórica de esquerda bem marcada para agradar a todos os militantes e com propostas suficientemente vagas para evitar o risco de uma cisão. Na verdade, os supostos enfrentamentos sobre o “partido dos militantes” e a aliança ao centro foram bastante artificiais: ninguém imagina seriamente que o partido conte com militantes em excesso e que os debates sobre a segmentação perderiam em qualidade ao se abrir para pessoas dotadas de menor “maturidade política”; cada um aceita, na prática, completar sua maioria ao se abrir para o partido MoDem (Movimento Democrático). Se as duas candidatas tivessem mesmo visões radicalmente diferentes sobre o futuro da esquerda, como se apressaram em dizer alguns comentaristas, então por qual milagre essas duas visões se encarnariam em duas partes perfeitamente iguais? A teoria do eleitor médio com certeza não explica como as candidatas conseguiram acertar de maneira tão precisa. Mas ao menos esclarece por que o

resultado foi programado para ser apertado, aumentando ainda mais a tentação de pequenas manipulações na margem.

Se essa explicação é em parte a correta, então a solução é se dar o trabalho de reorganizar um verdadeiro confronto democrático, forçando as duas candidatas a explicitar suas opções para o futuro, em particular no contexto de um debate público, o que poderia ter sido feito desde o começo. Ninguém pode saber de início quem se beneficiaria de tal debate. Para os partidários de Martine Aubry, essa seria a ocasião de demonstrar a coerência da estranha coalizão, a suposta competência econômica e social de sua campeã e as insuficiências atribuídas à sua rival. Para os de Ségolène Royal, essa seria a oportunidade de valorizar mais suas propostas sobre ecologia, aposentadorias, a crise financeira ou o regime fiscal. O resultado seria um voto mais bem informado, com contagem mais díspar em uma ou outra direção, talvez mesmo uma chance para os sessenta milhões de franceses compreenderem sobre quais assuntos fundamentais se diferenciam as duas candidatas na reconstrução da esquerda — o que não seria nada mal. No ponto em que está o Partido Socialista, melhor seria apostar na democracia até o fim.

É necessário diminuir a TVA?

23 de dezembro de 2008

O que pensar sobre as violentas críticas expressas na França e na Alemanha ao plano de retomada britânico? Em primeiro lugar, que, apesar das autocongratulações francesas sobre os seis meses de seu presidente, a Europa na realidade nunca esteve tão mal. Não se trata aqui de afirmar que a redução da taxa geral da TVA de 17,5% para 15% decidida por Gordon Brown seja a solução milagrosa para evitar a recessão. Cada país tem suas especificidades, e é bem claro que o Reino Unido, cujo setor financeiro foi muito castigado pela crise mundial, esteja prestes a viver horas bastante difíceis. Mas é aflitivo que o Plano Brown tenha sido imediatamente rejeitado pelos governos francês e alemão sem nenhum debate. Sobretudo porque os argumentos utilizados contra a redução da TVA são tão contraditórios quanto infundados do ponto de vista econômico.

Reprovamos em primeiro lugar as reduções da TVA por não implicarem de maneira integral na queda de preços. Contudo, não existe razão para que tal implicação integral aconteça. Em termos econômicos, é perfeitamente normal que as reduções da TVA se dividam entre empresas e consumidores, de acordo com a elasticidade da oferta e da demanda de bens nos diferentes setores. Nos setores com sobre capacidade de produção, a concorrência leva a fortes quedas de preços e a um aumento da demanda. Por outro lado, nos setores em que novos investimentos são necessários para aumentar a produção, as quedas da TVA permitem às empresas reconstituir suas

margens, o que é excelente. Assim, uma queda da TVA produz ao mesmo tempo uma retomada da demanda e do investimento, conforme a teoria de incidência fiscal. Antes de condenar o “keynesianismo grosseiro” dos britânicos, teria sido melhor o ministro social-democrata de Finanças alemão reler os manuais de economia.

A segunda reprovação dirigida às quedas da TVA é que elas favoreceriam antes de tudo as importações. É sem dúvida preferível que as quedas sejam coordenadas, daí a proposta interessante do *think tank* Bruegel de reduzir em pelo menos um ponto a TVA em todos os países europeus ao mesmo tempo. Mas é insensato subordinar todo o debate fiscal e orçamentário à questão das importações! A totalidade das importações dos bens de consumo (dos têxteis aos calçados, passando pelos brinquedos e os eletrônicos) representou quase 70 bilhões de euros em 2007, ou seja, apenas 7% do 1 trilhão de euros consumidos pelas famílias francesas. Quanto ao total das importações, esse valor se eleva a 25% do PIB (70% vindos do comércio intraeuropeu): como nos lembrou Philippe Martin na semana passada, a participação das importações é na realidade mais importante para os bens de investimento e o consumo intermediário do que para os bens de consumo. Por fim, o principal é que 75% do PIB corresponde aos bens e serviços produzidos na França e consumidos (ou investidos) na França. Pretender reduzir a análise de um instrumento fiscal geral como a TVA à questão de sua incidência sobre as trocas comerciais é uma atitude incrivelmente reducionista. Se acreditarmos de fato que o bem-estar dos franceses passa por uma taxa maior das importações, então assumamos um aumento das taxas sobre as importações e paremos de poluir o debate fiscal e político com a questão. Como muito bem mostrou Paul Krugman nos Estados Unidos, a obsessão pelas importações e pela “competitividade” acaba por enfraquecer todo o pensamento econômico, tanto na direita (em que os aiatolás da TVA social parecem prestes a pôr

de novo na mesa os projetos de alta da TVA!) quanto na esquerda: certos socialistas franceses não estão longe de pensar a mesma coisa, como mostra a sua tímida proposta de redução “dirigida” da TVA (em linguagem clara, não uma redução da taxa geral, a única que conta do ponto de vista macroeconômico).

É ainda mais lamentável que uma vantagem adicional do plano de retomada pela redução da TVA seja sua eficácia imediata (ao contrário, por exemplo, dos investimentos públicos, que demoram anos antes de se realizarem, como sabem, por exemplo, todas as pessoas relacionadas à Operação Campus, de reforma dos *campi* universitários!) e sua transparência, pois, quando reduzimos a TVA, injetamos dinheiro vivo na economia, ao contrário de todas as manipulações contábeis e outras operações de comunicação que estão em curso hoje em dia. Ousemos dar um prognóstico e façamos um voto: o debate sobre a retomada por meio da redução da TVA bem poderia retornar em 2009.

Obama-Roosevelt, uma analogia enganosa

20 de janeiro de 2009

Será Obama um novo Roosevelt? A analogia é tentadora, mas enganosa por várias razões. A mais evidente é uma profunda diferença de contexto. Quando Roosevelt se tornou presidente, em março de 1933, a situação econômica parecia totalmente desesperadora: a produção caíra mais de 20% desde 1929, a taxa de desemprego atingia 25%, sem falar da alarmante situação internacional. Depois da calamitosa presidência Hoover, que se aferrou durante três anos em sua estratégia “liquidacionista”, visando a deixar os “maus” bancos falirem um depois do outro, e de seu dogmatismo antiestatal (excedentes orçamentários até 1931, nenhuma retomada das despesas públicas), os americanos quiseram uma mudança forte e esperavam que Roosevelt fosse seu messias. Foi essa situação de desespero que lhe permitiu implementar uma política radicalmente nova.

Para punir as elites financeiras que enriqueceram levando o país à beira do precipício e também para contribuir com o financiamento de uma gigantesca expansão do Estado federal, ele decidiu em alguns anos elevar as taxas de tributação aplicáveis às rendas e às heranças mais altas a 80-90%, níveis que foram mantidos por quase meio século.

Chegando ao poder apenas alguns meses após o desencadeamento da crise, Obama enfrenta uma situação totalmente diferente e com um contexto político bem menos

favorável. A recessão ainda está longe de atingir o nível apocalíptico dos anos 1930 — o que limita as margens de manobra de Obama para impor medidas revolucionárias. E, em caso de agravamento da recessão, ele se arrisca a ser considerado responsável, o que não poderia acontecer com Roosevelt. Na verdade, menos seguro de sua legitimidade do que Roosevelt, Obama prudentemente adiou seus projetos de aumento da carga fiscal para as altas rendas, escolhendo a extensão progressiva da diminuição da era Bush: a taxa aplicável para as rendas mais elevadas terá um aumento tímido de 35% para 39,6% ao fim de 2010; aquelas aplicáveis aos ganhos de capital passarão de 15% para 20%.

Seus partidários já reprovam as insuficiências de seu programa de investimento público e do plano de retomada, baseados demais na redução fiscal em favor das classes médias, popular entre os republicanos, pouco ambiciosa em termos de despesas públicas. A “*bipartisan depression*” nos vigia, escreveu Paul Krugman há alguns dias no *The New York Times*. Com a absolvição de Obama, lembremos outra diferença essencial em relação à situação que Roosevelt enfrentava. De certa maneira, era muito mais fácil estender o campo de intervenção do Estado depois da crise de 1929, simplesmente porque o governo federal quase não existia nessa época. Até o início dos anos 1930, o total das despesas federais americanas não ultrapassou os 4% do PIB, nível que Roosevelt levou a mais de 10% entre 1934-1935, antes de atingir 45% durante a guerra e de se estabilizar em 18-20% no pós-guerra, nível em que se situa hoje.

Esse crescimento histórico do peso do Estado federal corresponde aos investimentos públicos e às grandes infraestruturas lançadas nos anos 1930 e, sobretudo, durante a criação de um sistema público de aposentadorias em regime de repartição e de seguro-desemprego. A tarefa que Obama enfrenta hoje é mais complexa. Como na Europa, o grande salto adiante do Estado moderno já se deu; a hora então é mais de

uma racionalização do Estado de bem-estar social do que de uma tarefa de construção e expansão indefinida. Obama deverá convencer seus concidadãos de que a resolução da crise e a preparação para o futuro exigem uma nova onda de investimentos públicos, sobretudo no setor de energia e de ecologia e no de despesas sociais, em particular nos campos do seguro-saúde, parente pobre do magro Estado de bem-estar social americano. Esperemos, por ele e pelo mundo inteiro, que Obama o consiga, sem que tenhamos que passar por uma depressão da magnitude daquela dos anos 1930.

Autonomia das universidades: a farsa

17 de fevereiro de 2009

Por que a autonomia das universidades, ideia sedutora em teoria, provoca tanta cólera? Por qual milagre Nicolas Sarkozy e Valérie Pécresse conseguiram reunir todos contra eles, dos mandarins de esquerda aos mandarins de direita, dos estudantes aos jovens professores-pesquisadores, sobre aquilo que eles consideram, no entanto, o “canteiro prioritário do quinquênio”, a “prioridade das prioridades”? Simplesmente porque a ideologia, a incompetência e o improvisado reinam absolutos na cúpula do Estado.

Não faz estritamente nenhum sentido se lançar em tais reformas com recursos humanos e financeiros em baixa, ou melhor, em estagnação. Podemos revirar os documentos orçamentários em todas as direções: a verdade é que não houve aumento dos recursos periódicos destinados às universidades, escolas e centros de pesquisa, ao contrário do que afirma o poder. O único aumento significativo provém da explosão do crédito fiscal para pesquisa (redução do imposto para os lucros das empresas, em função de suas despesas internas em pesquisas e desenvolvimento), medida cujos méritos são discutíveis (à primeira vista, os efeitos inércia parecem predominar), mas que não diz respeito aos orçamentos dos estabelecimentos de ensino superior e de pesquisa. O fato de que Nicolas Sarkozy continua a fingir o contrário apenas reforça a impressão de desprezo pelos universitários, que, *a priori*, sabem contar e constataam no dia a dia as não renovações dos

postos e as reduções dos créditos para os laboratórios. Não é achando que as pessoas são imbecis que desenvolvemos uma cultura de autonomia e de responsabilidade.

Para além do erro político, a estagnação dos recursos representa uma falha profunda nas análises. As universidades francesas são gravemente necessitadas se comparadas às suas concorrentes estrangeiras. E mais: não é possível haver uma autonomia bem-sucedida sem um controle sobre os meios correspondentes, com progressões regulares e previsíveis. A liberdade na pobreza e na penúria não funciona. A questão imobiliária ilustra isso muito bem. Fora de contexto, dar às universidades pleno controle de seus patrimônios imobiliários é uma boa ideia: sendo o ministério bastante incapaz de tomar as boas decisões em seu lugar, essa hipercentralização conduz apenas a lentidões inacreditáveis ou a projetos faraônicos ou mal concebidos. Contudo, como o governo não deu um centavo para assegurar a manutenção desses edifícios, nenhuma universidade quis se tornar proprietária. Nesse caso específico, será necessário lhes dar, além da propriedade dos edifícios, dotações para cobrir as despesas de manutenção e de investimento para os próximos dez, quinze anos. Isso representaria somas consideráveis (dezenas de bilhões de euros) para serem desembolsadas de imediato. Mas a autonomia tem este preço: nenhuma universidade pode se tornar autônoma se não dispuser de uma dotação em capital sobre a qual ela tenha total controle no modo de sua utilização. E, como, ao que tudo indica, ainda serão necessárias décadas antes que o mecenato privado desempenhe plenamente seu papel, cabe ao Estado bombear os recursos destinando dotações iniciais significativas para cada universidade.

Com a Operação Campus, o governo fez o contrário: não investiu nenhum euro nos poucos estabelecimentos miseravelmente escolhidos, e o poder não desembolsará nada antes da construção efetiva, o que lhe permite conservar um

controle direto sobre as decisões imobiliárias e científicas e, além disso, empurrar os encargos financeiros para os governos seguintes, fazendo esquecer, assim, que “os caixas estão vazios”, especialmente para as universidades. Sem contar que a lei LRU — votada nas coxas no verão de 2007, que em suma se contentou em reduzir o tamanho dos conselhos de administração de sessenta para trinta membros — não fincou, de forma alguma, as bases para uma governança equilibrada das universidades.

Vemos hoje bem: os professores-pesquisadores não confiam no poder local dos reitores das universidades, particularmente para as decisões de promoção e modulação dos serviços. A tal ponto que muitos preferem voltar às agências e comissões nacionais hipercentralizadas, cujos limites ninguém conhece, no entanto. Essa confiança no governo local, essencial para a autonomia, só poderá ser construída de modo progressivo, por um lado, dando às universidades os meios para desenvolver projetos e não dividindo uma miséria (não é fácil construir confiança sob tais condições), por outro, refletindo com cautela sobre a estrutura dos contrapoderes no seio dos estabelecimentos.

Em todo o mundo, os reitores de universidades são, antes de tudo, gestores: não são obrigatoriamente professores universitários e, de toda forma, são escolhidos e devem prestar contas a conselhos não exclusivamente acadêmicos. Em contrapartida, eles só intervêm nas escolhas científicas em ocasiões excepcionais, o que acontece sempre com propostas de especialistas de diferentes disciplinas. Em nenhum momento esses equilíbrios delicados são pensados pelo governo.

Esperemos pelo menos que essa cínica política de garranchos não acabe por matar a própria ideia de liberdade, de descentralização e de autonomia. Não é porque temos negócios com uma direita TF1 que devemos nos esquivar em uma esquerda agência Tass. Foi a esquerda que inventou as rádios

livres, e é ela que deverá um dia inventar universidades de fato livres, autônomas e prósperas.

Lucros, salários e desigualdades

17 de março de 2009

Nestes tempos de crise brutal, é uma pena perder tempo com querelas inúteis. Em alguns momentos, o debate sobre a divisão lucro-salário do valor adicionado das empresas toma contornos surpreendentes. Certas pessoas à esquerda parecem suspeitar que qualquer um que constate a estabilidade dessa divisão queira nos iludir dizendo que a desigualdade das rendas não aumentou na França. Porém, mesmo que se trate de duas questões totalmente distintas, é essencial compreendê-las se quisermos implementar políticas de redistribuição apropriadas. E, visto que o verdadeiro desafio dessas discussões se refere às questões de desigualdade, digamos claramente: as desigualdades explodiram na França ao longo dos dez últimos anos.

O estudo de Camille Landais constatou, assim, avanços no poder de compra de várias dezenas de pontos percentuais entre os franceses mais abonados (20% em média para o 1% mais rico, e mais de 40% para o 0,01% mais rico, enquanto os 90% menos abastados dos franceses viram uma progressão de 4%). Tudo indica que essas evoluções serão mantidas, e até mesmo ampliadas, entre 2005 e 2008. Trata-se de um fenômeno novo, desconhecido ao longo das décadas precedentes e muito forte: a tendência é de uma magnitude comparável àquela observada nos Estados Unidos desde os anos 1980, com a consequência de transferir quinze pontos de renda nacional em direção ao 1% mais rico e de estagnar o poder de compra do resto da

população. Como esse primeiro feito pode ser compatível com um segundo feito, também incontestável, que é a estabilidade macroeconômica da divisão lucro-salário?

Todas as pessoas que visitarem o site do Insee (rubrica contabilidade nacional) poderão constatar por si. Se somarmos o conjunto dos salários (aí compreendidas as contribuições patronais) distribuídos pelas empresas francesas em 2007, obteremos uma massa salarial total de 623 bilhões, contra 299 bilhões para os lucros brutos (o que fica com as empresas depois de terem pagado os salários e os fornecedores), ou seja, uma divisão dos 922 bilhões de “valor adicionado” (igual, por definição, à soma da massa salarial e dos lucros brutos) em 67,6% de salários e 32,4% de lucros. Em 1997, os valores eram de 404 bilhões de massa salarial e 195 bilhões de lucros brutos, ou seja, uma parte dos salários de 67,4% e uma parte dos lucros de 32,6%. Constatamos essa mesma estabilidade em torno de 67-68% para os salários e de 32-33% para os lucros desde 1987. A menos que suponhamos que o Insee se confundiu em suas adições, o fato parece estar claramente estabelecido.

Tão bem conhecida é também a queda na participação dos salários entre 1982 e 1987 (que se seguiu à alta observada nos anos 1970). Mas buscar nesse fenômeno dos anos 1980 a explicação da explosão das desigualdades observadas a partir do fim dos anos 1990 não pode ser levado a sério e não ajuda em nada a resolver os problemas atuais.

Então, como explicar que desde o fim dos anos 1990 as desigualdades tenham aumentado tanto, apesar da estabilidade da divisão lucros-salários? Primeiro porque a estrutura da massa salarial foi profundamente deformada em favor dos altos salários. Enquanto para a imensa maioria as progressões salariais foram absorvidas pela inflação, os salários muito elevados — sobretudo para além de 200.000 euros anuais — obtiveram aumentos do poder de compra consideráveis.

Assistimos ao mesmo fenômeno nos Estados Unidos: os quadros de dirigentes assumiram o controle e destinam a si mesmos salários exorbitantes, sem relação alguma com sua produtividade (por definição não observável), encorajados nesse sentido por repetidas diminuições nos encargos fiscais. No setor financeiro, as remunerações indecentes estimulam, também, comportamentos insensatos em termos de tomada de risco, de forma a contribuir claramente para a crise atual.

Diante de tamanha falta de rumos, a única resposta crível é uma tributação maior para as rendas muito altas — solução que, começando a emergir nos Estados Unidos e no Reino Unido, acabará por chegar à França, se Nicolas Sarkozy conseguir compreender que o limite máximo fiscal é um erro de seu mandato.

O segundo fator é a famosa estabilidade da divisão lucros-salário não levar em consideração nem o aumento da carga tributária das arrecadações feitas junto à renda do trabalho (especialmente as contribuições sociais) nem o rebaixamento das arrecadações que são feitas sobre o capital (sobretudo o imposto sobre os lucros). Se olharmos do ponto de vista das rendas de fato recebidas pelas famílias, constataremos que a participação da renda do capital (dividendos, juros, aluguéis) não parou de aumentar, ao passo que a dos salários líquidos caiu inexoravelmente, reforçando ainda mais o avanço das desigualdades. Sem contar que as empresas, estimuladas pela bolha financeira e pelos ganhos de capital ilusórios (e pouco taxados), dobraram sua distribuição de dividendos em vinte anos, a tal ponto que sua capacidade de autofinanciamento tornou-se negativa (os lucros não distribuídos, ou seja, uma pequena porção dos lucros brutos, não permitem nem mesmo substituir o capital depreciado). A resposta, mais uma vez, é fiscal e passa por um reequilíbrio capital-trabalho, por exemplo, ao submeter os lucros às contribuições sociais de saúde e família. Essa vasta

área exigiria uma forte coordenação internacional. Esperemos que a crise permita ao menos favorecer a mudança de rumos.

O desastre irlandês

14 de abril de 2009

Após passar quase despercebido na França, o novo plano de austeridade apresentado no dia 7 de abril pelo governo irlandês diz, no entanto, mais sobre a crise e suas consequências do que o G20. Do que se trata? Como outros pequenos países que investiram muito nos setores imobiliário e financeiro, a Irlanda se encontra hoje numa situação catastrófica. A explosão da bolha sobre os preços das residências e das ações levou a um desmoronamento da atividade econômica na construção civil e no mercado financeiro, depois no conjunto da economia irlandesa. O PIB caiu 3% em 2008, e as últimas previsões governamentais apostam em uma queda de 8% em 2009, 3% em 2010, antes de um início de recuperação em 2011. As receitas fiscais ruíram, as despesas destinadas a salvar os bancos da falência e a socorrer os desempregados (a taxa de desemprego atingirá 15% até o fim do ano) avançaram, e em consequência o país se encontra com um déficit abissal de treze pontos do PIB previsto para 2009 — ou seja, o equivalente ao total de salários e de aposentadorias dos cargos públicos.

O governo irlandês concatena planos de austeridade. Em fevereiro, os salários do funcionalismo público já tinham sido amputados em 7,5% para financiar as aposentadorias. Essa medida extremamente brutal é justificada evocando ao mesmo tempo a situação orçamentária desesperadora e a deflação que se anuncia (o governo previu uma redução dos preços de 4% em 2009, mas os trabalhadores ainda não sentiram essa queda). E,

na última terça-feira, o ministro das Finanças, Brian Lenihan, anunciou novas medidas draconianas visando reduzir o déficit de 2009 de treze para onze pontos do PIB, em particular com um aumento generalizado dos impostos de renda. A arrecadação será em média de 4% para o conjunto das rendas, indo de 2% para o salário mínimo (300 euros de arrecadação para uma renda anual de 15.000 euros) até 9% para as rendas mais elevadas, em vigor a partir de 1º de maio. Tudo indica que o novo plano de austeridade não será o último.

O que mais nos choca nesse clima de crise extrema é que o governo persiste em manter sua taxa extremamente reduzida de 12,5% de imposto sobre o lucro das empresas. Brian Lenihan disse e repetiu no dia 7 de abril: é fora de questão rever a estratégia que fez a fortuna do país desde 1990, atraindo sedes sociais das multinacionais e os investimentos estrangeiros. É melhor tributar muito a população irlandesa do que arriscar a perder tudo ao afugentar os capitais internacionais. Difícil prever como os irlandeses reagirão na hora das eleições europeias: rejeição ao governo, rejeição do mundo exterior ou até mesmo uma rejeição de ambos. Mas uma coisa é certa: a Irlanda não sairá sozinha da terrível engrenagem na qual o sistema internacional a colocou.

A estratégia do desenvolvimento baseado no *dumping* fiscal, adotada por tantos países de pequeno porte, é um desastre. A Irlanda foi seguida por muitas outras nações nesse caminho, e não ficará para trás sozinha. Quase todos os países do Leste Europeu possuem hoje taxas de tributos sobre lucros de empresas de apenas 10%. Em 2008, a gigante da informática Dell anunciou o fechamento de suas unidades de produção e sua mudança para a Polônia, provocando pânico na Irlanda. A acumulação de capitais estrangeiros tem, além disso, um alto preço: hoje em dia, um país como a Irlanda despeja a cada ano cerca de 20% de sua produção interna sob a forma de lucros e dividendos aos detentores estrangeiros de seus escritórios e

fábricas. Tecnicamente, o PNB (produto nacional bruto) de que os irlandeses de fato dispõem se encontra em valor 20% inferior ao PIB. Cereja do bolo: o euro não consegue evitar que a Irlanda pague as taxas de juros exorbitantes sobre sua dívida pública. As taxas de juros de dez anos na Irlanda ou na Grécia são hoje perto de duas vezes mais elevadas do que na Alemanha (5,7% contra 3,1%), fenômeno completamente anormal se tratando de países com a mesma moeda, o que mostra que os mercados especulam sobre a bancarrota desses países, ou até mesmo sobre uma explosão da união monetária. Ao injetar ajuda financeira de emergência, como já foi feito na Hungria, o FMI está sem dúvida habilitado para apagar provisoriamente esse tipo de incêndio. Mas só a União Europeia pode ter a legitimidade política para tratar as causas que levaram ao desastre. Em suma, o *deal* deveria ser o seguinte: a União garantiria a estabilidade financeira da zona e viria ao auxílio dos países pequenos, se necessário; mas, em contrapartida, os últimos renunciariam à estratégia de *dumping* fiscal, com, por exemplo, taxas de imposto sobre o lucro mínimas da ordem de 30-40%. Depois de ter aceitado a renúncia de sua soberania monetária, os pequenos e grandes países deveriam assim aceitar a renúncia de sua soberania fiscal. Todas as outras soluções são bancárias. Construir uma união monetária sem governo econômico era arriscado já em tempos de calma. No entanto, diante de uma crise maior, o risco de desmoronamento geral deve ser levado a sério.

Bancos centrais, mãos à obra

12 de maio de 2009

Nenhum dia se passa sem que sejam evocadas as políticas “não convencionais” adotadas pelos bancos centrais para nos tirar da crise. Tentemos ver com um pouco mais de clareza. O que fazem os bancos centrais em tempos de calma? Contentam-se em garantir que a oferta monetária cresça no mesmo ritmo da atividade econômica, de maneira a garantir uma inflação baixa — da ordem de 1% ou 2% ao ano. Eles também emprestam dinheiro para os bancos em curtíssimo prazo — frequentemente por pouco mais de alguns dias. Esses empréstimos permitem garantir a solvência do conjunto do sistema financeiro. Os enormes fluxos de depósitos e retiradas efetuados no dia a dia pelas famílias e pelas empresas nunca se equilibram de forma perfeita a cada dia para quase todo banco particular. Esse papel é tradicionalmente mais relevante na Europa, levando em conta a importância dada aos bancos no financiamento da economia que, nos Estados Unidos, recai mais sobre os mercados financeiros. Que fizeram os bancos centrais depois de um ano? De modo geral, eles dobraram de tamanho — um pouco mais nos Estados Unidos, um pouco menos na Europa. Até o início do mês de setembro, os ativos totais do Federal Reserve representavam cerca de 900 bilhões de dólares, o equivalente a 6% do PIB anual dos Estados Unidos. Ao fim do mês de dezembro, subitamente passaram para quase 2,3 trilhões de dólares, ou seja, dezesseis pontos do PIB. Constatamos uma evolução comparável na Europa. Entre setembro e dezembro de 2008, os

ativos do Banco Central Europeu passaram de 1,4 para 2,1 trilhões de euros, ou seja, de quinze para 23 pontos do PIB da zona do euro. No espaço de três meses, quase dez pontos do PIB de nova liquidez foram injetados pelos bancos centrais de um lado e do outro do Atlântico.

A quem os bancos centrais emprestaram dinheiro? Essencialmente ao setor financeiro. Mas a novidade principal reside na duração dos empréstimos concedidos aos bancos privados. Em vez de emprestar no horizonte de alguns dias, o Fed e o BCE começaram a emprestar com vencimentos de três, até seis meses — daí um aumento nos volumes correspondentes. Também começaram a emprestar com os mesmos prazos para empresas não financeiras, sobretudo nos Estados Unidos. De acordo com os últimos balanços publicados pelos bancos centrais, esses volumes de empréstimos começaram a refluir desde o início do ano. Em 1º de maio, os ativos do Fed caíram para quinze pontos do PIB, e os do BCE para vinte pontos do PIB. Os bancos centrais veem nisso a prova de que o setor financeiro não necessita mais dessa liquidez excepcional e que a retomada está próxima.

Entretanto, poderíamos também interpretar esse refluxo como o sinal de que os bancos não sabem mais o que fazer com esse dinheiro. Na verdade, os créditos concedidos às empresas e às famílias pelo setor financeiro não provocaram um arranque verdadeiro e parecem ter mantido, ao longo do primeiro trimestre de 2009, o mesmo ritmo de decréscimo que apresentaram ao longo do último trimestre de 2008. Sem dúvida, as políticas “não convencionais” dos bancos centrais permitiram ao menos impedir as falências bancárias em cascata que marcaram a crise dos anos 1930, ao longo da qual os bancos centrais permanecerem inertes. Mencionamos agora a possibilidade de novas políticas monetárias inovadoras, com empréstimos ao setor bancário de até nove ou doze meses e compras diretas de obrigações relativamente longas. A magnitude tomada pelos balanços dos

bancos centrais ainda está longe de representar uma real ameaça inflacionista. Para lembrar, os empréstimos concedidos pelo Banco da França ao fim da Segunda Guerra Mundial ultrapassavam em muito 100% do PIB da época, do qual 80% foram emprestados diretamente ao governo, daí a fortíssima inflação dos anos seguintes.

Contudo, exceto se imaginarmos que os bancos centrais se ponham a emprestar diretamente a todos os vencimentos e a todos os atores, por serem eles mal equipados, essas políticas não convencionais acabarão cedo ou tarde por atingir seus limites. Os bancos centrais não têm o poder de forçar os atores privados paralisados pela crise a gastar dinheiro. Na prática, a expansão monetária do outono permitiu, sobretudo, financiar os déficits públicos: os bancos centrais não emprestaram diretamente ao governo (os tratados europeus impedem expressamente o BCE de fazê-lo e o Fed reduziu os fundos de títulos do Tesouro), mas os bancos privados o fizeram em seu lugar. Se for confirmado que o Estado é o único ator capaz de gastar, então os governos deverão tomar para si a responsabilidade e se lançar em verdadeiros planos de retomada.

Desigualdades esquecidas

9 de junho de 2009

O relatório Cotis sobre a distribuição do valor adicionado e as diferenças de remuneração não contém novidades mirabolantes. Mas tem pelo menos o mérito de lembrar, de maneira muito clara, os fatos essenciais. Em particular, a estabilidade aparente, que existe há vinte anos, da divisão primária entre massa salarial e lucros não deve mascarar o aprofundamento das desigualdades e da estagnação do poder de compra da maioria. De um lado, os salários muito altos tiveram, desde os anos 1990, avanços nitidamente muito superiores à média da massa salarial. Esse fenômeno tem um impacto psicológico desastroso e ameaça, caso a tendência se mantenha, tomar a importância macroeconômica que acabou por alcançar nos Estados Unidos. Por outro lado, o fraco crescimento foi amplamente absorvido pelo aumento contínuo das contribuições sociais e outras arrecadações que pesavam sobre os salários, de modo que o salário líquido médio ficou quase estagnado nos últimos vinte anos, enquanto as rendas do patrimônio conheceram progressões substanciais.

Mesmo que o diretor do Insee não possa formulá-las tão friamente, as implicações políticas resultam dessas constatações. Melhor do que lançar nuvens de fumaça sobre a divisão primária do valor adicionado seria utilizar o instrumento fiscal: alívio fiscal para aqueles cujo poder de compra estagnou, maiores encargos para aqueles que mais se beneficiaram com o crescimento. Ou seja, tudo ao contrário da política do governo

atual, que multiplicou os alívios na direção dos salários mais elevados e dos patrimônios: redução da taxa superior do imposto de renda, limite máximo fiscal, desconto na tributação sobre os dividendos e sobre as heranças, redução do ISF. E, já que a taxa global das arrecadações obrigatórias não está perto de diminuir, essas generosidades acabarão sendo pagas pelo restante da população — de maneira discreta, mas inevitável.

Se a constatação do cenário é clara, existe, porém, um ponto que ficou estranhamente esquecido no relatório Cotis: as empresas mimaram seus acionistas nos últimos anos, daí uma queda inquietante da parte dos lucros dedicada aos investimentos. Essa realidade é ocultada pelo fato de que o relatório escolheu se concentrar sobre os lucros brutos, ou seja, antes de considerar a depreciação do capital. Contudo, o capital produtivo se deprecia continuamente, e antes de fazer investimentos novos é necessário começar por substituir os equipamentos usados: os computadores mudam sem parar, os edifícios e outros equipamentos devem ser mantidos e reparados etc. De um ponto de vista econômico, como também de um ponto de vista fiscal, o conceito pertinente é aquele de lucro líquido, ou seja, depois da dedução da depreciação. Os lucros líquidos são mais difíceis de serem estimados, mas, visto que o Insee toma o cuidado de produzir as melhores estimativas possíveis dessa depreciação, é melhor utilizá-las do que ficar em silêncio. Sobretudo porque o quadro global que podemos montar da distribuição dos lucros muda por completo quando passamos dos lucros brutos para os líquidos. O relatório Cotis nos diz que os lucros brutos representam de 32-33% do valor adicionado das empresas nos últimos vinte anos, contra 67-68% para a massa salarial, o que é verdade. Mas a depreciação do capital das empresas sempre representou cerca de 15-16% do valor adicionado, ou seja, *grosso modo*, a metade dos lucros brutos. Em outras palavras, quando apresentamos simpáticos gráficos em pizza segundo os quais as empresas dedicam uma generosa

metade de seus lucros brutos ao investimento, a verdade obriga a dizer que estamos rindo na cara das pessoas. Na verdade, isso significa que as empresas estão substituindo os equipamentos gastos antes de remunerar seus acionistas, o que é o mínimo que elas podem fazer. Se pensarmos em termos de lucros líquidos, então constatamos que as empresas sempre distribuem a quase totalidade de seus lucros a seus proprietários, sob a forma de juros e de dividendos. A poupança líquida das empresas, ou seja, o que resta depois de ter remunerado seus proprietários, pagado seus impostos e substituído os equipamentos depreciados, nunca representou mais do que alguns pontos de valor adicionado. É a poupança líquida das famílias, completada por aquela do resto do mundo em período de déficit comercial, que sempre financiou o essencial do investimento líquido das empresas. A evolução inquietante dos últimos anos é que a poupança líquida das empresas, tornada negativa em 2004, representava cerca de 1-1,5% de valor adicionado entre 2004 e 2007. Nos anos 1990, enquanto a participação dos lucros no valor adicionado ainda era a mesma de hoje, as empresas conseguiam iniciar uma poupança líquida positiva de cerca de 1,5-2%. Essa transferência da ordem de três a quatro pontos do valor adicionado em detrimento do investimento e em benefício dos acionistas é considerável: as empresas se puseram a distribuir para seus proprietários mais lucros do que elas têm em caixa! Sempre de acordo com as contas nacionais do Insee, tal fenômeno nunca se produziu na história — a única exceção foi no fim dos anos 1970 e no início dos anos 1980, período durante o qual a participação dos lucros no valor adicionado foi incomumente baixa. E, de acordo com os novos valores publicados, não se deve contar demais com a crise para baixar a temperatura: a poupança líquida negativa das empresas francesas atingiu 2% do valor adicionado em 2008.

Em tal contexto, é tentador recomendar um aumento dos impostos sobre os lucros distribuídos, por exemplo, para financiar

um alívio das contribuições que pesam sobre o trabalho.

Os mistérios do imposto de carbono

7 de julho de 2009

Você ouviu alguma coisa sobre o imposto de carbono? Muito bem: você é, sem dúvida, um militante ecológico experiente! Porque, para os simples mortais, os projetos atuais estão envoltos em vários mistérios que o debate público não tem permissão de esclarecer no momento. Em relação aos princípios, tudo parece claro. Trata-se de taxar todo o consumo de energia em função do volume de emissão de CO₂ gerado por pessoa. Com um prêmio em “dividendo duplo”: ao taxar mais as energias poluentes, podemos taxar menos o trabalho e revolucionar o nosso sistema fiscal.

As coisas se complicam quando examinamos os projetos concretos programados para 2010, que parecem se confundir com um aumento ordinário dos impostos sobre os combustíveis, como já aconteceu muito no passado. Na verdade, as novas receitas evocadas para o imposto de carbono em 2010, ou seja, cerca de 9 bilhões de euros, dos quais quase 5 bilhões provêm de um aumento de imposto dos combustíveis de automóveis, permitirão apenas compensar as perdas de receitas constatadas nesses últimos anos sobre o imposto doméstico sobre os produtos petrolíferos (TIPP), que passaram de 25 bilhões em 2002-2003 para menos de 20 bilhões hoje, seguindo a alta dos preços do petróleo e a baixa do consumo. Recuperar as receitas perdidas é sem dúvida uma boa ideia, mas é mesmo revolucionária? Na verdade, o regime fiscal verde existe há muitos anos na França: de acordo com o Eurostat, os

ecoimpostos são responsáveis por um valor de cerca de 2,5 pontos do PIB (dos quais a metade a título de TIPP), contra três pontos na Suécia e na média da Europa.

Então o que há de verdadeiramente novo nesses projetos atuais?

Em princípio, um “imposto de carbono” bem-sucedido se distingue do regime fiscal verde à moda antiga pelo fato de que ele é inteiramente guiado por objetivos ecológicos coerentes, não por considerações orçamentárias ou políticas. Isso tem duas consequências essenciais. Em primeiro lugar, é crucial tributar todas as energias com taxas coerentes com o nível de poluição gerado. Até aqui, a França tributou o combustível de maneira mais ou menos forte, mas tinha notoriamente tributos muito baixos para o gás, o óleo combustível doméstico e o carvão.

Em segundo lugar, e mais importante, uma vez que o quadro geral tenha sido fixado e aceito por todos, a particularidade do imposto de carbono é que seu montante progride de maneira regular ao longo das décadas vindouras, em função de uma avaliação objetiva do custo da poluição para a sociedade, medido pelo agora famoso “preço da tonelada de CO₂”. Esse preço fictício é estimado ao se considerarem ao mesmo tempo os custos ligados à redução das emissões (por exemplo, se custa 100 euros plantar as árvores necessárias para absorver uma tonelada de CO₂ ou para desenvolver uma tecnologia própria, então o preço da tonelada é fixado em 100 euros) e os custos ligados às emissões (estimados em função das previsões climáticas no longo prazo e das consequências para a vida humana). Na França, o relatório Quinet sobre o “valor tutelar do carbono” propõe aumentar progressivamente o preço da tonelada do CO₂ de 32 euros em 2010 para 100 euros em 2030, depois para 200 euros em 2050. Na prática, isso quer dizer que o montante do imposto de carbono aumenta proporcionalmente. Esses valores, muito incertos, serão, é claro, revistos e corrigidos. Mas o ponto essencial é que a sociedade e os

governos futuros estão engajados para fazê-los crescer de maneira regular, a despeito dos rumos da política e do orçamento de curto prazo.

Vários especialistas alegam também que o virtuoso imposto de carbono deve se somar aos impostos verdes existentes, e não substituí-los. Em particular, o nível atual do TIPP seria apenas o suficiente para compensar as outras poluições ligadas ao automóvel (qualidade do ar, congestionamento, poluição sonora), mas não as emissões de gás de efeito estufa. O argumento técnico é defensável, mas precisa ser explicado, pois, sem isso, os contribuintes poderão achar que tudo se parece mais com uma dupla penalização, e não um duplo dividendo.

Até porque o debate sobre a utilização das receitas do imposto de carbono começou extremamente mal. Em primeiro lugar, as empresas industriais ficaram isentas do novo imposto, pois advêm do sistema europeu de cotas de emissão. Existem, ainda, bons argumentos técnicos a favor do sistema dual de impostos e cotas. Mas ele mina potencialmente a aceitação social do conjunto do dispositivo, na medida em que essas cotas, por ora obtidas quase de graça, só podem se tornar pagas e ser postas em leilão a partir de 2013. Nessas condições, propor a utilização a partir de 2010 das receitas do imposto de carbono para eliminar o imposto profissional pago por essas mesmas empresas parece ser uma provocação ideológica particularmente indesejável.

As lições fiscais do caso Bettencourt

8 de setembro de 2009

Durante muito tempo, Liliane Bettencourt teve simplesmente a maior fortuna da França. Com o processo acionado por sua filha contra ela, Liliane passou a representar mais do que isso. De maneira com certeza um pouco extrema, o caso ilustra de fato à perfeição alguns dos problemas mais espinhosos que se colocam sobre os patrimônios e suas transmissões no século XXI. Recapitulemos. Liliane, 87 anos, herdeira do grupo L'Oréal, concedeu certo número de doações a um amigo fotógrafo de 61 anos, num montante total estimado em 1 bilhão de euros, ou seja, menos de 10% da sua fortuna total (15 bilhões de euros). Sua filha única, Françoise, 58 anos, reprova a mãe por se deixar ser usada e faz queixa por “abuso de fragilidade”. Liliane considera que está em boa saúde mental e não quer saber das opiniões especializadas dos médicos que sua filha tenta lhe impor por meio da justiça. Acrescentemos que ambas são membros do conselho de administração da L'Oréal, nata do CAC 40, índice geral da bolsa de Paris. Evidentemente, a questão aqui não é se posicionar sobre a saúde mental dos diversos protagonistas. No entanto, é permitido observar que essa se parece muito com uma guerra da terceira idade, de certa maneira, uma história sobre velhos. De fato, os patrimônios não param de envelhecer na França, consequência evidente do alongamento da expectativa de vida, mas também do fato de que os retornos do capital têm, ao longo dos últimos trinta anos, nitidamente ultrapassado as taxas de crescimento da produção e

as rendas das quais se beneficiam os ativos. De maneira ainda mais grave, essa evolução é exacerbada pela crescente pressão fiscal que pesa sobre as rendas do trabalho, limitando na mesma medida as capacidades de poupar daqueles que só podem contar com seu trabalho para acumular alguma coisa. Ao mesmo tempo, os patrimônios se beneficiaram de repetidos alívios fiscais, tanto para as transmissões (doações, heranças), quanto para o fluxo de renda dos patrimônios (dividendos, juros, aluguéis, ganhos de capital). Desse ponto de vista, a forte redução dos direitos de herança, votada em 2007, em total contradição com os slogans sobre a revalorização do trabalho, constitui uma decisão particularmente nefasta. Ainda mais porque, ao se privar desse bastão, o governo diminui na maior parte dos casos a importância das cenouras fiscais prometidas para as doações antecipadas. Provavelmente, as medidas de 2007 terão como principal efeito acelerar o atual processo de envelhecimento da fortuna. O caso Bettencourt também levanta a questão da liberdade de se fazer um testamento, quer dizer, a liberdade de legar seu patrimônio a quem quer que seja. No contexto do Código Civil de Napoleão, a herança é cuidadosamente enquadrada na França. Quaisquer que sejam as relações com os pais, qualquer que seja a fortuna, os filhos têm direito à “reserva hereditária”. Os pais não podem dispor livremente do que se convencionou chamar de “cota-parte disponível”, igual a 50% do patrimônio em presença de um filho, 33% com dois filhos, e 25% com três filhos ou mais. Em outras palavras, uma pessoa que tenha acumulado uma fortuna de 10 bilhões de euros (ou tendo ela mesma herdado essa fortuna) não possui outra escolha a não ser reservar pelo menos 5 bilhões a seu filho único, ou 7,5 bilhões a seus três filhos (em partes iguais). Nesse caso, Liliane Bettencourt respeitou a regra. Mas, sem mencionar sua saúde mental, sua filha poderia legalmente impedi-la de proceder como Bill Gates, que doou a maior parte de sua fortuna para fundações. Além disso, o imposto sobre as

heranças francês atinge taxas muito mais elevadas do que os patrimônios transmitidos no contexto de cota-parte disponível: o objetivo é favorecer as transmissões aos filhos, qualquer que seja o montante. Seria necessário eliminar tudo isso e passar para um sistema de liberdade testamentária total, como o sistema anglo-saxão? A opção é tentadora, ainda mais porque esse sistema conduz, na prática, a uma divisão igualitária entre os filhos na imensa maioria dos casos, permitindo também, para as grandes fortunas, a possibilidade do mecenato, cuja insuficiência muitas vezes lamentamos na França. Ao mesmo tempo, os argumentos do Código Civil a favor da proteção dos filhos deserdados e dos pais abusados vão objetivamente se reforçar com o surgimento da quarta idade, e é provável que processos do tipo Bettencourt se multipliquem. Pelo menos, o mecanismo de reserva hereditária merece ter um teto. Para além de certo nível de patrimônio, temos dificuldade em ver por que a lei deveria forçar os pais a transformarem seus filhos em rentistas.

Findo o PIB, retornemos à renda nacional

6 de outubro de 2009

O relatório Stiglitz sobre os novos indicadores econômicos foi criticado por sua falta de novas ideias e, sobretudo, por suas recomendações tão vagas quanto numerosas. Na falta de inovações, ele contém, no entanto, uma proposta concreta que merece ser apoiada. É necessário desde já parar de utilizar o PIB e privilegiar o produto nacional líquido (PNL).

O PNL, mais conhecido como “renda nacional”, amplamente utilizado na França até 1950, é ainda muito usado nos países anglo-saxões. Ele pode sempre ser calculado a partir de tabelas detalhadas da contabilidade nacional estabelecidas pelo Insee. Infelizmente, o PNL nunca é posto em evidência, nem nas publicações oficiais, nem no debate público. É uma pena, por uma razão que pode ser resumida de maneira simples: ao tentar medir o conjunto das rendas de fato disponíveis para os residentes de um país, a renda nacional procura pôr o homem no centro da atividade econômica, enquanto o PIB traduz em grande medida a obsessão produtivista dos Trinta Gloriosos.

O PIB é o reflexo de uma época em que se acreditava que o acúmulo de mercadorias industriais era um objetivo em si e que o crescimento da produção resolveria tudo. Já passou da hora de fazermos um retorno à renda nacional.

Quais são as diferenças entre o PIB e a renda nacional? A primeira é que o PIB é sempre “bruto”, no sentido em que ele adiciona o conjunto das produções de bens e serviços, sem

deduzir a depreciação do capital que permitiu realizar essas produções. Em particular, o PIB não leva em conta o desgaste dos imóveis e edifícios, dos equipamentos, dos computadores etc. O Insee realiza, porém, estimativas minuciosas da depreciação, que são evidentemente imperfeitas, mas que pelo menos existem. Em 2008, o total foi estimado em 270 bilhões de euros, para um PIB de 1,95 trilhão de euros, daí um produto interno líquido de 1,68 trilhão.

Considerar a depreciação permite, por exemplo, constatar que as empresas francesas estão atualmente em situação de poupança negativa: elas distribuem a seus acionistas mais do que têm para distribuir de fato, de modo que o que lhes sobra não permite nem mesmo substituir o material gasto.

Vários países também começaram a integrar em suas estimativas a depreciação do capital natural e dos desperdícios causados ao ambiente no processo de produção. Esses esforços devem ser continuados.

A segunda diferença é que o PIB é “interno”, no sentido de que busca medir as riquezas produzidas no território do país considerado, sem preocupação com seu destino final, em particular sem levar em conta os fluxos dos lucros entre os países. Por exemplo, um país cujo conjunto de empresas e de capital produtivo seja mantido sob o controle de acionistas estrangeiros poderia muito bem ter um PIB muito elevado, mas uma renda nacional bastante baixa, uma vez deduzidos os lucros que partem para o exterior.

Na França de 2008, essa correção não faz nenhuma diferença: de acordo com o Insee e o Banco da França, os residentes franceses possuem por meio de seus investimentos financeiros, *grosso modo*, tantas riquezas no restante do mundo quanto o restante do mundo possui na França.

A renda nacional é, assim, quase idêntica ao produto interno líquido (1,69 trilhão de euros). Mas isso é bastante diferente em muitos outros países, e não somente nos mais pobres, como

mostra o caso irlandês. Distribuído para uma população de 62 milhões de habitantes, o PIB ultrapassou 31.000 euros *per capita* em 2008, enquanto a renda nacional *per capita* era de apenas 27.000 euros. Esse valor é sem dúvida superior à renda média que os franceses têm à mão, pois inclui o valor dos bens e serviços financiados pelo imposto (educação, saúde etc.), o que é legítimo. Mas ele está próximo: a renda nacional pode assim contribuir para desfazer o fosso entre estatística e percepção. Com a condição de que publiquemos também a distribuição da renda nacional, sem pararmos nas médias. As últimas séries que realizamos com Emmanuel Saez mostraram, assim, que a participação da renda nacional indo para o 1% mais rico dos americanos passou de menos de 9% em 1976 para perto de 24% em 2007, ou seja, uma transferência de quinze pontos da renda nacional. Entre 1976 e 2007, 58% do crescimento americano foi, dessa forma, absorvido por 1% da população (valor que atingiu 65% entre 2002 e 2007).

O conceito de renda nacional se presta bem para esse tipo de decomposição social do crescimento, e esse não é seu menor mérito.

Abaixo os impostos imbecis!

3 de novembro de 2009

É fácil denunciar a imbecilidade de um imposto. Por uma razão simples: todos os impostos são mais ou menos imbecis, no sentido de que tributam as pessoas e as atividades que, em teoria, seria desejável que não fossem tributadas. As coisas se complicam quando, depois de anunciarem com orgulho a eliminação de um imposto imbecil, as autoridades políticas se põem a procurar novas receitas que permitam financiar as despesas que cada um considera, por outro lado, desejáveis: educação, saúde, estradas, aposentadorias. O exercício pode, então, se tornar perigoso, ainda mais porque, em matéria de imposto, é sempre possível encontrar um que é mais imbecil. Os recentes debates sobre o imposto profissional (TP) ilustram muito bem essa cruel realidade.

Recapitulemos. O TP baseia-se atualmente sobre o valor do capital (edifícios, máquinas, equipamentos) utilizado pelas empresas. Até 1999, ele recaía também sobre a massa salarial, antes que essa incidência fosse suprimida por Dominique Strauss-Kahn, numa preocupação com o reequilíbrio de nosso sistema fiscal, visto que muitos relatórios demonstravam que o imposto se baseava excessivamente sobre o trabalho. De maneira geral, lembremos que todos os impostos recaem ou sobre os fatores de produção (capital ou trabalho) ou sobre o consumo. Quando recaem sobre o capital, eles podem pesar sobre o estoque de capital (como o TP) ou sobre o fluxo de renda vindo desse capital (lucros, dividendos, juros, aluguéis), como,

por exemplo, o imposto sobre os lucros, o que tem vantagens e inconveniências.

Lembremos também que não existe nenhum imposto pago pelas empresas: todos os impostos acabam sempre sendo pagos pelas famílias, euro por euro. Neste mundo, infelizmente não existe ninguém além das pessoas físicas em carne e osso para pagar os impostos. O fato de que as empresas são em teoria consideradas para quitar alguns, ou seja, para enviar os cheques à administração fiscal, não quer dizer nada sobre a incidência final. Inevitavelmente, as empresas repassam tudo o que elas pagam, seja para seus funcionários (ao reduzir seus salários), seja para seus acionistas (ao reduzir os dividendos ou ao acumular menos capital em seu nome), seja para os consumidores (ao aumentar seus preços). A decomposição final não se vê todo dia a olho nu, mas, de uma maneira ou de outra, todos os impostos acabam sendo repassados para os fatores de produção ou para o consumo. Por exemplo, as empresas quitam as contribuições sociais, calculadas a partir da massa salarial. Admitimos geralmente que essa arrecadação é paga sobretudo pelos salários, que seriam mais elevados em sua ausência.

Outro exemplo: a cada trimestre, as empresas fazem cheques a título da taxa sobre o valor adicionado, calculada sobre o valor total das vendas da empresa, menos o valor total das compras de seus fornecedores. Essa diferença, chamada de “valor adicionado” é igual àquilo que as empresas dispõem para remunerar o trabalho (salários) e o capital (lucros). No entanto, imaginamos às vezes que a TVA é integralmente repassada para os preços. É errado: como todos os impostos, a TVA é paga em parte pelos fatores de produção e em parte pelos consumidores, em proporções que variam de acordo com o grau de concorrência do setor considerado e do poder de negociação de uns e outros, como mostra o caso recente do setor de hotelaria-restauração. Voltemos ao TP. Na reforma proposta, o TP recairia,

então, sobre o valor adicionado (salários e lucros), e não mais unicamente sobre o capital.

Isso culminaria num alívio para o capital e numa nova pressão da arrecadação fiscal recaindo sobre o trabalho e o consumo, num movimento de retrocesso em relação à reforma de 1999. Seria mais justificável conservar a base atual, que tem ainda a vantagem, para os poderes locais e regionais, de ser mais facilmente localizável e menos volátil do que os lucros. Com a condição de enfim rever o valor dos edifícios e equipamentos das empresas, que, como para outros impostos locais, não é revisto desde os anos 1970. No mesquinho jogo da demagogia fiscal, os mais frágeis raramente ganham.

Quem serão os ganhadores da crise?

1º de dezembro de 2009

Quais serão os efeitos da crise financeira mundial de 2007-2009 sobre a divisão de riquezas? Ao contrário do que costumamos ouvir, é pouco provável que a crise leve a uma redução de longo prazo das desigualdades. A queda dos valores na bolsa e dos preços dos imóveis afetou em primeiro lugar os detentores de patrimônio, sem dúvida. Mas os que só possuem seu próprio trabalho foram também duramente afetados pela degradação do emprego. É assim em todas as recessões. O efeito imediato é, em geral, ao mesmo tempo uma redução das desigualdades entre o meio e o tipo da distribuição (queda de lucros e dos bônus para os superexecutivos) e um crescimento da desigualdade entre o meio e a base da distribuição (aumento do desemprego). Se examinarmos os efeitos de médio e longo prazo, as coisas são ainda mais complexas.

A crise de 1929 foi, certamente, seguida por uma fase de redução histórica das desigualdades em todos os países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, a participação da renda nacional captada pelos 10% mais ricos atingia 50% em 1928. Ela foi, em seguida, comprimida para 45% nos anos 1930, depois para 35% nos anos 1950-1960. Foi só em 2007 que se reencontrou — e mesmo se ultrapassou de leve — o recorde de desigualdade de 1928. Mas não existe nenhuma razão para que esse cenário se reproduza automaticamente hoje em dia. As séries históricas que construímos com Tony Atkinson, que descrevem hoje a evolução anual das desigualdades em 23

países ao longo do século XX, demonstram sem ambiguidade que as crises financeiras, enquanto tais, não possuem nenhum efeito duradouro sobre as desigualdades: tudo depende da resposta política que lhes são dadas. Por exemplo, a crise financeira sueca de 1991-1993 não mudou em nada a tendência de concentração crescente das rendas e dos patrimônios em curso na Suécia desde os anos 1980. Nos anos que se seguiram à crise financeira asiática de 1997-1998, observamos até mesmo um aumento súbito na participação do patrimônio nacional e da renda nacional captado pelos 10% mais ricos, tanto em Cingapura quanto na Indonésia. Mesmo que os dados disponíveis ainda sejam imperfeitos, a explicação mais provável é que os mais ricos conseguem tirar melhor proveito do caos financeiro, ao recomprar os bons ativos no momento correto. Os patrimônios mais elevados comportam uma parte maior dos investimentos arriscados, o que os leva a aproveitar melhor os *booms* e, em princípio, a cair mais nos momentos de crise. Salvo quando se possui 1 milhão de euros de ativos (*a fortiori* caso se disponha de 10 ou 100 milhões), e assim de mais recursos para remunerar os intermediários e os conselhos financeiros, em comparação a quando se possui 50.000 ou 100.000 euros. Em média, esse segundo efeito parece ter imperado durante as crises suecas e, ainda mais, as crises asiáticas. E é bastante provável que esse mesmo mecanismo esteja em ação atualmente. A verdade é que não sabemos grande coisa, pois nosso aparelho estatístico é inadequado para estudar em tempo real os fenômenos complexos de redistribuição financeira. O que é ainda mais lastimável, porque as redistribuições desempenham hoje um papel central, levando em conta as respostas políticas apresentadas durante a crise. Em 1929, os governos deixaram as falências se multiplicarem, o que conduziu a perdas líquidas de patrimônio.

Hoje, os governos salvam os bancos e as grandes empresas, o que permite evitar a depressão. Mas, por não cobrar das

instituições salvas, o acesso de generosidade pública favorece, em muitos casos, redistribuições ao avesso. Depois de 1929, os governos cobraram daqueles que enriqueceram por levar todos os outros à beira do precipício: forte aumento dos impostos sobre os lucros e o regime fiscal progressivo sobre as rendas e os patrimônios muito elevados, retomada do controle do capital em todas as formas (estrita regulação financeira, congelamento dos aluguéis, estatizações etc.). São essas respostas políticas que conduziram à redução histórica das desigualdades, e não a crise financeira em si. Hoje, os desafios se apresentam de maneira diferente, de um ponto de vista técnico (opções de ações, paraísos fiscais etc.), mas permanecem em essência os mesmos. Deixado por conta própria, o capitalismo, por ser muito instável e desigual, leva naturalmente a catástrofes. Parece, infelizmente, que novas crises são necessárias para que os governos tenham plena consciência disso.

Com ou sem programa?

29 de dezembro de 2009

É possível ganhar as eleições sem nenhum programa? Com certeza. A história eleitoral é cheia de episódios ao fim dos quais os partidos políticos chegaram à vitória e ao poder não porque suas propostas entusiasmaram as multidões, mas graças aos erros cometidos pelo adversário e ao sentimento de rejeição que eles suscitaram. O problema é que acabamos, mais cedo ou mais tarde, pagando o preço.

Tomemos o exemplo da vitória socialista de 1997. Com as 35 horas e o emprego-juventude, podemos certamente dizer que a esquerda tinha algo que se assemelhava a um programa. Mas não quero insultar os responsáveis da época, apenas lembrar que essas medidas foram costuradas em poucas semanas, a fim de unir o mais depressa possível os partidos da esquerda plural, após a surpresa com a dissolução bruscamente decidida pelo presidente em exercício. A vitória se fez acima de tudo pela rejeição ao adversário.

E o preço foi pago a partir de 2000. A partir do momento em que essas duas medidas emblemáticas foram implementadas, a esquerda plural não soube mais o que fazer ou propor ao país, simplesmente porque ela não conseguia entrar em acordo. Aposentadorias, regime fiscal, ensino superior, mercado de trabalho: os partidos no poder não tinham nem o esboço de um princípio de programa que fosse um pouco preciso sobre nenhum desses assuntos-chave. Foi o que a opinião pública acabou por perceber, o que muito provavelmente contribuiu para as derrotas

de 2002 e 2007. Sem contar que as medidas costuradas nas coxas são por vezes bombas políticas de efeito retardado. Não é proibido ver no triunfo do “trabalhar mais para ganhar mais” uma vitória póstuma sobre as 35 horas, reforma excelente no longo prazo, mas pouco adaptada à fase de grande estagnação salarial na qual a França e os países ricos estão aprisionados desde o início dos anos 1980.

Atravessemos agora o Atlântico. Para muitos especialistas americanos, a causa é sabida: se Barack Obama começou a ceder para todos os *lobbies* privados e a deturpar a reforma do sistema de saúde, foi porque ele não se comprometeu de maneira suficientemente precisa antes das eleições. Na realidade, ele não foi eleito com base em um programa, daí sua fragilidade atual. Visto da Europa, onde somos muito sensíveis à dimensão mundial da eleição de Obama, desejamos ser mais clementes com o presidente americano. É claro que Obama poderia de fato ter dispensado o empréstimo de ares republicanos nas primárias para criticar o programa de saúde de Hillary Clinton, mais ambicioso do que o seu. Isso teria lhe dado, sem dúvida, mais peso hoje perante o congresso e a indústria médica.

Ao mesmo tempo, quem poderia alegar que Obama deveria se arriscar, na reta de chegada, a assustar o eleitorado ao propor um programa completo de seguro-saúde público e comprometer assim sua curta vitória histórica? Os 160 milhões de americanos que dispõem de cobertura de saúde privada ainda não estavam prontos para um seguro público, que, nos Estados Unidos, só poderá ser implementado de maneira progressiva. Sem esquecer que os eleitores esperam, às vezes, mais uma visão geral do mundo e uma capacidade de se adaptar num ambiente flutuante do que um catálogo genial do qual ninguém entende nada...

A política não é uma ciência exata, não mais do que a economia, e a fronteira entre o compromisso e o comprometimento é sempre difícil de ser traçada. Assim, o que

pensar sobre a eleição presidencial de 2012? É muito tentador para a esquerda francesa apostar tudo na degradação do poder sarkozista, que, já rejeitado por boa parte do centro e da direita, parece agora partir em direção à extrema direita. Exceto que uma mudança de rumos de Sarkozy, por mais desejável que seja, não se revestirá do mesmo desafio internacional que a de Bush e não poderá constituir um fim em si. Sem contar que, caso seja mesmo possível uma vitória da esquerda em 2012 sem um programa de fato, com um candidato designado no último minuto, pela simples rejeição ao adversário, o cenário inverso fica, infelizmente, mais provável.

Assim, esperando pelo programa, feliz 2010!

Liliane Bettencourt paga
impostos?

2010-2012

O juiz constitucional e o imposto

26 de janeiro de 2010

O conselho constitucional tem legitimidade para vetar uma reforma fiscal adotada pelo Parlamento? No caso do imposto de carbono, sem dúvida somos tentados a afirmar que sim. O imposto improvisado pelo governo contém, de fato, uma ruptura muito flagrante com o princípio da igualdade perante a tributação. As grandes empresas industriais mais poluentes foram de fato isentas, por estarem submissas ao sistema europeu de cotas de emissão. Porém, essas cotas foram obtidas gratuitamente e ninguém sabe quando elas deverão ser pagas. A história é um pouco esquisita. Assim, é preciso desconfiar das intrusões dos juízes nos debates fiscais, que deveriam acontecer antes de tudo na esfera política.

Sendo o princípio jurídico da igualdade em relação ao imposto extremamente vago, sua interpretação sem limites pelos juízes constitucionais pode levar a decisões desprovidas de qualquer lógica. No fim de 2000, o governo Jospin obrigou os deputados a adotar uma reforma importante da contribuição social generalizada, que de fato deixou de ser um imposto proporcional e se tornou uma arrecadação progressiva: um abatimento foi criado para os salários inferiores a 1,4 Smic, o que permitia aumentar o salário líquido e o poder de compra dos baixos salários, ao mesmo tempo abrindo o caminho para uma futura unificação entre a CSG e o IR. O conselho constitucional tomou outra decisão: alegando que a redução da CSG dada aos baixos

salários dependia exclusivamente do nível de salário individual, sem integrar a situação familiar, a lei foi vetada.

No entanto, os juízes constitucionais nunca se consternam pelo fato de que inúmeras outras arrecadações obrigatórias não levam em conta a situação familiar (a TVA à taxa reduzida, os alívios nas contribuições patronais para os salários baixos etc.) e não criticam em nada os vários nichos fiscais que enchem nossos impostos sobre a renda e sobre a fortuna, sem falar do limite máximo fiscal (em nome de que princípio da equidade deveríamos incluir nele certas arrecadações e não outras?), constituindo desse modo rupturas até mais graves do princípio da igualdade para o imposto.

Consequências do veto de 2000: a CSG permanece um imposto proporcional; para compensar, o governo Jospin criou o bônus para o emprego; a sobreposição foi completada recentemente pela Renda de Solidariedade Ativa; e nos encontramos ainda hoje com esse sistema obscuro e inacreditável (de um lado, arrecadamos um mês de salário dos que recebem o Smic por meio do CSG e, de outro, distribuímos transferências para compensá-los), pelo qual os “sábios” da rue de Valois são amplamente responsáveis.

Um caso ainda mais extremo é ilustrado por Kirchhof. Jurista fiscal visivelmente irritado com o imposto, Paul Kirchhof foi durante a campanha eleitoral de 2005 o candidato a ministro das Finanças de Angela Merkel, fazendo, assim, uma proposta chocante: uma “*flat tax*” limitando a 25% a taxa de tributação das rendas mais elevadas. Na esfera política, cada um é livre para ter suas próprias opiniões (o que, nesse caso, não seduziu em nada os alemães: Merkel foi forçada a governar com o SPD e a se separar de sua cria). Mas o ponto importante desse caso é que, em 1995, sob sua toga de juiz no Tribunal Constitucional alemão, o mesmo Kirchhof proferiu a decisão sobre um processo julgando inconstitucional toda tributação (direta) superior a 50%, assimilando assim o direito de tomar vários milhões de euros do

caixa e de guardar metade em seu bolso como quase um dos direitos humanos.

Os Estados Unidos, que de 1932 a 1980 conferiram a suas elites financeiras uma taxa marginal superior a 82% (em média), deixaram, então, de ser uma democracia por meio século? O caso criou um escândalo na Alemanha e o processo foi cassado em 1999 pelos juízes constitucionais (na saída de Kirchhof), que confirmariam em 2006 que não entrava em suas atribuições fixar limites quantitativos às taxas de tributação, assunto sobre o qual Sarkozy visivelmente ainda não foi informado. A lição de tudo isso é que podemos dizer qualquer coisa em nome do princípio jurídico da igualdade em relação ao imposto, e que os juízes devem utilizá-lo com extrema moderação.

E, sobretudo, que para preservar a frágil legitimidade dos tribunais constitucionais é necessário evitar as nomeações evidentemente partidárias e políticas — tentação aparentemente muito forte hoje em dia na cúpula do Estado.

Lucros recorde dos bancos: um caso político

23 de fevereiro de 2010

Então o BNP Paribas, primeiro banco francês e europeu, anunciou lucro de 8 bilhões de euros para o ano de 2009, retomando seu recorde de 2007. Alguns já cantam vitória: depois de tudo, não é preferível ter bancos saudáveis a falências? Sem dúvida.

Mas é importante tentar compreender de onde vêm esses lucros. Os lucros dos dez maiores bancos europeus se aproximaram dos 50 bilhões de euros em 2009. Se juntarmos os dez maiores bancos americanos, atingiremos os 100 bilhões de euros. De onde vêm tais lucros, quando mesmo o conjunto da zona estava em recessão em 2009? A explicação mais evidente é que, durante a crise, os bancos centrais emprestaram aos bancos dinheiro a taxas muito baixas, que os últimos utilizaram para emprestar a taxas mais elevadas para outros agentes: às famílias, às empresas e, sobretudo, aos Estados.

Tentemos fazer um pequeno cálculo, aproximativo e imperfeito, mas que pelo menos ilustra o tamanho dos volumes em jogo. Entre setembro e dezembro de 2008, o Banco Central Europeu e o Federal Reserve americano criaram perto de 2 trilhões de euros em novas notas (perto de dez pontos do PIB americano e europeu). Esse dinheiro foi emprestado aos bancos a taxas da ordem de 1%, em prazos que iam de três a seis meses. Os empréstimos foram, *grosso modo*, renovados ao longo do ano de 2009: os balanços do Fed e do BCE em fevereiro de 2010 tinham

níveis apenas um pouco mais baixos do que os recordes atingidos no início de 2009.

Suponhamos que os 2 trilhões emprestados aos bancos lhes tenham trazido em média 5%, seja porque eles emprestaram a 5% a outros agentes, seja porque isso lhes permitiu pagar as dívidas que teriam custado 5%, o que dá no mesmo. A margem realizada seria, então, de 80 bilhões (4% de 2 trilhões), ou seja, o equivalente de 80% dos lucros dos bancos em 2009. Mesmo supondo uma diferença de taxas menor, isso explicaria uma boa parte dos lucros.

Não significa que os bancos centrais tenham agido mal: a nova liquidez, sem dúvida, permitiu evitar as falências em cascata e transformar a recessão em depressão. Contanto que o governo venha agora impor regulações financeiras rígidas, permitindo evitar que tais desastres se reproduzam, exigindo prestação de contas (e os impostos) aos bancos e, além disso, se livrando da dívida que eles contraíram junto a eles.

Sem essas medidas, os cidadãos correm o perigo de concluir logicamente que toda essa sequência advém de absurdos econômicos: os lucros e os bônus bancários distribuídos para os ricos, as ofertas de emprego e os salários a meio mastro, e é preciso agora apertar os cintos para pagar a dívida pública, que foi criada para passar a esponja nas loucuras financeiras dos banqueiros que, agora, voltam a especular, dessa vez, em detrimento do Estado, com taxas de juros perto de 6% impostas aos contribuintes irlandeses e gregos. Contribuintes gregos que, por sua vez, desembolsaram sem saber 300 milhões de euros de honorários ao Goldman Sachs para maquiar suas próprias contas públicas.

Demagogia? Não. Simplesmente uma constatação: para reconciliar os cidadãos com os bancos, será necessário mais do que discursos eloquentes. Obama entendeu bem, ao anunciar em janeiro um plano enfim ambicioso de regulação bancária. Mas ele está politicamente fragilizado. Na Europa, o fato de que o

Banco Central Europeu continua a se apoiar nas agências de *rating* para comprar títulos públicos (anúncio que precipitou a crise grega), mesmo quando nada dentro de seus estatutos o obrigue a assim fazê-lo, não faz mais nenhum sentido no contexto atual.

Com a crise, o BCE convenceu os europeus de sua utilidade: todo mundo entende bem que deixar os mercados especularem sobre o franco, o marco alemão e a lira italiana não teria ajudado em nada. Ele pode agora usar sua autonomia em relação aos mercados financeiros, apoiado por um verdadeiro governo econômico europeu.

Do outro lado do Atlântico, o poder público não tem esses pudores: há um ano, o Fed imprimiu 300 bilhões de dólares para adquirir títulos do Tesouro, sem perguntar a opinião dos mercados. A Europa deverá também aceitar que uma inflação de 4% ou 5% é a maneira menos pior de se livrar da dívida. Caso contrário, os cidadãos europeus terão, mais uma vez, que pagar a conta. Não estou certo de que eles deixarão que isso aconteça.

Não, os gregos não são preguiçosos

23 de março de 2010

É assim, os gregos são preguiçosos que gastam mais do que produzem. E que, sobretudo, elegem governos corrompidos, que manipulam as contas públicas para confortá-los em suas ilusões. Se seu vizinho ou seu irmão passa o tempo gastando mais do que ganha, estaríamos ajudando se emprestássemos ainda mais dinheiro? Já não é hora de parar com a vida de *bon-vivant* e aprender a dura lei do trabalho e do mérito?

Esse tipo de metáfora fundada na moral doméstica e familiar (preguiça e trabalho, filho pródigo e bom pai de família) é evidentemente um grande clássico da retórica reacionária. Desde sempre, os ricos estigmatizaram os pobres dessa maneira. Nada de novo no *front* grego. Exceto que, diante da complexidade do capitalismo do século XXI e das crises financeiras, tais metáforas moralizadoras parecem hoje se difundir para além dos círculos habituais. Quando não se compreende mais nada no mundo tal como ele está, é tentador voltar a alguns princípios simples. Diante da violência extrema dos ataques na mídia, o primeiro-ministro grego veio declarar durante sua visita a Berlim: “Os gregos não têm mais preguiça em seus genes do que os alemães têm o nazismo em seus.” Essas palavras, de uma aspereza pouco comum entre os chefes de governo de uma união política, deveriam convencer aqueles que ainda não estavam interessados pela crise grega.

O problema das metáforas domésticas é que, para um país, como aliás para os indivíduos, o capitalismo é apenas uma

questão de mérito — e isso não é verdade. Por duas razões que nós podemos resumir de maneira simples: a arbitrariedade da herança original; e a arbitrariedade de certos preços, especialmente dos retornos do capital.

Arbitrariedade da herança inicial: a Grécia está entre os países que sempre foram em parte posse de outros países. O que o restante do mundo possui na Grécia (empresas, imóveis, ativos financeiros) é há décadas superior ao que os gregos possuem do resto do mundo. Como consequência, a renda nacional da qual os gregos dispõem para consumir e poupar sempre foi inferior a seu produto interno (uma vez deduzidos os juros e dividendos distribuídos ao resto do mundo). Isso os torna muito pouco suscetíveis a consumir mais do que produzem.

No caso grego, a diferença entre o produto interno e a renda nacional era na véspera da crise de cerca de 5% (ou seja, duas vezes mais do que o ajuste orçamentário hoje demandado à Grécia). Ela pode ultrapassar 20% em países que tenham alocado tudo em investimentos estrangeiros (como a Irlanda), mais ainda para certos países do sul. Pode-se objetar que, sendo esses fluxos de juros e dividendos apenas a consequência de investimentos passados, é justo e correto que os devedores gregos e seus filhos distribuam uma parte da produção a seus credores estrangeiros. Do mesmo modo que é justo e correto que os filhos de locatários paguem indefinidamente os aluguéis para os filhos dos proprietários de imóveis.

O debate sobre o mérito dá ainda outra reviravolta. Arbitrariedade dos retornos do capital: a crise é, antes de tudo, a consequência do fato de que os contribuintes gregos passaram de repente a pagar taxas de juros de mais de 6% sobre sua dívida pública. O produto interno da Grécia é da ordem de 200 bilhões de euros. Os dez maiores bancos mundiais administram cada um ativos superiores a 2 trilhões de euros. Um punhado de operadores de mercado podem decidir em alguns segundos

impor uma taxa de juros de 6%, em vez de 3%, para um dado título — precipitando assim um país para a crise.

Tal sistema nos arremessa diretamente contra a parede, e não será o uso da moral doméstica que irá nos salvar. Por fim, a solução passa por uma forte retomada das finanças pelo poder público. Na Europa, é necessário inventar um caminho que leve ao federalismo orçamentário. Entretanto, o caminho não passa pelo FMI, e sim mais pelas emissões de obrigações europeias. E, mais dia, menos dia, por uma revolução das doutrinas monetárias. Para salvar os bancos, as autoridades monetárias lhes emprestaram sem fazer contas a taxas de 0% ou 1%. Os bancos fizeram as contas direitinho. Mas, depois disso, não é fácil explicar aos contribuintes europeus (tanto gregos quanto alemães) que eles devem apertar os cintos por muitos anos para poder repagar os juros elevados sobre a dívida pública.

Aposentadorias: voltemos à estaca zero

20 de abril de 2010

As previsões do Conselho de Orientação das Aposentadorias (COR) são propositalmente catastróficas? Na verdade, o que causa problema são sobretudo as interpretações erradas que fazem a direita, o Movimento das Empresas da França (Medef) e todos aqueles que desejam amedrontar. Em essência o COR se contentou em nos lembrar o que já sabíamos. Para resolver os problemas das aposentadorias no horizonte de 2030, basta aumentar a taxa de contribuição em cinco pontos. Ou então trabalhar cinco anos a mais. Ou uma combinação das duas medidas. Se nos projetarmos em 2050, os valores devem ser multiplicados por dois. As projeções são evidentemente muito imprecisas. Mas o COR fez o seu melhor, e as ordens de grandeza fornecem um guia útil para a reflexão. Atualmente, despejamos todo mês cerca de 25% de nossos salários brutos em contribuições para a aposentadoria. Se fizermos a escolha de elevar essa taxa para 30% até 2030 e 35% até 2050, então todos os déficits desaparecerão. Certamente, essa escolha não é nada óbvia, pois amputará uma parte significativa dos frágeis ganhos do poder de compra futuros. No caso em que os ganhos se limitarem a 1% ao ano nos próximos vinte anos, o aumento da contribuição absorverá um quarto do mesmo. É uma escolha coletiva que ninguém nos impede de fazer. Então, por que a briga?

A primeira complicação é justamente porque muitas escolhas são possíveis. Podemos levar apenas uma parte do ajuste para os aumentos das contribuições e outra parte para a melhora da taxa de emprego dos mais velhos até 2030. Para todos aqueles que têm a chance de dispor de um trabalho do qual gostem (e podemos ter esperança de que esse número seja cada vez maior), a aposentadoria não é necessariamente sinônimo de emancipação. O problema é que, ao aceitar discutir o alongamento do tempo de trabalho, podemos penalizar pessoas que não podem mais trabalhar. Desse ponto de vista, o aumento da idade legal da aposentadoria seria a pior das soluções. E, visto que o poder vigente recusa qualquer discussão sobre o aumento das contribuições, hoje nos encontramos em um diálogo de surdos.

A segunda complicação se deve ao fato de que seria extremamente reprovável, com a recessão atual, sobretaxar os salários. E seria injusto: uma boa parte dos déficits do período 2010-2020 advirá da chegada à aposentadoria da geração *baby-boom*. Esse choque deveria ter sido previsto. Um fundo de reserva de aposentadorias foi criado sob o governo Jospin, mas não foi alimentado depois de 2002. A irresponsabilidade orçamentária atingiu desde 2007 novas alturas: sem contar, distribuímos bilhões em nichos fiscais novos e outras despesas inúteis (até prejudiciais, como horas extras, juros de empréstimo) sem pôr um centavo no fundo de reserva. É preciso começar por anular essas medidas. É perfeitamente legítimo, para amortecer o choque do *baby-boom*, recorrer a financiamentos excepcionais (lucros e rendas financeiras) como propôs Martine Aubry. Mas não vamos restabelecer o equilíbrio das aposentadorias em 2030 ou 2050 taxando apenas os lucros petrolíferos ou bancários. Além disso, não seria saudável: a fim de manter um elo forte entre trabalho e aposentadoria, é preferível que as contribuições continuem sendo a fonte principal de financiamento. Chegamos à terceira complicação, a mais substancial. É muito difícil, no

contexto do sistema atual, ter um debate calmo sobre a taxa de contribuição e a participação da renda nacional que desejamos dedicar às aposentadorias. Por uma razão simples: a sobreposição de regimes (assalariados, não assalariados, público, privado, executivos, não executivos) e a extrema complexidade das regras em vigor fazem com que ninguém compreenda nada sobre a ligação entre as contribuições e os montantes das pensões.

Uma volta à estaca zero se faz necessária. Com Antoine Bozio, propusemos um regime único fundado nas contas pessoais dos direitos à aposentadoria e numa melhora do sistema sueco (que contém inúmeros defeitos). Mas podemos também unificar os regimes ao manter uma apresentação sob forma de taxa de substituição a ser aplicada sobre os antigos salários. Se considerarmos todos os anos trabalhados, o que é o mais justo para uma carreira longa e para os trabalhos penosos, então as duas opções são equivalentes. Ao propor a universalização, enfim, do direito à aposentadoria (como fizemos para o direito ao seguro-saúde e à assistência às famílias, como será necessário fazer para o seguro-desemprego, que exclui muitos que se encontram em situação precária do sistema público), a esquerda poderia retomar a iniciativa sobre as aposentadorias e mostrar que se preocupa ao mesmo tempo com as medidas financeiras de curto prazo e com o equilíbrio de longo prazo.

Thomas Piketty é autor, com Antoine Bozio, de *Pour un nouveau système des retraites* [Por um novo sistema de aposentadorias] (Éd. rue d'Ulm).

A Europa contra os mercados

18 de maio de 2010

Então os países europeus concatenam seus planos de austeridade. Vemos a multiplicação de medidas drásticas, como a redução dos salários do funcionalismo público, que havíamos esquecido desde os famosos decretos-leis Laval de 1935 — e que aprendemos na escola que terminaria sempre em desastre. O mais provável é que, ao não fazer nada além de exacerbar a recessão, nos encontremos com desafios ainda maiores do que no início.

Como chegamos a uma situação tão absurda e, mais importante, o que fazer? A prioridade absoluta deve ser a constituição de um poder público europeu capaz de lutar de igual para igual com os mercados financeiros. Se isso tiver que ser feito pelo exame dos projetos de lei das finanças nacionais pelas instituições europeias, a começar pelo Parlamento europeu, tudo bem, vamos lá!

Não faz nenhum sentido continuar deixando os mercados, que não sabem nem precificar os produtos financeiros que eles mesmos criam, especularem os títulos de dívida pública de 27 Estados-membros. Ao criar o euro, pensávamos ter diminuído a margem de manobra. Na verdade, a situação seria ainda pior hoje se os mercados pudessem apostar nas taxas de câmbio do franco, do marco e da lira.

Mas agora é necessário passar para a etapa seguinte, a emissão de uma verdadeira dívida pública europeia. A União Europeia poderia assim retomar sob sua tutela o superávit do

endividamento criado pela crise de 2008-2010, ou seja, entre vinte e trinta pontos do PIB de acordo com cada país. Isso permitiria a cada Estado-membro sanar no longo prazo suas finanças públicas, para recomeçar com o pé direito.

Por ser óbvia, nós nos orientamos progressivamente rumo a essa solução. Os dirigentes europeus parecem por fim prontos para sair do juridicismo e testar a flexibilidade nas interpretações dos tratados, que na verdade autorizam quase tudo diante de circunstâncias excepcionais. Ficamos extasiados um pouco rápido demais com o plano de 750 bilhões de euros anunciado no dia 10 de maio. Ele representa, na realidade, apenas pouco mais de 5% do PIB europeu. Sem contar que se trata, no fundo, de compromissos extremamente vagos. O único envelope mais ou menos claro diz respeito aos 50 bilhões de euros (menos de 0,5 ponto do PIB europeu) que a Comissão terá o direito de emprestar diretamente em nome da UE. Restam nebulosas promessas sobre eventuais empréstimos bilaterais entre os Estados, possivelmente com a ajuda do FMI, sem o qual podemos viver muito bem. Não é com essas estruturas obscuras que vamos acalmar a especulação.

Também será preciso esclarecer a questão do financiamento. Suponhamos que a UE retome sob sua tutela os vinte pontos do PIB da dívida pública nacional. Com quais recursos ela irá pagar essa dívida? Cada país contribuiria para o orçamento proporcionalmente ao seu PIB; podemos imaginar o cachorro correndo atrás do rabo e nada sendo resolvido. Em vez de aumentar os impostos nacionais, deveria ser criado um imposto europeu (por exemplo, uma taxa de 10% sobre o lucro das empresas europeias seria amplamente suficiente), o que já seria um progresso. Mais importante, o ponto-chave é que uma dívida pública europeia permitiria empréstimos a taxas mais baixas. Ainda mais porque o Banco Central Europeu, que já começou a quitar a dívida pública nacional, não teria outra escolha a não ser apoiar a operação, comprando a dívida europeia a taxas baixas.

É exatamente isso que faz o Federal Reserve americano desde o início de 2009: ao comprar a 0% centenas de bilhões de títulos do Tesouro, ele alivia o fardo dos contribuintes americanos, permitindo sair da recessão mais rápido do que na Europa. Nas circunstâncias atuais, não existe outra solução senão monetizar uma parte da dívida pública.

E, ao contrário do que sugere uma ideia persistente, a impressão de cédulas não irá se traduzir em inflação maciça: quando estamos à beira da depressão, é preciso, sobretudo, evitar entrar numa espiral deflacionária. Entre setembro e dezembro de 2008, o BCE e o Fed criaram perto de 2 trilhões de euros de moeda nova (dez pontos do PIB europeu e americano), para emprestá-los a 0% aos bancos privados. Isso permitiu evitar as falências em cascata, sem inflação adicional. É necessário hoje fazer o mesmo para salvar os Estados. Apostemos que vamos acabar chegando à mesma solução, mas que isso ainda tomará um pouco mais de tempo.

Repensar os bancos centrais

15 de junho de 2010

Os bancos centrais podem nos salvar? Não, não completamente. Mas eles detêm uma parte da solução para a crise atual. Voltemos ao começo. Desde sempre, existem duas formas de o Estado obter dinheiro: cobrando impostos ou imprimindo moeda. De maneira geral, é preferível cobrar impostos. A impressão de cédulas é paga pela inflação, sobre a qual temos pouco controle das consequências distributivas (aqueles cuja renda não é tão bem reajustada quanto a dos outros acabam pagando a conta), o que desorganiza as trocas e a produção. Uma vez lançado, esse processo inflacionário é, além disso, difícil de ser detido e não traz nenhum outro benefício.

Nos anos 1970, a inflação atingia 10-15% por ano, e isso não impediu a estagnação econômica e o aumento do desemprego. Esse episódio duradouro de “estagflação” convenceu os governantes e as opiniões públicas de que os bancos centrais deveriam ser “independentes” do poder político, no sentido de que deveriam se contentar em fazer avançar lenta e regularmente a oferta monetária a fim de manter uma inflação baixa (1% ou 2%). Ninguém nunca propôs que os bancos centrais fossem privatizados (até 1936, o Banco da França era propriedade de acionistas privados). Na Europa e nos Estados Unidos, os bancos centrais permanecem sendo propriedade integral dos Estados, que estabelecem seus estatutos, nomeiam seus dirigentes e embolsam seus eventuais lucros. Simplesmente, os Estados deram aos bancos centrais um

mandato que se reduz a uma meta de inflação baixa. A era dos empréstimos maciços aos Estados, como ao setor privado, foi supostamente extinta. Os bancos centrais não deveriam nunca mais tentar intervir no funcionamento da economia real.

A crise financeira mundial de 2008-2010 despedaçou a concepção passiva dos bancos centrais advinda da estagflação dos anos 1970. Entre setembro e dezembro de 2008, após a falência do Lehman Brothers, os dois maiores bancos centrais do mundo dobraram de tamanho. Os ativos totais emprestados pelo Fed e pelo BCE passaram, *grosso modo*, de dez para vinte pontos do PIB americano e europeu. Em alguns meses, a fim de evitar as falências em cascata, quase 2 trilhões de euros de nova liquidez à taxa de 0% foram emprestados para os bancos privados, com prazos cada vez mais longos. Por que essa enorme operação de impressão notas não se traduziu em mais inflação? Sem dúvida porque a economia mundial está à beira de uma depressão deflacionária. Os bancos centrais permitiram evitar o bloqueio completo do crédito e o desmoronamento dos preços e da atividade econômica. Eles lembraram ao mundo seu papel insubstituível. Por fim, ninguém pagou o preço de sua intervenção: nem os consumidores, nem os contribuintes.

Ninguém pagou o preço, exceto que os Estados, ao mesmo tempo, acumularam déficits que agora devem ser liquidados. Os déficits não são consequência dos empréstimos feitos aos bancos (que permaneceram limitados, comparados àqueles concedidos pelos bancos centrais), mas da queda das receitas fiscais provocada pela recessão. Para aliviar o fardo, o Fed, e agora o BCE, começaram a recomprar os títulos de dívida pública, para emprestar, assim, diretamente aos Estados.

Mas a evolução ainda insipiente está sendo feita muito devagar. De forma visível, após várias décadas de difamação do poder público, achamos mais natural imprimir notas para salvar os bancos do que para salvar os Estados. O risco inflacionário é, no entanto, baixo nos dois casos e pode ser controlado. O BCE

poderia retomar sob sua tutela, a baixas taxas, uma boa parte dos cerca de vinte pontos do PIB de dívida pública criada pela recessão, ao mesmo tempo anunciando que aumentaria suas taxas se a inflação ultrapassasse os 5%. Isso não isentaria os Estados de controlar suas finanças públicas e, sobretudo, de se unir para enfim emitir uma dívida pública europeia comum e se beneficiar conjuntamente das taxas baixas. Mas, se todos seguirem políticas de austeridade drásticas, corremos um sério risco de desastre. As crises financeiras são consubstanciais ao capitalismo. Diante de crises mais graves, os bancos centrais constituem um instrumento insubstituível. Seu poder infinito de criação de moeda deve, por certo, ser seriamente limitado. Mas não fazer um uso pleno desse instrumento no contexto atual constituiria uma estratégia suicida e irracional.

Liliane Bettencourt paga impostos?

13 de julho de 2010

Para além da evidência do conflito de interesses com o poder vigente, o caso Bettencourt ilustra à perfeição vários desafios fundamentais que as sociedades contemporâneas precisam enfrentar: o envelhecimento da fortuna; a importância crescente da herança, evolução longa que põe em questão o ideal meritocrático; e, além de tudo isso, a iniquidade de nosso sistema fiscal. “As distinções sociais só podem se fundamentar na utilidade comum”, diz o artigo 1º da Declaração dos Direitos do Homem. É bastante claro que o fato de Liliane, uma octogenária, e sua filha Françoise, quinquagenária, controlarem o capital da L’Oréal e se sentarem no conselho de administração tem pouca utilidade para a economia e a sociedade francesas. Elas não são empreendedoras: são herdeiras, rentistas, sobretudo ocupadas em brigar o tempo todo. Um sistema fiscal racional, a saber, justo e eficaz, fundado sobre a utilidade comum, deveria em toda lógica taxá-las pesadamente, de modo que suas ações fossem aos poucos vendidas para os acionistas menos ricos e mais dinâmicos.

Mas é exatamente o contrário do que acontece agora. Liliane anunciou com orgulho ter pagado um total de “397 milhões de euros” de impostos de renda e sobre sua fortuna em dez anos. Sem se dar conta, nos revelou que sua taxa de tributação é bem inferior à dos trabalhadores da L’Oréal, e de todos aqueles que devem viver apenas do trabalho. De acordo com as revistas, sua fortuna é estimada em 15 bilhões de euros. Em dez anos, ela

então pagou o equivalente a 2,5% de seu patrimônio em impostos, ou seja, 0,25% por ano. Suponhamos que sua fortuna, administrada pela mulher do ministro, tenha gerado em média um retorno de 4% ao ano — o que não é nada extraordinário. Isso significa que a taxa de tributação média nos dez últimos anos foi de pouco mais de 6% de suas rendas anuais (6% de 4%, ou seja, 0,24%). Como isso é possível e como é que, em tais condições, Liliane Bettencourt pode ter se beneficiado do limite máximo fiscal? Simplesmente porque o conceito de renda fiscal utilizado pelo limite máximo fiscal não tem nada a ver com a renda econômica real. Por ideologia, e sem dúvida também por incompetência, o limite máximo fiscal instituído pelo poder vigente funciona de fato como uma máquina de subvenção dos rentistas. Suponhamos que Liliane declare 15 bilhões de euros a título de imposto sobre a fortuna. Em princípio, ela deveria pagar a cada ano quase 1,8% de sua fortuna do imposto sobre fortunas, ou seja, 270 milhões de euros em impostos. Com um retorno de 4%, sua fortuna deveria gerar para ela uma renda econômica real de 600 milhões de euros por ano. Mas Liliane não precisa de tanto dinheiro. Para pagar o mordomo, a empregada etc., bastaria distribuir 10 milhões de euros de dividendos anuais sobre os lucros da empresa Clymène, que administra sua fortuna (o resto se acumularia tranquilamente na empresa). Nesse caso, o fisco considera que sua renda fiscal é de 10 milhões (e não de 600). Com um imposto de renda de 40%, ou seja, 4 milhões, Liliane paga então um total de 274 milhões em impostos, nitidamente mais do que a metade de sua renda fiscal anual de 10 milhões. Que pecado, explicaram em coro os tenores do UMP: Liliane trabalha mais de seis meses por ano para o fisco! É verdade, Liliane trabalha duro. Ela deveria ter direito, assim, ao limite máximo fiscal, ou seja, um cheque de 269 milhões que, aproximadamente, lhe reembolsa seu ISF.

É assim que, dentro da legalidade, as Lilianes deste mundo podem pagar 5 milhões de impostos para os 600 milhões de

renda, ou seja, uma taxa de tributação inferior a 1%. O resultado é que, quanto maior o rentista, menos necessidade ele tem de se servir de uma renda fiscal significativa e maior é a devolução. Uma bela invenção, na verdade. No caso da sra. Bettencourt, ela recebeu um cheque de somente 30 milhões a título de limite máximo fiscal, sem dúvida porque seu patrimônio passível de ser tributado declarado ao ISF não ultrapassa 1 ou 2 bilhões — o resto de sua fortuna se beneficia dos nichos fiscais para bens “profissionais” ou são declarados por sua filha (ela mesma, sem dúvida, grande recebedora do limite máximo fiscal). Durmam tranquilas, está tudo sob o devido cuidado.

Aposentadorias: ansiamos por 2012!

14 de setembro de 2010

Como qualificar a “reforma” das aposentadorias defendida pelo governo? Trata-se de um medíocre exercício de remendos que não retifica em nada o equilíbrio financeiro de longo prazo. Comparado aos tapa-buracos anteriores (Balladur em 1993, Fillon em 2003), o cru Sarko de 2010 brilha também por seu cinismo e por sua injustiça.

O governo explora com mão pesada a complexidade dos sistemas de aposentadoria para dar crédito a comparações internacionais mentirosas, apoiado pelas mídias tão complacentes quanto incompetentes, e para fragilizar os mais frágeis. Na França, o cálculo das pensões depende de muitos parâmetros: a duração das contribuições exigida para uma aposentadoria em valor integral (41 anos); a idade mínima que permite o uso desses direitos (sessenta anos); e a idade que permite a aposentadoria com valor integral sem desconto por anos perdidos (65 anos). Ao decidir não mexer na duração ao apostar tudo em medidas de idade, o poder escolheu, por definição, pôr todo o peso do ajuste sobre aqueles que começaram a trabalhar cedo (passagem dos sessenta para os 62 anos) e sobre as carreiras precárias e incompletas (passagem de 65 para 67 anos).

Tomemos um assalariado que tenha começado a trabalhar aos dezoito anos. Atualmente, ele deve esperar os sessenta anos para ter uma aposentadoria integral, ou seja, 42 anos de contribuição. Com a reforma, ele deverá esperar até os 62, ou

seja, 44 anos de contribuição. Por outro lado, aqueles que, tendo a chance de estudar, começaram a trabalhar aos 21 anos ou mais, não serão atingidos em nada pela reforma — já que devem, de toda maneira, esperar pelos 62 anos para obter os 41 anos de contribuições e se beneficiar de uma aposentadoria integral. E as medidas para as carreiras longas repetidas pela propaganda do UMP não mudarão em nada essa realidade inexorável. Tais medidas só concernem aos que começaram a trabalhar antes dos dezessete anos e exigem um período de contribuições maior do que 41 anos. O que é ainda mais injusto, pois aqueles que começaram cedo exercem em geral trabalhos mais penosos e têm expectativa de vida mais curta. Técnica clássica: mergulhamos a cabeça do condenado na água, depois o deixamos respirar por alguns instantes para que ele diga “obrigado”. Não é surpreendente que o único sindicato a aprovar a reforma seja a Confederação Geral dos Executivos (CGC).

Porém, temos também uma boa novidade: os contornos de uma verdadeira reforma alternativa começam enfim a se desenhar. Diante dos repetidos remendos, os dois principais sindicatos (CFDT e CGT) apoiam desde agora a ideia de uma reformulação geral dos regimes de aposentadoria, a única estratégia que permite garantir um equilíbrio de longo prazo, para dar novamente confiança às gerações jovens e para sairmos bem da crise atual. Afinal, para além da complexidade das regras sobre as durações das contribuições e as idades, o sistema francês se caracteriza pela sobreposição de dezenas de regimes, o que torna impossível qualquer debate tranquilo sobre a participação da renda nacional que desejamos consagrar às aposentadorias.

Os pontos de vista necessitam, sem dúvida, se aproximar e ser mais precisos. A CFDT fala abertamente de “reforma sistêmica” visando unificar os regimes, enquanto a CGT menciona uma “casa comum de aposentadorias”. Garantias sólidas deverão ser dadas aos funcionários públicos, sobretudo em termos de

compensações salariais. Uma reestruturação social dessa magnitude não poderá, é claro, se fazer sem uma forte legitimidade democrática — portanto, por uma validação nas urnas em 2012. As organizações sindicais e políticas deverão trabalhar de maneira orquestrada em tal perspectiva. O PS já começou a se engajar nesse caminho, ao defender explicitamente a universalização do direito à aposentadoria e a criação de uma “comissão para a unificação dos regimes”.

Ainda há muito trabalho pela frente. Porém nada poderá ser realizado se as autoridades políticas não tomarem para si suas responsabilidades e se não se engajarem o mais rápido possível em objetivos precisos: não se improvisa esse tipo de reforma depois das eleições. Mas, de agora em diante, não é mais proibido ter esperanças.

Elementos para um debate tranquilo sobre o ISF

12 de outubro de 2010

O imposto sobre fortuna costuma suscitar ondas de agitação ideológicas e irracionais. A última registrada: cem deputados do UMP propõem, em plena crise das finanças públicas, eliminá-lo, privando-se assim de mais de 3 bilhões de euros em receitas fiscais. Antes de fazer um cheque de 3 bilhões para os 2% franceses mais ricos, enquanto todo mundo se pergunta como o Estado vai pagar as dívidas, é preciso pensar.

Pena que o debate se limite a tais caricaturas. A tributação direta do patrimônio, como elemento importante de um sistema fiscal justo e eficaz, desempenha um papel significativo em todos os países desenvolvidos, muitas vezes sob a forma de um imposto sobre fundos nitidamente mais pesado do que na França. O ISF ao estilo francês tenta tratar da mesma maneira todos os tipos de patrimônio, o que é mais eficaz, e lhes aplicar uma tabela progressiva, o que é mais justo. Esse imposto não deve, é claro, ser eliminado. Por outro lado, poderia ser modificado e melhorado, desde que um debate calmo enfim acontecesse. Tentemos contribuir para isto.

De acordo com o Insee e o Banco da França, as famílias francesas possuem hoje cerca de 9,2 trilhões de euros em patrimônios imobiliários e financeiros (deduzidas as dívidas). A fortuna dos franceses caiu levemente desde 2008, quando atingiu 9,5 trilhões, mas ainda representa cerca de seis anos de renda nacional, contra menos de quatro nos anos 1980 e menos

de três nos anos 1950. Jamais, desde a Belle Époque (1900-1910), os patrimônios estiveram tão saudáveis. Em comparação, os salários, as rendas e a produção crescem a um ritmo muito fraco há trinta anos, e é provável que permaneçam assim. Nesse contexto, não é absurdo que os patrimônios contribuam mais a fim de reduzir a carga fiscal que pesa sobre o trabalho — e não o contrário, como propuseram os deputados do UMP!

Sobre esses 9 trilhões de patrimônio detidos pelas famílias, cerca de 10% são realmente declarados a cada ano a título de ISF. Em princípio, todos os domicílios que possuem um patrimônio tributável superior a 790.000 euros, ou seja, um pouco mais de quinhentas mil famílias (2% da população), estão sujeitos à declaração de todos os seus ativos imobiliários e financeiros (deduzidas as dívidas). Na prática, muitas regras derogatórias fazem com que os patrimônios declarados ao ISF sejam nitidamente inferiores aos patrimônios econômicos reais: abatimento de 30% sobre a residência principal, vários nichos fiscais e, sobretudo, isenção dos bens ditos “profissionais”, particularmente consideráveis para as maiores fortunas — quer seu detentor exerça uma atividade profissional ou não. O exemplo é agora célebre: Liliane Bettencourt possui, segundo suas próprias declarações, um patrimônio real de 15 bilhões de euros, mas ao que tudo indica só declara 1 ou 2 bilhões a título de ISF dentro de toda legalidade, parece. Ao cruzar diferentes fontes, podemos estimar que o patrimônio real das pessoas tributáveis pelo ISF é da ordem de 2,5 trilhões de euros, ou seja, 30% do patrimônio total dos franceses.

Qualquer que seja o valor, o fato é que as receitas totais do ISF ultrapassam pouco mais de 0,3% dos 900 bilhões de patrimônio tributável. Achar que tal arrecadação mata o espírito empreendedor e ameaça o equilíbrio da economia do país não pode ser considerado uma opinião séria. Do mesmo modo que não é sério mencionar as mudanças de endereço maciças: as estatísticas reunidas por Gabriel Zucman mostram que os

patrimônios declarados ao ISF aumentaram ao longo dos anos 1990-2000 num ritmo extremamente elevado e pouco compatível com a hipótese de uma hemorrhagia da base fiscal. Enfim, não é correto que o ISF tenha se tornado um imposto sobre os pobres executivos parisienses que têm o azar de possuir seu próprio apartamento: os patrimônios tributáveis inferiores a 1,3 milhão de euros pagam hoje apenas 10% das receitas totais do ISF, contra cerca de 50% para os patrimônios superiores a 7,5 milhões.

No entanto, o ISF tem um defeito maior. Suas inúmeras regras derogatórias permitem às maiores fortunas pagar muito menos do que deveriam e, muitas vezes, declarar patrimônios sem nenhuma relação com os valores reais: é a síndrome de Bettencourt, que na verdade é muito mais generalizada. Uma boa reforma seria eliminar os nichos e estender a base. Isso contribuiria para diminuir o déficit e — se e quando o estado das finanças públicas permitisse — reduzir as taxas que recaem sobre os patrimônios menores.

Devemos ter medo do Fed?

9 de novembro de 2010

O novo plano de ação anunciado na semana passada pelo Federal Reserve americano suscitou muitas fantasias e confusão intelectual. Em primeiro lugar, é claro, nos meios hiper-republicanos, eternos inimigos do governo federal. Os partidários dos Tea Parties já até pediram a eliminação do Fed e o retorno do padrão-ouro! Mais assombroso: encontramos uma inquietude apenas um pouco mais comedida entre certos especialistas europeus em geral mais bem informados. De acordo com os mais extremados, o retorno da “impressora de notas” ameaçaria o equilíbrio mundial. No jornal *Le Monde* desse fim de semana, Pierre-Antoine Delhommiais foi até o ponto de interrogar sobre a sanidade mental do presidente do Fed, Ben Bernanke. Nossa... Tentemos ver com mais clareza. Vamos falar abertamente: o mundo hoje não está em nada ameaçado pelo retorno da inflação, atualmente inferior a 1% nos Estados Unidos e na Europa. O programa de compra de títulos do Tesouro anunciado pelo Fed soma no total 600 bilhões de dólares (431 bilhões de euros), ou seja, menos de 5% do PIB americano. A ideia de que tal criação monetária poderia nos empurrar para a hiperinflação não faz nenhum sentido. Isso geraria no máximo uma inflação de uns poucos por cento, o que na realidade seria excelente. O risco, hoje, é muito mais de uma longa estagflação deflacionária, agravada pelas políticas de austeridade orçamentária. Neste contexto, é perfeitamente legítimo que o Fed e o Banco Central Europeu emprestem dinheiro aos Estados, cujas finanças

públicas foram devastadas pela crise financeira e pela recessão. A ação dos bancos centrais permite reduzir as taxas de juros sobre os títulos de dívida pública e, assim, aliviar um pouco as pressões orçamentárias dos Estados, o que é sempre bom em tempos como este. Com isso, é possível também acabar com as especulações dos mercados, como pudemos ver um pouco no caso da crise grega. Os déficits públicos devem, é claro, ser reduzidos. Mas fazê-lo muito rapidamente, sem a ajuda dos bancos centrais, seria uma loucura. Apenas agravaria a recessão, indo, por fim, contra o objetivo inicial.

O estranho é que todo mundo defendia os bancos centrais há dois anos, quando se tratava de injetar dinheiro no setor financeiro privado, responsável, porém, pela crise mundial. Obviamente, muitas décadas de difamação sistemática do poder público deixaram marcas. E acabamos por esquecer que os bancos centrais não estão aí apenas para ficar olhando a vida passar. Em períodos de crise grave, eles desempenham um papel crucial de credor de última instância. Esse papel poderia muito bem tomar uma magnitude bem mais considerável nos próximos anos.

Felizmente, essa realidade começa a ser aceita na Europa. O conselho dos banqueiros centrais europeus, os quais não dá para acreditar que tratem a inflação com carinho excessivo, aprovou em massa a decisão do presidente do BCE, Jean-Claude Trichet, de manter sua política de compra de títulos da dívida pública. A voz dissidente, expressa por Axel Weber, presidente do Bundesbank, foi severamente criticada, inclusive na Alemanha. Assim, agora não é o momento de criticar o Fed: vamos precisar do BCE para fazer a mesma coisa nos meses e anos que estão por vir.

Se os bancos centrais detêm uma parte da solução para a crise atual, não podemos, porém, exagerar seu poder. Obviamente, nem eles nem ninguém mudarão o fato de que estamos num momento histórico no qual os países pobres estão

alcançando os países ricos. Quer dizer, um período no qual a Europa e os Estados Unidos estão crescendo a 1% ou 2% por ano, enquanto a China, a Índia e o Brasil crescem a 5% ou 10% ao ano. Isso, sem dúvida, continuará a ocorrer até que esses países tenham alcançado os países ricos — depois, é provável que todos cresçam de maneira relativamente lenta. Melhor seria se habituar à realidade inexorável, em vez de culpar o mundo inteiro.

O escândalo do resgate dos bancos irlandeses

7 de dezembro de 2010

A Irlanda foi, antes de tudo, um milagre — que se transformou em um desastre. E que está a um passo de se tornar um escândalo. É inacreditável que a União Europeia empreste hoje cerca de 90 bilhões de euros para salvar os bancos e as finanças públicas irlandesas sem exigir previamente um aumento do imposto sobre as empresas — hoje de 12,5%, mas que deveria ser de pelo menos 25-30%. Primeiro porque os bancos e outras empresas instaladas na Irlanda acabarão por recuperar seus lucros, graças ao plano de resgate europeu. O mínimo que nós poderíamos exigir é que os lucros fossem usados para contribuir de maneira significativa. Depois, e principalmente, porque as estratégias de desenvolvimento baseadas no *dumping* fiscal são fadadas ao fracasso e nocivas para os países vizinhos, assim como para aqueles que o praticam. Já é tempo de a UE tomar as rédeas e pôr um fim a isso em troca da estabilidade financeira que ela traz à zona como um todo — com a condição, é claro, de que ela realmente o faça.

Em todos os países europeus, as arrecadações obrigatórias representam pelo menos 30-40% do PIB e permitem financiar um nível elevado de infraestruturas, serviços públicos (escolas, hospitais) e proteções sociais (desemprego, aposentadoria). Se taxarmos os lucros das empresas em apenas 12,5%, nada disso funcionaria — salvo se taxássemos de maneira maciça o

trabalho, o que não é nem justo nem eficaz e contribui para criar uma elevada taxa de desemprego na Europa.

Falemos abertamente: deixar os países que se enriqueceram graças ao comércio intraeuropeu sugar a base fiscal de seus vizinhos não tem nada a ver com economia de mercado e com liberalismo. Isso se chama roubo. E emprestar dinheiro para pessoas que nos roubaram sem exigir nada em retorno para que esse roubo não se reproduza se chama burrice.

O pior é que o *dumping* é também nocivo para os países pequenos que o praticam. Certamente, cada país é considerado individualmente em uma engrenagem: como na corrida armamentista, os irlandeses têm interesse em manter um baixo imposto sobre as empresas, da mesma maneira que os poloneses, os estônios etc. É por isso que somente a União Europeia pode pôr um fim a esse ridículo jogo de soma zero. Podemos imaginar um IS totalmente europeu, ou um sistema dual com uma taxa mínima de 25% em cada país, completada por uma sobretaxa europeia de 10%. Isso permitiria à UE retomar sob sua tutela o sobrecrescimento da dívida pública criado pela crise e abrir às finanças públicas nacionais a possibilidade de recomeçar com o pé direito.

Tomar as rédeas é tão mais urgente porque o *dumping* contribuiu de maneira muito direta para a bolha irlandesa e para a crise atual. Em particular, o *dumping* levou a inúmeros jogos de escrituras contábeis artificiais que tornaram os balanços bancários e as contas nacionais da Irlanda totalmente incompreensíveis. Estes últimos estão hoje gravemente poluídos pelos enormes fluxos de *transfer pricing* (visando situar na Irlanda os lucros realizados por filiais baseadas em outros países europeus) sem que ninguém saiba seu teor exato. A obscuridade contábil tomou proporções ainda maiores do que as manipulações gregas sobre as despesas com armamento e os déficits públicos. Nos dois casos, cabe à Europa instituir a ordem.

Isso desde que não se confundam os instrumentos. A iniciativa Merkel-Sarkozy que consistia em dar a entender que certas dívidas públicas soberanas não seriam integralmente pagas (*haircut*) sem dúvida não foi uma boa ideia. Primeiro porque, se queremos que os bancos e os detentores de ativos financeiros paguem por seus erros, o que é bastante desejável, então é bem melhor ter um “*haircut* fiscal” (nós pagamos as dívidas, mas cobramos impostos sobre os lucros financeiros por meio de um IS europeu), do que um “*haircut* selvagem”, baseado na declaração de falência bancária do Estado, processo incerto no qual ninguém sabe bem quem, por fim, pagará as consequências. Em segundo lugar, e principalmente, porque essa estratégia dos países grandes torna a criar todo um conjunto de taxas de juros diferenciadas para as 27 dívidas soberanas europeias, o que apenas conduzirá à retomada da especulação. Isso leva ao questionamento até mesmo da moeda única e do interesse dos países pequenos em participar dela. É urgente que os dirigentes franceses e alemães se recomponham e tragam uma visão europeia enfim ambiciosa para sair da crise atual.

O falso debate das 35 horas

11 de janeiro de 2011

Vindo dos setores mais extremos do UMP, um estranho rumor se difundiu na França ao longo das últimas semanas. “As 35 horas custam ao Estado mais de 20 bilhões de euros por ano de alívio de encargos”, lê-se por aí, inclusive escrito sob a pena de jornalistas supostamente competentes e independentes.

O problema dessa informação é que ela é falsa. As reduções nas contribuições sociais para os salários baixos foram introduzidas pelo governo Balladur em 1993, depois reforçadas sob Juppé em 1996, bem antes das 35 horas. O objetivo era reduzir o custo do trabalho pouco qualificado. Sem dúvida, de 1982 a 2002, essas reduções foram — parcial e provisoriamente — condicionadas pela redução da jornada de trabalho: as empresas que assinavam acordos de “35 horas” antes de outras se beneficiavam de reduções maiores. Mas esse mecanismo de incentivo desapareceu em 2002, quando a jornada legal do trabalho passou para 35 horas para todos. O governo Raffarin implementou, então, “a redução Fillon” (usando o nome do ministro do Trabalho da época). O novo sistema de redução das contribuições sociais para os baixos salários, em vigor há quase dez anos (2002-2011), amplifica os dispositivos Balladur-Juppé em vigor entre 1993-1998 e é independente do tempo de trabalho. Atribuir hoje essas reduções às 35 horas, quando na verdade a medida foi implantada, ampliada e perenizada pelo governo de direita, é resultado de desinformação pura e simples.

A situação é ainda mais lamentável porque as reduções dos encargos impõem um verdadeiro problema e mereceriam um debate sobre os fundamentos, que poderia levar também a uma reforma da maneira de calcular as contribuições patronais. Reduzir o custo do trabalho não é legítimo: o financiamento da proteção social não deveria pesar de maneira excessiva sobre os salários, em particular sobre os baixos salários. O problema da redução Fillon é que ela cria armadilhas para os baixos salários.

Voltemos ao começo. A taxa global de contribuição patronal está atualmente em 45%, ou até 50% se incluirmos o conjunto das arrecadações baseadas nos salários. Em outras palavras, para um salário bruto de 2.000 euros por mês, um empregador paga perto de 1.000 euros de contribuição patronal, ou seja, um custo total do trabalho de 3.000 euros. Essas contribuições financiam, em parte, as aposentadorias e o seguro-desemprego e, em outra parte igual, as despesas sociais (seguro-saúde, assistência à família, pagamentos com transporte, moradia, formação etc.), beneficiando a todos e não tendo nenhuma razão de recair unicamente sobre os salários.

Com a redução Fillon, as contribuições patronais foram reduzidas pela metade para o nível do salário mínimo, mas voltam a subir rapidamente à taxa de 45% para 1,6 salário mínimo. Na prática, os empregadores que se aventurarem a aumentar os salários das pessoas pagas entre 1 Smic (1.350 euros brutos por mês, ou seja, 1.050 euros líquidos) e 1,6 Smic (2.100 euros brutos por mês, ou seja, 1.650 euros líquidos) enfrentarão grandes aumentos do custo total do trabalho — mais de duas vezes maiores do que o aumento do salário líquido. Mas quase metade da população ativa se encontra nessa faixa de remuneração!

Não existe, infelizmente, uma solução fácil que permita sair dessa situação. A eliminação pura e simples dessas reduções, com frequência apregoada pelos populistas de todas as frentes, não é uma opção: nenhum governo vai querer a responsabilidade

de aumentar maciçamente as arrecadações sobre os Smic. A transferência de contribuições patronais sobre a TVA (a famosa TVA dita “social”) é uma solução que, por mais que tenha vários adeptos tanto à direita quanto à esquerda, é também péssima, pois recai sobre o mais pobres, que consomem a quase totalidade de suas rendas. Em vez de pagar a conta nas folhas de pagamento, os salários modestos (e suas pequenas aposentadorias e auxílios) pagarão ao fazer compras. Daí a forte oposição popular à falsa boa ideia da TVA “social”.

Uma solução melhor seria estender progressivamente a base das contribuições patronais dos salários para o conjunto das rendas: rendas dos não assalariados, rendas do patrimônio, pensões. Essa “contribuição patronal generalizada” seria o equivalente da CSG criada há vinte anos pelo governo Rocard. Isso permitiria reduzir a taxa que recai sobre os salários, ao nivelar os efeitos perversos da armadilha para os baixos salários.

Para que tal reforma possa ver a luz do dia em 2012, será necessário que o debate público saia das ciladas ideológicas e controvérsias ultrapassadas sobre as 35 horas. Será preciso, é claro, reciclar nessa reforma os 5 bilhões de euros de redução de encargos sobre as horas extras criada em 2007. A medida é, sem dúvida, a mais burra dentre todos os nichos fiscais inventados em sequência na última eleição presidencial. Estranhamente, ela é, no entanto, a única na qual o poder em vigência parece se agarrar. Precisamos fazer ainda mais uma forcinha!

As quatro chaves da revolução fiscal

8 de fevereiro de 2011

Em menos de duas semanas, quase duzentas mil pessoas acessaram o site revolution-fiscale.fr e mais de 350 mil simulações de reformas fiscais foram realizadas. Mais de 350 mil vezes, os visitantes modificaram taxas e limiares de impostos e quiseram conhecer o impacto de sua reforma sobre o déficit orçamentário, as desigualdades entre grupos sociais etc. Isso demonstra o apetite dos cidadãos para um debate fiscal minucioso e recheado de números.

O problema é que as autoridades políticas costumam se ater a princípios gerais em matéria de impostos e não se comprometem com quase nada — daí a ausência de uma reforma estrutural depois das eleições e a acumulação de remendos e de nichos, característicos de nosso sistema fiscal. Assim, as autoridades socialistas fingem concordar com a ideia de fundir o imposto de renda e a contribuição social generalizada. Na verdade, ninguém diz por que e como tal fusão deveria se dar: a CSG individual e arrecadada na fonte deveria absorver o IR familiar e declarativo ou deveria ser justamente o contrário? Com Camille Landais e Emmanuel Saez, defendemos uma solução rigorosa: a CSG absorve o IR, mas com uma tabela progressiva. Essa é, para nós, a melhor maneira de evitar os contingenciamentos: o imposto de renda atual é tão carcomido pelos nichos fiscais e pela complexidade que não pode mais ser reformado — ele deve ser eliminado. Cada um é livre para propor uma solução

alternativa, com a condição que ela seja rigorosa e com valores numéricos.

O primeiro ponto é difícil de analisar: a retenção na fonte. As autoridades políticas que pretendem modernizar nosso regime fiscal e fundir o IR e a CSG sem se comprometer com a arrecadação na fonte não teriam nenhuma credibilidade aos nossos olhos. Nosso imposto de renda não gera mais do que 2,5% do PIB, ou seja, três ou quatro vezes menos do que em todos os outros países europeus (que praticam a retenção na fonte há décadas), quase duas vezes menos do que a CSG e quatro vezes menos do que a TVA e outros impostos sobre o consumo (todos arrecadados na fonte). Não vemos que o imposto está agonizando? Vamos esperar até que ele fique abaixo de 1% do PIB para nos rendermos aos fatos? Sem contar que as retenções na fonte simplificam a vida dos contribuintes e evitam os atrasos de pagamento. No sistema atual, os salários mínimos arrecadam primeiro um mês de salário sob a CSG, depois recebem um ano mais tarde meio mês de salário como bônus para o emprego. Isso é razoável?

Segundo ponto difícil: a individualização. O novo imposto fundido seria calculado com base no indivíduo (como a CSG) ou no casal (como o IR atual)? É preciso escolher — sem isso, a fusão será um simulacro. Apoiamos a individualização, que permitiria tirar do conflito político a questão das diferentes maneiras de se viver em privado e em família. As autoridades do PS estão divididas. François Hollande parece querer manter o quociente conjugal (casais casados ou em união estável tributados sobre duas partes). Mais audaciosas, Martine Aubry e Ségolène Royal parecem preferir a individualização, que favorece além disso a igualdade homem-mulher. Esperemos que as posições se tornem mais precisas e sejam deliberadas no momento das primárias, de modo que o candidato socialista tenha um projeto claro em 2012.

Terceiro ponto difícil: a política familiar. Propomos a substituição do quociente familiar por um sistema de crédito tributário igual para todos os filhos, qualquer que seja a renda dos pais. Com orçamento inalterado para a política familiar, 95% das famílias se beneficiarão de tal reforma, o que permitirá de fato criar assistências às famílias a partir do primeiro filho. Os 5% mais abastados sofrerão perdas imediatamente — mas, pelo menos, iam parar de querer abaixar o teto das assistências à família de que elas se beneficiam. Aqui ainda, muitos iam preferir o *status quo*. De toda forma, será necessário decidir.

Quarto ponto difícil: a tabela de tributos. Para a maioria dos franceses, o poder sarkozista se caracteriza em presentes fiscais para os ricos. Mas, se a direita conseguir fazer com que as pessoas acreditem que a oposição quer espancar a classe média, então os impostos fariam a esquerda perder. Uma única solução: uma completa transparência sobre a tabela. Propomos uma reforma com receitas constantes que reduzem o imposto sobre até 7.000 euros de renda bruta mensal individual e os aumentam — moderadamente — acima de 8.000 euros. Não pretendemos que a tabela seja perfeita, mas é uma base precisa para lançar o debate. Se a esquerda não adotar propostas com números, corre o grande risco de desperdiçar sua vitória anunciada.

Thomas Piketty acaba de publicar *Pour une révolution fiscale* [Por uma revolução fiscal], Éd. du Seuil (com Camille Landais e Emmanuel Saez).

Regular (enfim) as pesquisas eleitorais

8 de março de 2011

Resta pouco mais de um ano para o primeiro turno das eleições presidenciais. Todas as semanas, depois todos os dias, seremos mergulhados em pesquisas sobre intenções de voto. Cada feito e gesto dos candidatos será interpretado sob essa medida. O problema é que, apesar de seu terrível erro de 2002 (ninguém previu a eliminação de Jospin), as pesquisas não são reguladas como deveriam. À primeira vista, qualquer um pode publicar os números que quiser, sem divulgar as margens de erro, e menos ainda os “segredos de fabricação”.

A boa-nova é que, se os parlamentares se inteirassem do assunto, haveria tempo para fortalecer a lei sobre as pesquisas e a comissão que a acompanha. A primeira modificação que se impõe é obrigar os institutos de pesquisa e a imprensa a publicarem os intervalos de confiança e não somente a porcentagem por candidato.

Tomemos por exemplo o caso típico de uma pesquisa baseada na amostra inicial de mil pessoas, com uma taxa de resposta de 70% para a questão sobre as intenções de voto (ou seja, setecentas repostas utilizáveis). Imaginemos o caso mais favorável para os pesquisadores — e, infelizmente, muito otimista — de uma amostra que representa perfeitamente a população francesa, sem nenhum viés na taxa de resposta. Um cálculo estatístico elementar mostra que o intervalo de confiança associado a tal pesquisa seria da ordem de 4%.

Em outras palavras, se um candidato A obtivesse um resultado de 51% no segundo turno, então o intervalo de confiança seria igual a 49-53%. Isso significa que existe 90% de chance de que o “verdadeiro” resultado (ou seja, o resultado obtido se tivéssemos feito a pesquisa com toda a população) esteja dentro do intervalo 49-53%, e 10% de chance de que ele esteja fora desse intervalo. Por outro lado, para o candidato B que tenha obtido um resultado de 49% nas pesquisas, o intervalo de confiança é igual a 47-51%.

Na nova lei, os institutos e a imprensa seriam obrigados a publicar os dois intervalos, 49-53% e 47-51%, para os candidatos A e B (e não mais os valores de 51% e 49%). Cada pessoa poderia, assim, constatar que os intervalos se sobrepõem e, portanto, a pesquisa não nos pode afirmar nada com certeza. Isso vai muito além da crítica habitual de que as pesquisas são apenas uma “fotografia” da opinião em dado momento. O fato é que, mesmo se os eleitores não mudarem de ideia, a pesquisa não pode ser considerada confiável.

Publicar um intervalo de confiança para cada candidato seria duplamente interessante. Em primeiro lugar, perceberíamos que a maior parte das diferenças entre os candidatos não é estatisticamente significativa. Em particular, no caso de uma pesquisa como a publicada no fim de semana passado, colocando Marine Le Pen com 23% das intenções de voto, à frente de Martine Aubry e Nicolas Sarkozy, com 21% cada um, é provável que todos os intervalos de confiança se sobreponham — para esses três candidatos e também para todos os candidatos socialistas! Em outras palavras, tudo é possível e já passou da hora de se concentrar nas ideias e programas, em vez de ficar esperando que as pesquisas tomem o lugar do debate democrático.

O segundo interesse que emanaria de tal lei é que ela forçaria os institutos de pesquisa a tornarem públicos os métodos estatísticos detalhados que utilizam para ajustar os resultados

brutos. As técnicas de ajuste não são ilegítimas em si: se observarmos que as pessoas que declaram um voto na Frente Nacional (FN) aos pesquisadores são sistematicamente duas vezes menos numerosas do que os eleitores da FN no dia da votação, então pode ser justificado multiplicar por dois o resultado da FN bruto obtido nas pesquisas. O problema é que os coeficientes de ajuste variam muito com o tempo e de acordo com cada pesquisador, e os institutos teimam em não trazer a público o que eles consideram ser seu segredo de fabricação!

Tal charlatanismo não pode permanecer assim. Podemos, a rigor, aceitar o argumento de que publicar os dados brutos na mídia ao mesmo tempo que se divulgam os dados ajustados poderia ser fonte de confusão e que a exposição completa dos métodos de ajuste não pode ser feita em poucas linhas. Mas é preciso pelo menos obrigar os pesquisadores a disponibilizar na internet todos os detalhes dos dados brutos e dos métodos estatísticos utilizados. É, além disso, indispensável para que possamos publicamente verificar que o cálculo dos intervalos de confiança leva corretamente em conta todas as margens de erro. E é ainda mais importante que as técnicas de ajuste resultem num aumento significativo dos intervalos de confiança ditos mais acima.

Por fim, o efeito de tal lei seria incitar os pesquisadores e a imprensa a publicar menos pesquisas e, por conseguinte, aumentar sua confiabilidade. Por exemplo, ao fazer cinco meses de pesquisa, e ao multiplicar por cinco o tamanho das amostras utilizadas (de mil para cinco mil pessoas), as margens de erro seriam divididas por quase três. O debate público ganharia em qualidade e os pesquisadores, em credibilidade.

Japão: riqueza privada, dívidas públicas

5 de abril de 2011

Visto da Europa, existe uma realidade japonesa que não para de surpreender e de suscitar incompreensão. Como o Japão tem uma dívida pública superior a 200% do PIB (dois anos de produto interno bruto) sem que ninguém pareça se preocupar? A que realidade, a que escolhas políticas correspondem essa dívida colossal? Todos esses dados expressos em porcentagem do PIB ou em trilhões — que alimentamos cotidianamente — têm um sentido ou devemos simplesmente virar a página no momento em que eles aparecem?

Para tentar dar um sentido, o melhor é consultar as contas nacionais, que, na maior parte dos países, atualmente, discorrem sobre os estoques de ativos (imobiliários e financeiros) e de passivos (dívidas) detidos pela população (famílias, empresas, governo, restante do mundo), não exclusivamente sobre os fluxos de produção e de rendas.

Essas contas não são, claro, perfeitas. Por exemplo, em nível mundial, as posições financeiras líquidas são globalmente negativas, o que é logicamente impossível, exceto se supusermos que somos em média posse do planeta Marte. Com maior probabilidade, essa incoerência indica que uma parte considerável dos ativos financeiros detidos nos paraísos fiscais e pelos não residentes não é corretamente registrada como tal. Como mostrou Gabriel Zucman há pouco tempo, isso afeta sobretudo a posição líquida exterior da zona do euro, que é

provavelmente muito mais positiva do que sugerem as estatísticas oficiais. Os europeus afortunados têm todo o interesse em esconder uma parte de seus ativos, e a União Europeia não tem feito nada do que deveria — e que poderia — até o momento para dissuadi-los.

As imperfeições não devem, porém, nos desencorajar. Ao contrário: é ao examinar as contas nacionais que contribuiremos para melhorá-las. Como sempre em economia, é preciso aceitar o princípio de que partimos de baixo; é isso que torna a disciplina relativamente interessante e os progressos potencialmente consideráveis.

A recusa de contar contribui sempre para o jogo dos mais ricos — e da riqueza adquirida (sempre pronta a se defender), mais do que daquela em formação.

Voltemos ao caso japonês. A primeira coisa a observar, quando falamos de dívida pública, é que os patrimônios privados são sempre muito mais elevados do que as dívidas (privadas e públicas). No Japão, como na Europa ou nos Estados Unidos, as famílias detêm ativos imobiliários e financeiros (deduzidos das dívidas) da ordem de 500-600% do PIB. Tipicamente, em nossas sociedades ricas, a renda nacional é de cerca de 30.000 euros *per capita* e o patrimônio médio é da ordem de 180.000 euros *per capita*, ou seja, seis anos de renda.

A segunda coisa a se observar é que o governo japonês tem, certamente, dívidas brutas superiores a 200% do PIB, mas possui ativos não financeiros da ordem de 100% do PIB (imóveis, terrenos) e também ativos financeiros da ordem de 100% do PIB (participações em empresas públicas, bancos de poupança e instituições financeiras parapúblicas como caixa de depósitos). Os ativos e os passivos mais ou menos se equilibram.

Não é menos importante, porém, que a posição patrimonial líquida do setor público japonês tenha se tornado ligeiramente negativa nos últimos anos, o que, na verdade, é muito incomum: um governo não pode começar a vender tudo o que possui. A

título de comparação, as administrações públicas francesas e alemãs conservam uma posição claramente positiva, mesmo depois da crise. Na França, a dívida pública se aproxima de 100% do PIB, mas os ativos públicos (não financeiros e financeiros) chegam perto de 150% do PIB.

Essa particularidade nipônica é ainda mais chocante porque o Japão — setores público e privado em conjunto — tem uma posição líquida extremamente positiva *vis-à-vis* o resto do mundo. Ao longo dos últimos vinte anos, os japoneses acumularam o equivalente a cerca de um ano de renda em ativos exteriores líquidos. O desequilíbrio entre riqueza privada e dívida pública já era patente antes do tsunami. E só poderá ser resolvido ao se aumentar a pressão fiscal que recai sobre o setor privado japonês (apenas 30% do PIB). Os cataclismos recentes deveriam, é claro, acelerar a evolução, que foi retardada sem parar desde 1990, contribuindo para aproximar o Japão da Europa e para encarar as dificuldades que decorrem disso.

ISF: chega das mentiras do Estado

3 de maio de 2011

Quanto maior, mais o povo acredita. Parece ser essa a lógica do poder vigente. Primeira mentira: durante três anos, de 2007 a 2010, Nicolas Sarkozy justificou seu limite máximo fiscal ao fingir, em todos os canais de televisão, na frente de milhões de franceses, que existia um limite máximo na Alemanha, o que na realidade não existe.

Isso não durou muito: em 2010, o chefe do Estado anunciou a eliminação do limite máximo, mas inventou uma segunda mentira. “A França é o único país a ter um imposto sobre o patrimônio”, por isso é preciso eliminar ou reduzir severamente o ISF. Repetida sem parar em todas as mídias, essa mentira pura e simples acabou por convencer parte da opinião pública. Porém, ela é falsa: na realidade, em todos os países existem impostos sobre o patrimônio das famílias, especialmente sobre o patrimônio imobiliário, sob a forma de impostos territoriais e prediais, muito mais pesados do que o ISF. Na França, as famílias pagam em torno de 15 bilhões de euros em taxas territoriais e 4 bilhões de ISF. Se houvesse um regime fiscal como o americano ou britânico, os franceses deveriam pagar cerca de 25 bilhões de taxas territoriais (*property tax*).

A França teria assim um regime fiscal melhor? Não tenho certeza. Apesar de suas imperfeições, o ISF é um imposto ao mesmo tempo mais justo, mais eficaz e mais adaptado ao século XXI do que os velhos impostos territoriais herdados do século XIX. Em primeiro lugar, porque ele tenta tratar da mesma

maneira todos os tipos de patrimônio, imobiliário ou financeiro, o que minimiza as distorções econômicas. Com nichos demais, é verdade, mas mesmo assim melhor do que isentar em 100% o patrimônio financeiro, como fazem as taxas territoriais.

Em segundo lugar, o ISF permite a dedução de dívidas. Se você possui um apartamento de 1 milhão de euros, mas tem um empréstimo de 800.000 euros, então seu patrimônio tributável será de 200.000 euros e você nunca pagará o ISF. Por outro lado, pagará o mesmo imposto territorial que alguém que não tem nenhum empréstimo.

Por fim, o ISF se baseia em valores de mercado, que têm o mérito de ser os mesmos para todos. Na maioria dos países, os impostos territoriais recaem sobre valores cadastrais muito raramente revisados, o que gera desigualdades injustificáveis entre os contribuintes, de acordo com o município ou o bairro do imóvel. É, assim, por esse motivo que a Alemanha e a Espanha recentemente aboliram seu velho imposto progressivo sobre o patrimônio, que recaía sobre valores cadastrais completamente ultrapassados. Do ponto de vista histórico, como da técnica fiscal, os impostos não têm nada a ver com o ISF ao estilo francês, criado nos anos 1980-1990, numa época em que havíamos compreendido, por um lado, que a inflação sobre os preços de ativos era uma realidade permanente e, por outro, que um imposto sobre o patrimônio deveria se apoiar em valores de mercado revisados a cada ano. Nós ganharíamos se aproximássemos o imposto territorial do ISF, mais do que se eliminássemos esse último por ideologia pura.

Chegamos à terceira mentira. O governo quer dividir por mais de três as taxas de tributação para as fortunas mais elevadas: a taxa de 1,8%, aplicável para valores acima de 17 milhões de euros, passaria a 0,5%. Quem poderá acreditar que não se trata de um grande presente para os mais ricos? De acordo com nossas estimativas, disponíveis no site www.revolution-fiscale.fr, as receitas do ISF passariam, com a reforma proposta, de 4,1

bilhões de euros para 1,8 bilhão de euros. A perda seria, na verdade, ainda maior (3 bilhões), porque seria necessário nivelar os efeitos de limiar. Os cerca de 1.900 domicílios com patrimônio acima de 17 milhões de euros, que declaram em média 35 milhões de patrimônio tributável, veriam seu ISF cair em média 370.000 euros (cerca de 1% de seu patrimônio). Segundo as estatísticas publicadas por Bercy, eles se beneficiavam desde 2007 de um limite máximo fiscal médio de 210.000 euros, que seria eliminado. No total, a reforma em curso os faria ganhar, então, 160.000 euros adicionais por domicílio (e 370.000 euros em relação à situação prevalecente antes de 2007).

Não pretendemos que os cálculos sejam perfeitos. Mas, pelo menos, damos todos os detalhes no site, justamente para que qualquer pessoa possa verificá-los e melhorá-los, com toda a transparência. Não é o caso dos dados oficiais, que são extremamente confusos e incompletos (nenhum detalhe por faixa de tributação, por exemplo). François Baroin começou por anunciar que as receitas do novo ISF passariam para 2,8 bilhões de euros (*Le Monde* de 22 de abril), antes de dar uma estimativa de 2,3 bilhões alguns dias depois (*Les Échos* de 29 de abril). Mais um bocadinho e, daqui a uma semana, nossa estimativa de 1,8 bilhão de euros será oficialmente validada! Em todo caso, é razoável perder vários bilhões de receitas vindas do ISF quando os caixas estão vazios, quando os patrimônios estão firmes e fortes e quando as rendas estão estagnadas? Esperemos, pelo menos, que o governo publique dados claros e assuma sua política. Ou, melhor ainda, que ele deixe enfim os pesquisadores investigarem todos os documentos possíveis, de modo que o debate fiscal francês se baseie em análises e não mais em mentiras.

Uma reforma fiscal para revalorizar o trabalho

31 de maio de 2011

O que esperar da polêmica sobre o assistencialismo e a Renda de Solidariedade Ativa, “câncer da sociedade” segundo Wauquiez? Em primeiro lugar, que a corrida para escolher quem será o mais brutal e o mais direitista aconteça cada vez mais cedo no UMP. Depois de Sarkozy, depois de Copé, eis um novo postulante, prestes a fazer de tudo para ter uma pequena notoriedade, que repousará nos ombros mais frágeis. E, em segundo lugar, e ainda mais grave, que o poder vigente é, de toda forma, de uma insolência inacreditável. Porque, para lutar contra o assistencialismo, seria necessário consagrar todas as margens orçamentárias disponíveis — e elas não são grandes — para revalorizar o poder de compra dos trabalhadores modestos e médios.

Se levarmos em consideração o conjunto das arrecadações obrigatórias, incluindo a CSG, a TVA e outros impostos sobre o consumo (combustível etc.), as contribuições e tributos diversos sobre os salários etc., então constataríamos que as pessoas ganhando entre um e dois salários mínimos pagam uma taxa global de tributação de 40% a 50% dentro do sistema fiscal atual, enquanto os mais ricos ficam entre 30-35%. Se desejarmos verdadeiramente revalorizar o trabalho, com ações e não somente com palavras, existe apenas uma solução: é preciso fazer de tudo para reduzir as taxas de tributação que recaem sobre as rendas baixas e médias.

Em vez disso, o governo multiplica desde 2007 os presentes fiscais em benefício dos mais abastados. Enquanto os caixas públicos estão vazios, ele se apressa em escrever um cheque de muitos bilhões de euros aos contribuintes do ISF e a dividir por quase quatro o imposto sobre a fortuna dos mais ricos (a taxa aplicável para valores acima de 17 milhões de euros de patrimônio passaria de 1,8% para 0,5%!). Essas decisões só aumentam a injustiça e a regressividade de um sistema que já é muito regressivo, como vem a confirmar o Conselho das Arrecadações Obrigatórias, órgãos pouco, ou nada, revolucionário. E a conta cairá inevitavelmente sobre os mais humildes, porque é preciso pagar as dívidas.

Que a direita pretenda defender o mundo do trabalho ao conduzir tal política de classe ultrapassa o entendimento. A esquerda pode e deve mostrar ao país que possui mais credibilidade para revalorizar o trabalho e o poder de compra dos assalariados modestos e médios. É ainda mais urgente porque, sendo nosso sistema fiscal tão complexo e ineficaz em seu funcionamento quanto injusto em sua redistribuição, um questionamento conjunto se impõe. Depois de ter pagado 8% de seu salário a cada mês a título da CSG (ou seja, um mês de salário no fim do ano), os salários mais modestos recebem com um ano de atraso um cheque a título de bônus para o emprego, que representa, em geral, entre meio mês e três quartos de mês de salário! Esse sistema absurdo abrange a cada ano em torno de oito milhões de trabalhadores humildes.

Ao fundir a CSG, o imposto de renda e o bônus para o emprego em um imposto único, individualizado, pago por todos e arrecadado na fonte, poderíamos arrecadar somente 2% dos Smic (e não mais 8%), de modo que os salários líquidos aumentariam muito, cerca de 100 euros por mês. Como isso é muito melhor do que receber um cheque, seria assim de fato possível revalorizar o trabalho, ao contrário das falsas promessas da direita ostentadora. Tal objetivo merece compromissos, então

aqueles que se opõem a essa “revolução fiscal” sem propor soluções alternativas que permitam revisar o bônus para o emprego deveriam pensar duas vezes sobre o assunto.

A esquerda pode e deve voltar ao campo das classes populares da justiça social e do regime fiscal. Mas, para isso, será preciso formular, por fim, propostas precisas baseadas em dados. A esquerda esteve por dez anos no poder ao longo dos últimos 25 anos (1988-1993 e 1997-2002). Quando na oposição, ela denunciou a cada vez as reduções do imposto de renda da direita. Nem uma vez sequer ela voltou ao assunto no poder. Ela nunca empreendeu uma reforma profunda do imposto de renda. Alguns até mesmo cederam à moda de difamar o ISF e de imaginar seu desmantelamento.

Hoje é necessário mais do que vagas promessas de reforma fiscal para ganhar novamente a confiança das classes populares, que muitas vezes tiveram a sensação, nos últimos anos, de que seus interesses econômicos e sociais estavam mais bem defendidos pela extrema direita do que pelos socialistas. Esperemos que as primárias permitam trazer respostas claras e convincentes.

Grécia: por um imposto bancário europeu

28 de junho de 2011

A Alemanha tem razão de querer o pagamento de uma parte do custo do desastre atual aos bancos e outras instituições financeiras que emprestaram para a Grécia, por vezes a taxas muito elevadas. Simplesmente, é preciso que isso seja feito de maneira ordenada, justa e controlada, por intermédio de um imposto europeu específico sobre os bancos, não por uma moratória parcial do Estado grego.

Qual é a diferença? Isso muda tudo. O problema da moratória é seu ponto cego, imprevisível em suas consequências. Começamos por reduzir o valor de todos os títulos gregos a uma dada porcentagem, por exemplo 50%: aqueles que emprestaram 100 receberão apenas 50 (desconto ou “*haircut*” de 50%, seguindo a expressão em uso). Mas, como os bancos passaram a batata quente milhares de vezes, diversas vezes com muitos contratos de seguro ligados uns aos outros (especialmente os famosos CDS, *Credit Default Swap*, instrumentos que permitem *in fine* jogar na loteria sobre a probabilidade de uma moratória grega), e como os atores às vezes possuem a dívida grega sem o saber (por exemplo, muitos pacotes de dívidas europeias foram empurrados aos poupadores em seus contratos de seguro de vida nesses últimos anos e poucos leram o anexo do contrato), ninguém sabe quem pagará a conta no fim. Não existe nenhuma razão para acreditar que a divisão do esforço será justa: em matéria financeira, os maiores agentes estão geralmente mais

bem informados e se livram dos produtos tóxicos a tempo. E, sobretudo, existem motivos para pensar que os efeitos em cascata sobre os balanços bancários produzirão movimentos de pânico no sistema financeiro europeu, ou seja, falências em efeito dominó. Ainda mais se os mercados se puserem a antecipar que uma mesma estratégia de moratória e de “*haircut* selvagem” se aplicaria à dívida de outros países em dificuldade.

As grandes instituições financeiras, que parecem tão poderosas, são na realidade extremamente frágeis: elas não possuem praticamente nada. Seus balanços mostram ativos e passivos colossais (1 trilhão de euros para um banco médio, ou seja, 500% do PIB grego), com fundos próprios geralmente muito pequenos (uns 10 bilhões de euros). Uma moratória grega poderia causar deflagrações terríveis.

A França e o BCE têm, então, razão de não querer a moratória. Mas a solução francesa baseada na contribuição puramente voluntária dos bancos é equivocada. De maneira sucinta, a ideia é telefonar para os amigos banqueiros para lhes pedir com gentileza que detenham por um tempo maior do que o previsto a dívida grega e renovem os empréstimos. A moeda de troca não foi especificada. Não resolveremos os problemas europeus assim. A França deveria, ao contrário, se apoiar sobre a forte e legítima vontade alemã de “forçar os bancos a pagarem” para negociar a criação de um verdadeiro imposto ou contribuição bancária europeia que permita ao setor financeiro fazer parte da reestruturação em curso.

A grande vantagem de um *haircut* “fiscal” em comparação com um *haircut* “selvagem” é que podemos calibrar a base e a taxa de contribuição, de maneira a forçar ao pagamento somente os bancos que tenham meios, evitando o pânico geral. E tal imposto poderia ser o embrião, modesto mas real, de um futuro regime fiscal europeu: é em período de crise e para responder a necessidades específicas que criamos impostos. Mesmo que isso não seja dito de maneira tão explícita, é nessa direção que

vai a proposta do BCE de criação de um verdadeiro Ministério das Finanças europeu (podemos ter um ministro das Finanças sem imposto?).

Concretamente, esse imposto se pareceria com o quê? Se calculássemos a contribuição em porcentagem de ativos gregos detidos por diferentes instituições financeiras, então o imposto seria, por definição, exatamente equivalente à moratória e produziria os mesmos efeitos nefastos. Certos bancos que detêm muitos ativos gregos mas pouca liquidez poderiam entrar no vermelho. Ao contrário, para garantir que somente os bancos que tenham meios contribuam, poderíamos decidir que o imposto se baseie unicamente sobre os lucros. A contribuição bancária seria então um adicional europeu do imposto sobre os lucros e o potencial começo de um verdadeiro imposto europeu para as empresas. Podemos imaginar uma solução intermediária que se apoie em parte nessas duas bases. Ou então uma base que se apoie em fundos próprios de cada banco, o que teria muitas vantagens para a regulação financeira e prudencial. Mas, de toda forma, é um debate europeu que precisa acontecer agora.

Aubry-Hollande: mais uma forcinha!

6 de setembro de 2011

Para que a primária socialista seja útil, precisamos saber o que os candidatos propõem e o que os distingue. Por ora, estamos longe disso, mesmo se certas diferenças começam a aparecer entre os dois principais candidatos.

Por exemplo, Martine Aubry insiste que é mais contrária ao acúmulo de mandatos. Trata-se de uma questão-chave, ao mesmo tempo para a renovação da democracia francesa e de seus eleitos e para restabelecer o equilíbrio entre os poderes legislativo e executivo. Entretanto, para que os parlamentares façam enfim seu trabalho em tempo integral e parem de se comportar como paus-mandados do governo, é indispensável lhes impor um mandato único. Em particular, proibir a acumulação de mandatos com o de prefeito ou presidente de conselho geral ou regional. Contrariamente a Martine Aubry, François Hollande não parece estar pronto ainda para impor tal regra aos notáveis socialistas. Esperemos que ele se arrisque a fazê-lo um dia.

Outra diferença: o famoso “contrato de geração” proposto por Hollande. Todo empregador que mantivesse um sênior na empresa e contratasse um jovem obteria uma isenção completa das contribuições sociais sobre os dois empregos durante três anos. Aqui nós também somos tentados a dar razão a Aubry, que criticou abertamente esse dispositivo, que se assemelha a um novo nicho fiscal, num sistema que já está cheio deles. Medidas de isenção social similares, ligadas à idade do assalariado, já

foram aplicadas muitas vezes com, a cada vez, enormes efeitos de inércia e uma eficiência muito baixa. Sem contar que o custo do dispositivo é considerável: entre 8 e 11 bilhões de euros (os dados difundidos pela equipe de Hollande variam, sem dúvida a proposta ainda pode evoluir). Não podemos esquecer que a catastrófica isenção das horas extras, implementada por Sarkozy em 2007 e que todas as pessoas da esquerda querem eliminar, custou “somente” 4,5 bilhões de euros. No contexto orçamentário atual, substituir os nichos da direita por nichos da esquerda ainda mais custosos não parece ser uma boa ideia.

Dito isso, Martine Aubry insiste muito em outra medida, também muito custosa, mas não mais eficaz: reduzir em até 20% a taxa de imposto sobre o lucro das empresas que as firmas reinvestem (atualmente 33%). É a falsa boa ideia por excelência.

Em primeiro lugar, porque é quase impossível na prática distinguir entre investimentos produtivos e financeiros (que servem frequentemente para alimentar as famílias com ganhos de capital, menos tributados do que os dividendos). Tais medidas foram testadas no passado, inclusive na França, sem nunca gerar resultados convincentes.

Depois, porque a prioridade absoluta hoje é restabelecer em um nível correto as receitas de impostos sobre as empresas (que durante a crise literalmente desmoronaram, passando de 50 para 20 bilhões de euros) e certamente não corroer esse imposto mais uma vez.

E, por fim, porque o grande desafio dos próximos anos é a implementação de um verdadeiro imposto europeu sobre as empresas, com uma base unificada e regras de tributação comuns para todas as empresas instaladas na União Europeia. Em tal contexto, seria no mínimo estranho que a França decidisse unilateralmente por uma taxa hiper-reduzida sobre os lucros reinvestidos. Não seria fácil criticar, em seguida, o *dumping* fiscal da Irlanda!

É ainda mais lastimável porque Martine Aubry parece querer adiar para depois de 2012 a grande reforma fiscal com a qual os socialistas parecem estar todos de acordo (fusão IR-CSG para implementar um grande imposto progressivo sobre a renda), mas que na verdade permanece bastante nebulosa no estágio atual. François Hollande menciona muito o assunto, mas ainda não disse como irá fazer para realizar tal reforma. Os dois candidatos prometeram dar mais informações no fim das férias. O primeiro turno da primária socialista acontecerá em 9 de outubro. Terá chegado o momento de nos jogarmos na água?

Quando Bercy manipula a imprensa

27 de setembro de 2011

Então os ricos não pagam menos impostos do que os outros? De toda forma, é o que foi dito com orgulho no jornal *Les Échos* em sua edição de 19 de setembro. A boa-nova é atribuída a um muito oportuno “estudo de Bercy”. Infelizmente, não é possível encontrá-lo na internet. Intrigado, tentei contatar a jornalista para obter o estudo em questão. Impossível, respondeu ela, é uma nota confidencial, prometi não divulgá-la! Ao insistir, terminei entendendo que se resume a alguns dados enfumaçados, que rapidamente mostram que eles não comprovam em nada o que o artigo diz.

O que pretende, de fato, a nota de Bercy? Que, a partir dos últimos documentos fiscais disponíveis, a taxa efetiva de tributação teria parado de cair no topo da pirâmide das rendas. Para os cem mil contribuintes mais ricos, a taxa de tributação, “definida como a relação entre o imposto de renda e a renda tributável pela tabela”, estaria estável em torno de 30%, e até levemente progressiva (31,4% para os dez mil mais ricos, 32,5% para os cem mais ricos). O problema é que essas ditas taxas efetivas foram calculadas em porcentagem da renda tributável, não da renda econômica real. Contudo, o pecado capital de nosso sistema fiscal é justamente que a razão entre a renda tributável e a renda real caiu brutalmente no topo da distribuição das rendas, porque a maior parte das rendas do patrimônio não está inserida no regime fiscal. Na prática, o imposto sobre a renda dos mais ricos talvez seja de 30% de sua renda tributável,

mas isso representa menos de 15% de sua renda real. Por um motivo simples: a totalidade das rendas financeiras (dividendos e juros) submetida à tabela progressiva do imposto sobre a renda e incluída na renda tributável representa menos de 20 bilhões de euros, contra mais de 40 bilhões se incluirmos as rendas submetidas à retenção na fonte e os ganhos de capital. E mais de 80 bilhões se considerarmos o conjunto das rendas financeiras submetidas à CSG (base duas vezes inferior às contas nacionais, mas que mesmo assim tem o mérito de ser quatro vezes maior do que a renda financeira tributável pela tabela). Todos os detalhes estão disponíveis no site revolution-fiscale.fr.¹

Se não tentarmos corrigir esse viés e se nos limitarmos ao estudo da renda tributável, teremos evidentemente pouca chance de revelar a regressividade de nosso sistema fiscal. Que, aliás, só se agravou com a recente redução do imposto sobre a fortuna (ISF). Tudo isso não pode ser considerado sério de um ponto de vista metodológico. E não é normal que uma maquiagem tão grosseira não tenha sido desmascarada pelos jornalistas do *Les Échos*.

Várias lições são urgentes. Em primeiro lugar, não é fácil promover um debate fiscal moderno e transparente se certos jornalistas escolhem se basear em pequenas notas confidenciais desse tipo, sem nada verificar, sem dar um telefonema sequer. Com Camille Landais e Emmanuel Saez, fizemos um grande esforço para disponibilizar na internet dados e programas extremamente detalhados que permitissem esclarecer de forma completa o sistema fiscal francês. Com Facundo Alvaredo, Anthony Atkinson e dezenas de outros pesquisadores, nós também exploramos de maneira sistemática os registros fiscais de 23 países durante um século. Os dados desse World Top Incomes Database, também disponíveis na internet, reúnem as séries internacionais mais completas disponíveis hoje sobre a

evolução histórica das desigualdades e são referência no mundo todo.

Não pretendemos que esses dados sejam perfeitos, e cada um é livre para compartilhar ou não as preconizações de reforma fiscal que concluímos que deveria ser feita. Mas os dados pelo menos são publicamente acessíveis, verificáveis em seus mínimos detalhes, justamente para que cada um possa, dependendo do caso, melhorá-los. Com a condição de que todos se empenhem no mesmo esforço de transparência e de rigor. E, se o governo tem novos registros fiscais, oportunamente tornados anônimos, o que não impõe nenhum problema técnico, eles devem ser publicados, para que os pesquisadores possam estudá-los abertamente.

Esse caso se refere também a uma questão maior, que é a do financiamento e da independência da imprensa. Em 2007, os jornalistas do *Les Échos* tentaram, sem sucesso, se opor à compra de seu jornal pelo grupo LVMH, de Bernard Arnault. Eles se preocuparam, e com razão, com as consequências para sua independência e criaram uma longa petição, assinada por muitos pesquisadores. Em vão: o primeiro jornal econômico francês é desde 2007 propriedade da maior fortuna da França, aliás, amigo íntimo do presidente da República. Não sei se isso explica o viés cada vez mais evidente do jornal a favor das teses defendidas pelo poder vigente. Em alguns dias, temos a impressão de estarmos lendo *Le Figaro*, propriedade de Serge Dassault, senador pelo UMP, que quase o transformou no jornal oficial do governo. Ou então, mais sorratamente, os jornalistas do *Les Échos* se contentaram em se comprometer com os interesses financeiros de seus leitores, eles mesmos cada vez mais desconectados do mundo dos mortais? Qualquer que seja a evolução, deplorada por muitos jornalistas dentro dessa mesma imprensa, ela é preocupante para a democracia.

Pobre como Jobs

25 de outubro de 2011

Todos amam Steve Jobs. Ainda mais do que Bill Gates, ele se tornou o símbolo do empreendedor simpático e da fortuna merecida. Afinal, se o fundador da Microsoft prosperou graças ao seu quase monopólio efetivo sobre os sistemas operacionais (foi necessário, mesmo assim, inventar o Windows), o criador da Apple multiplicou as inovações (iMac, iPod, iPhone, iPad etc.), revolucionando ao mesmo tempo os usos e o design da informática. Certamente, ninguém sabe muito bem quanto contribuíram em trabalho os gênios individuais e os milhares de engenheiros cujos nomes esquecemos (sem falar nos pesquisadores em eletrônica e informática fundamental, sem os quais nenhuma dessas inovações teriam sido possíveis, mas que não patentearam seus artigos científicos). Assim, cada país, cada governo, tanto de direita quanto de esquerda, pode apenas desejar que tais empreendedores venham à tona.

Dentro da ordem simbólica, Jobs e Gates encarnam também a figura do rico merecedor, muito tranquilizadora nos tempos de hoje. Nós quase chegaríamos a concluir que suas fortunas (8 bilhões de dólares para Jobs, 50 bilhões para Gates, segundo a classificação da revista *Forbes*) são exatamente o que elas deveriam ser num mundo ideal e que decididamente tudo vai bem no melhor dos mundos. Infelizmente, a fortuna não é apenas uma questão de mérito e, antes de se abandonar ao sentimento de beatitude, é bom olhar as coisas com mais atenção.

Primeira suspeita: Jobs, o inovador, é seis vezes mais pobre do que Gates, o rentista do Windows, prova talvez de que a política da concorrência ainda precise progredir.

Mais irritante ainda: apesar das invenções geniais, vendidas às dezenas de milhões de exemplares no mundo, apesar da explosão da Apple nos últimos anos, Jobs possui apenas 8 bilhões de dólares, ou seja, três vezes menos do que nossa Liliane (25 bilhões, e contando), que, nunca tendo trabalhado, contentou-se em herdar sua fortuna. Nas classificações da *Forbes* (que no entanto fazem de tudo para minimizar a herança, tanto pelos seus métodos quanto pelos discursos que os envolvem), encontramos dezenas de herdeiros mais ricos do que Jobs.

O que é ainda mais perturbador: além de certo nível, as fortunas herdadas crescem em ritmos muito mais rápidos (e explosivos) do que a dos empreendedores. Entre 1990 e 2010, a fortuna de Bill Gates passou de 4 bilhões a 50 bilhões de dólares, e a de Liliane Bettencourt de 2 bilhões para 25 bilhões. Isso corresponde nos dois casos a uma progressão anual média de mais de 13% (ou seja, um retorno real da ordem de 10-11%, se retirarmos a inflação). Esse exemplo extremo revela um fenômeno mais geral. Para os simples mortais, o retorno real médio do patrimônio não ultrapassa 3-4%, até mesmo menos para os patrimônios realmente pequenos (a caderneta de poupança A está atualmente em 2,25%, ou seja, menos do que 0,5% acima da inflação). Mas os patrimônios maiores, que podem se permitir assumir mais riscos e pagar aos gestores de fundos, obtêm retornos reais médios nitidamente mais elevados, da ordem de 7-8%, até mais de 10% para as maiores fortunas — a despeito de qualquer atividade profissional ou talento ou mérito particular do detentor do diploma. Em suma: dinheiro chama dinheiro, ponto final.

Encontramos também a mesma realidade para os fundos soberanos ou os fundos de dotação universitária. Entre 1980 e

2010, as universidades norte-americanas que tinham menos de 100 milhões de dólares de dotação obtiveram um retorno real médio de “somente” 5,6% por ano (deduzido de inflação e de todas as despesas de gestão, o que não é nada mal), contra 6,5% para as dotações entre 100 e 500 milhões, 7,2% para aquelas entre 500 milhões e 1 bilhão, 8,3% acima de 1 bilhão e perto de 10% para as três estrelas Harvard, Princeton e Yale (que passaram de alguns bilhões de dotação nos anos 1980 para muitas dezenas cada uma em 2010, como Bill e Liliane).

O mecanismo é simples, mas sua magnitude é perturbadora: se prolongarmos tais tendências, chegaremos a divergências maiores na distribuição dos patrimônios e, assim, do poder econômico. Para regular essa dinâmica potencialmente explosiva, o bom instrumento seria um imposto progressivo sobre a fortuna em escala mundial, com taxas moderadas para as pequenas fortunas, a fim de favorecer os futuros empreendedores, e taxas muito mais elevadas para as grandes fortunas que se reproduzem sozinhas. Obviamente, estamos longe disso.

Repensar (depressa) o projeto europeu

22 de novembro de 2011

Digamos logo: o calamitoso diretório Sarkozy-Merkel está a ponto de explodir a construção europeia. Há dois anos os dois anunciam a cada mês o cúmulo da última oportunidade e soluções duradouras que são imediatamente desmentidas pelos fatos algumas semanas depois. No dia 27 de outubro, chegamos ao ponto de pedir à China e ao Brasil que nos prestassem dinheiro para nos ajudar a sair da crise da zona do euro... O pedido patético de ajuda ficará sem dúvida como o cúmulo de incompetência econômica e de impotência política do quinquenário Sarkozy, pela simples razão de que, estando na zona econômica mais rica do mundo, não faz o menor sentido pedir ajuda a países mais pobres do que nós...

De fato, o PIB da UE ultrapassa os 12 trilhões de euros (9 trilhões para a zona do euro), contra 4 trilhões para a China e 1,5 trilhão para o Brasil. Mais importante, as famílias da UE possuem um patrimônio total de mais de 50 trilhões de euros (dos quais mais de 25 trilhões são ativos financeiros); ou seja, vinte vezes mais do que as reservas chinesas (2,5 trilhões de euros), cinco vezes mais do que a totalidade das dívidas soberanas europeias (10 trilhões). Nós temos os meios para resolvermos sozinhos nossos problemas de finanças públicas — desde que a Europa pare de se comportar como um anão político e uma peneira fiscal.

A situação é ainda mais grave. Hoje a Europa é menos endividada do que o Reino Unido, os Estados Unidos e o Japão

e, no entanto, somos nós que estamos enfrentando uma crise de dívida soberana. A França, assim, paga uma taxa de juros de quase 4%, talvez 5%, 6% ou mesmo mais nos próximos meses, enquanto esses três países emprestam a somente 2%. Por quê? Porque nós somos os únicos a ter um banco central que não foi endossado por uma autoridade política e um governo econômico, de modo que ele não pode desempenhar plenamente seu papel de credor de última instância e acalmar os mercados. Com uma dívida inferior àquela dos britânicos, estamos pagando uma massa de juros da dívida bem superior... A Europa deveria existir para nos proteger, não para nos tornar mais vulneráveis e agravar nossos problemas orçamentários!

Então, o que fazer? É urgente estabelecer um novo tratado que permita aos países interessados (a começar pela França e pela Alemanha) compartilhar suas dívidas públicas e, em contrapartida, submeter suas decisões orçamentárias a uma autoridade política federal forte e legítima. Qual deveria ser essa autoridade política federal? Esse é o cerne da questão e deve ser debatido urgentemente.

A certeza é que é preciso sair da lógica intergovernamental e dos pequenos conselhos entre chefes de Estado. Ao contrário do que nos quiseram fazer crer no momento do debate sobre o defunto TCE, o Conselho dos Chefes de Estado não será jamais a Câmara Alta da Europa. Delegar o poder orçamentário aos juízes da Corte de Justiça Europeia não faria o menor sentido. Dar o poder ao atual Parlamento Europeu é uma solução tentadora (é a única instituição europeia realmente democrática), porém, por um lado, seus 750 deputados não exerceram até o momento nenhuma responsabilidade financeira real e, por outro, esses mesmos deputados são advindos dos 27 Estados membros da UE, e não somente da zona do euro.

Uma solução, cada vez mais mencionada, consistiria em criar uma nova Câmara, reagrupando assim os deputados vindo de comissões de finanças e de pautas sociais dos parlamentos

nacionais. Esse “Senado europeu” teria o controle sobre a Agência Europeia da dívida e fixaria a cada ano os montantes de empréstimos autorizados. Ele teria a vantagem de ao mesmo tempo ser mais rigoroso do que o Parlamento Europeu e reunir as pessoas que assumiriam politicamente as consequências de suas decisões em cada país em questão.

Talvez seja uma boa solução. Nesse caso, é preciso apresentar logo um projeto minucioso, com composição detalhada, número e designação dos membros, procedimento de voto etc. De toda forma, é essencial encontrar uma solução que permita começar o mais depressa possível seu funcionamento com os poucos países que a desejem, prevendo ao mesmo tempo a entrada progressiva de todos aqueles que queiram se reunir a esse núcleo duro federal para se beneficiar de uma dívida europeia mutualizada.

É preciso parar de imaginar que são os alemães que freiam tudo. Na realidade, a Alemanha, que tem consciência de que ela também é muito pequena para regular o capitalismo mundial, é mais avançada do que a França em sua reflexão sobre o indispensável salto federal. Os “sábios” alemães (colégio de economistas que aconselham a chancelaria, pouco reputados por seus pendores revolucionários) propuseram no dia 9 de novembro que toda a dívida superior a 60% do PIB seja mutualizada para a Europa, inclusive, é claro, a alemã. E foi a CDU que adotou, no dia 14 de novembro, o princípio de uma eleição com sufrágio universal do presidente da Comissão Europeia (numa demonstração de desprezo evidente ao presidente francês). Na negociação em curso, tudo leva a crer que Sarkozy é quem se enrola numa lógica intergovernamental pura, recusando-se a ceder qualquer milímetro de seu poder. Resta esperar que, diante da gravidade da situação, ele decida enfim tomar as decisões corretas.

Protecionismo: uma arma útil... na falta de coisa melhor

20 de dezembro de 2011

Por que os economistas, em sua imensa maioria, creem no livre-comércio? Porque eles aprenderam na escola que era mais eficaz se dedicar, num primeiro momento, a produzir as maiores riquezas possíveis baseando-se no livre-comércio e na concorrência, a fim de usar ao máximo as vantagens comparativas de cada um. E liberar, num segundo momento, a distribuição de maneira equitativa dos ganhos de compra, por meio de impostos e de transferências transparentes, dentro de cada país. Isso é o que aprendemos na escola de economia: a redistribuição eficaz é a redistribuição fiscal; é necessário deixar os mercados e os preços fazerem seus trabalhos, distorcendo-os o menos possível (a famosa “concorrência livre e não adulterada”); liberar a redistribuição em seguida, “num segundo momento”.

Nem tudo é falso nessa bela história. Longe disso. Mas ela apresenta mesmo assim um problema maior. Ao longo dos últimos trinta anos, as trocas de bens e serviços foram fortemente liberalizadas em nome, principalmente, de tal lógica. No entanto, o segundo momento, aquele da redistribuição fiscal ampliada, nunca veio. Pelo contrário, a concorrência fiscal pressionou os impostos progressivos pacientemente construídos ao longo das décadas precedentes. Os mais ricos se beneficiaram de grandes reduções dos impostos, mesmo eles já sendo os primeiros beneficiários da liberalização das trocas e da

globalização. Os mais humildes tiveram que se contentar com os aumentos das contribuições sociais e os impostos sobre o consumo, tudo isto num contexto de estagnação dos salários e dos empregos. Em vez de partilhar de maneira mais equitativa os ganhos da liberalização, a redistribuição fiscal acentuou os efeitos da desigualdade.

Alguns dirão: é uma pena, mas o que podemos fazer? Se as preferências políticas do eleitorado levaram a escolher menos redistribuição fiscal, podemos nos lastimar. Mas não vamos, por conta disso, restabelecer as barreiras alfandegárias, porque só diminuiria o crescimento, já bastante enfraquecido.

Certo. Só que, se olharmos bem, a liberalização incondicional das trocas e o *dumping* fiscal estão relacionados. Nós desarmamos o poder público sem obter nada em troca. Com a interdição de impostos sobre as importações e subvenções aos exportadores, nós, na verdade, encorajamos os Estados a desenvolver outros instrumentos para promover sua produção nacional, principalmente ao reduzir os impostos sobre os capitais estrangeiros e o trabalho altamente qualificado (tudo isso de maneira perfeitamente autorizada, é claro). Sem contar que a liberalização dos serviços financeiros e dos fluxos de capital facilitou de modo direto a evasão fiscal, tanto para as empresas quanto para as pessoas físicas. A falta de uma coordenação adequada entre os países limitou muito a capacidade dos Estados de gerir uma política fiscal autônoma.

Um exemplo entre outros: suponhamos que a diretiva Épargne, implementada em 2005, facilitaria as trocas automáticas de informações entre as administrações fiscais europeias, de maneira que cada país pudesse conhecer em tempo real os investimentos detidos pelos residentes no exterior e os juros correspondentes. Só que ela não se aplica a Luxemburgo ou à Suíça. Esta última acaba de negociar em separado uma prolongação de seu regime derogatório que permite — dentro da legalidade — não revelar a identidade dos titulares das contas

nos seus bancos. E, sabendo que a diretiva só considera, de toda forma, a poupança bancária e as obrigações, ela exclui, assim, o essencial dos maiores investimentos financeiros detidos no exterior (especialmente os depósitos em ações).

Para que esse quadro mude de fato, será necessário mais do que tranquilas reuniões do G20 e declarações de boas intenções. Para abrir os paraísos fiscais e, de maneira mais geral, para implementar as regulações financeiras, sociais e ambientais que são necessárias para retomar o controle de um capitalismo global enlouquecido, a arma comercial será sem dúvida indispensável. Se a Europa falar em uma só voz e parar de se comportar como um anão político, então poderemos até mesmo evitar pôr em prática as ameaças de embargo e de proteção. Isso seria preferível, porque, se o protecionismo — como a polícia — é uma arma dissuasiva essencial que os Estados devem manter em mãos, ele não é em si uma fonte de prosperidade (ao contrário do que alguns exacerbados críticos da globalização parecem imaginar). Mas, se nós escolhermos aprofundar a construção europeia sem real avanço nessa direção, então correremos o risco de suscitar respostas de um nacionalismo extremamente violento.

Notas

Prefácio

1. Esta coleção de textos é uma sequência da coletânea publicada em 2004 com o título *Vive la gauche américaine! Chroniques 1998-2004*, Éditions de l'Aube/Libération, 201 p.
2. Na França, a taxa de crescimento real da renda nacional passa de 5,2% por ano em média entre 1949 e 1979 para 1,7% em média entre 1979 e 2009, ou seja, cai para um terço.
3. Ver T. Piketty, "On the Long-Run Evolution of Inheritance: France 1820-2050", École d'Économie de Paris, 2010 e *Quarterly Journal of Economics*, 2011 (textos disponíveis em: <piketty.pse.ens.fr>).
4. Ver. G. Zucman "The Missing Wealth of Nations: Are Europe and the U.S. net Debtors or net Creditors?", École d'Économie de Paris, 2011, disponível em: <gabriel-zucman.eu>.
5. Ver "World Top Incomes Database", disponível em: <www.parisschoolofeconomics.eu/topincomes/>.
6. Ver, por exemplo, C. Landais, T. Piketty, E. Saez, *Pour une révolution fiscale*, Éditions du Seuil, 2011, disponível em: <www.revolution-fiscale.fr>.
7. Ver, por exemplo, A. Bozio, T. Piketty, *Pour un nouveau système de retraite*, Éditions rue d'Ulm, 2008, disponível em: <piketty.pse.ens.fr>.

O bom uso da concorrência escolar

1. Em 24 de junho de 1997, ele pronuncia a frase: “il faut dégraisser le mammoth” [É necessário reduzir o mamute]. Essa frase será o emblema do conflito com os professores.

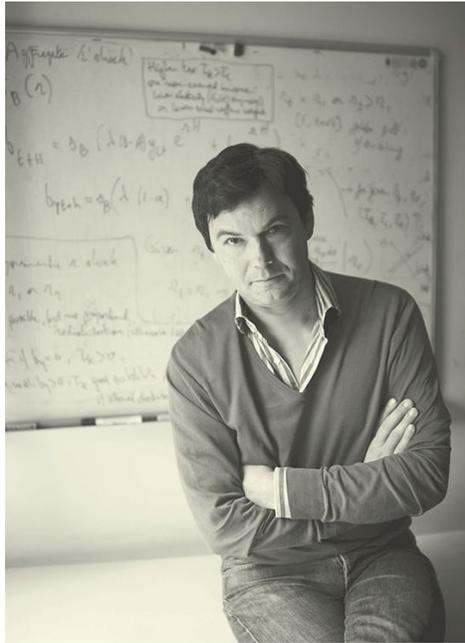
Aposentadoria: basta de remendo

1. Antoine Bozio e Thomas Piketty, “Retraites: pour un système de comptes individuels de cotisations”, disponível em: <www.jourdan.ens.fr/piketty>.

Quando Bercy manipula a imprensa

1. <http://www.revolution-fiscale.fr/annexes-simulateur/Donnees/pdf/CN16.pdf>.

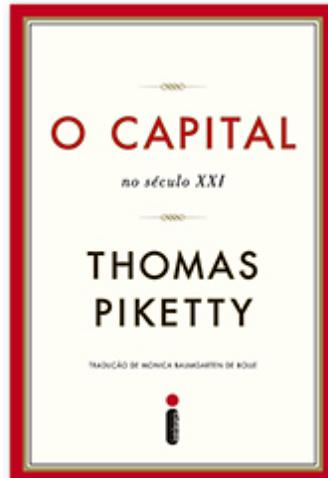
Sobre o autor



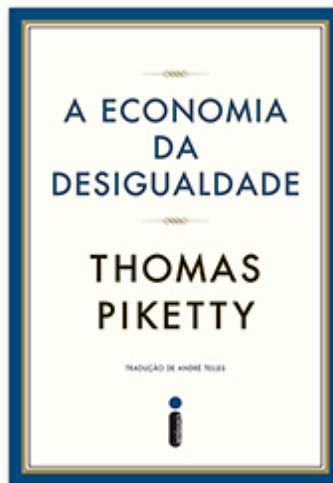
© Emmanuelle Marchadour

Formado pela London School of Economics e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales na França, Thomas Piketty foi professor de economia do MIT e hoje leciona na École d'Économie de Paris. Possui inúmeros artigos publicados nos principais periódicos especializados, como *Quarterly Journal of Economics*, *Journal of Political Economy*, *American Economic Review* e *Review of Economic Studies*. É autor também de diversos livros sobre economia e distribuição de renda, entre eles *O capital no século XXI*, eleito Livro do Ano do *Financial Times* e listado entre os dez melhores livros pela *Veja* em 2014, e *A economia da desigualdade*. Por sua obra, recebeu em 2013 o Prêmio Yrjö Jahnsson, conferido pela Associação Europeia de Economia.

Conheça os outros títulos do autor

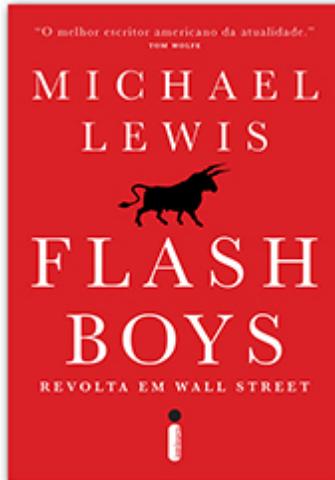


O capital no século XXI

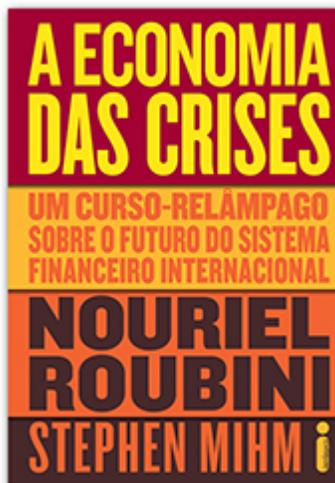


A economia da desigualdade

Leia também



Flash Boys
Michael Lewis



A economia das crises
Nouriel Roubini e Stephen Mihm